



Número: 54/2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

SILVANA CRISTINA DA SILVA

**A FAMÍLIA DE MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO: EXPRESSÃO
DA ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO *FRONT* AGRÍCOLA**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Geografia, área análise ambiental e dinâmica territorial.

Orientador: Profº Drº Márcio Antonio Cataia

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto de 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP**

Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Si38f

Silva, Silvana Cristina da.

A família de municípios do agronegócio : expressão da especialização produtiva no front agrícola / Silvana Cristina da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Inovações agrícolas. 2. Produtividade agrícola.
3. Mato Grosso - Municípios. I. Cataia, Márcio Antônio.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Título e subtítulo em inglês: The agribusiness borough family: expression of the productive specialization in the agricultural front.

Keywords: Agricultural innovations, Agricultural productivity, Mato Grosso State - Boroughs.

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Mestre em Geografia.

Banca examinadora: - Marcio Antônio Cataia
- Maria Encarnação Beltrão Spósito
- Samira Peduti Kahil.

Data da Defesa: 22-08-2007.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: SILVANA CRISTINA DA SILVA

A FAMÍLIA DE MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO: EXPRESSÃO DA
ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA NO *FRONT* AGRÍCOLA

ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

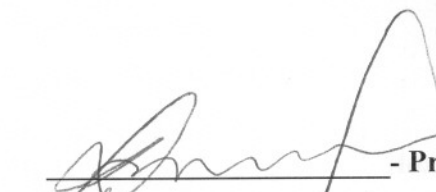
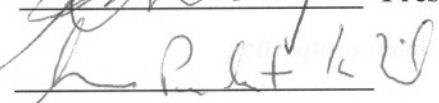
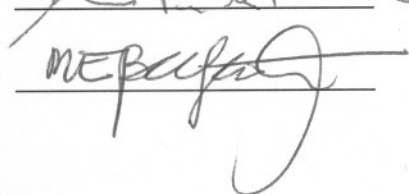
Aprovada em: 22/08/2007

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia

Profa. Dra. Samira Peduti Kahil

Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Spósito

 - Presidente



Campinas, 22 de agosto de 2007

*Aos meus pais
pelo apoio incondicional*

Agradecimentos

No caminho percorrido para a realização desse trabalho, muitos foram os que me ajudaram doando um pouco de si. Aqui, se misturam a *razão e a emoção*, pois, essa dissertação é resultado de uma racionalidade técnica inerente à pesquisa científica, mas não se encerra aí. O mundo dos sentimentos e das emoções também fez parte do movimento de construção desse trabalho.

Agradeço ao Prof^o Márcio Cataia, por orientar mais essa pesquisa. Também o agradeço pela contribuição na minha formação durante todos esses anos e pelo exemplo de pesquisador comprometido com a Geografia e com o Território brasileiro.

Agradeço à professora Maria Laura Silveira pelas importantes contribuições à qualificação, sobretudo de método. Agradeço também à professora Samira Peduti Kahil pelas valiosas contribuições e pela delicadeza de me presentear com o texto “O amor é uma falácia”.

Agradeço à FAPESP pela bolsa concedida.

Sou grata a Val da secretaria de pós-graduação pelo exemplo de competência, dedicação e carinho, o que torna as relações burocráticas com a universidade menos duras.

Agradeço também a Edinalva da secretaria de pós e ao pessoal da biblioteca, por não medirem esforços em nos ajudar.

Agradeço aos funcionários da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, em especial a Itimara, pelo apoio durante a realização do trabalho de campo.

Sou grata também aos funcionários da Prefeitura Municipal de Sorriso, em particular ao Secretário de Administração Municipal Alci Romanini, Marly da secretaria de agricultura. Agradeço também Josi Bergmann do Jornal ‘A Folha do Cerrado’.

Agradeço aos meus pais pelo apoio. Quando tudo pareceu difícil e insolúvel, eles estavam “lá” para me apoiar. Serei eternamente grata.

Agradeço minha irmã e meu irmão, pelos exemplos de luta e de vida que me ensinam a ser forte.

Agradeço aos meus amigos do coração, que tornam minha vida cheia de alegria e conhecimento. Agradecerei primeiramente as minhas duas amigas/irmãs: Lis, que me acompanhou nos momentos de tristezas e alegrias, também nas vitórias e dificuldades, sempre dando os ombros para me apoiar. Obrigada por doar um pouco de sua luz durante esses anos

(já são anos!). Obrigada por ser ética e ser um exemplo de postura e, de vida. Agradeço a minha outra amiga/irmã, a Aninha. Doce, encantadora e de personalidade, só tenho a agradecer-lá pela linda amizade que construímos. Ter sua amizade foi decisivo para eu enxergar os novos sentidos.

Agradeço a Fanny pelo carinho e sinceridade de suas palavras, que possamos continuar nossa linda amizade sempre, pois a distância não será impedimento.

Sou grata a Telma pela companhia na sala 09, pela amizade crescente durante o percurso do mestrado, pelo carinho, pelas palavras de elogio e conforto.

Agradeço a Rúbia (minha “irmã gêmea”) e a Renata, por mostrarem que a vida pode ser mais leve e alegre. Foi muito bom compartilhar o dia a dia com vocês.

Agradeço ao grupo de pesquisa pelas discussões elaboradas, que foram muito importantes para a evolução desse trabalho.

Serei eternamente grata ao amigo Fabrício Gallo, pela disposição em ajudar, representando o verdadeiro espírito acadêmico. É um privilégio do grupo de pesquisa poder contar com você. (É meu privilégio ter sua amizade. Obrigada por tudo!).

Agradeço ao Daniel Cândido, pela amizade desde os anos de graduação e pela disponibilidade em me auxiliar quando precisei.

Agradeço ao companheiro Hélio Farias, pelo profissionalismo, pela amizade desde os tempos de graduação e pela leitura atenta das páginas pré-qualificação.

Sou grata a Rita pela amizade confiada, pela alegria, conselhos e pelo exemplo de superação.

Sou grata ao SAE, em especial à Patrícia e à Cibele, pelo apoio, que foi além do institucional.

Agradeço aos amigos que surgiram da convivência na sala 09, especialmente ao Cris.

Faço um agradecimento especial ao Anderson pelo companheirismo, dedicação, sinceridade e carinho. A vida me presenteou com tua presença. Sou muito feliz por poder *compartilhar* minha existência com você. Admiro-te profundamente.

“[...] o território é a prisão que os homens constroem para si”

Raffestin (1993)

SUMÁRIO

Introdução	01
1 – A redivisão político-administrativa no <i>front</i> agrícola	04
02 – <i>Família de Municípios do agronegócio</i> em Mato Grosso.....	15
03 – Especialização produtiva dos municípios no <i>front</i> : a interdependência entre cidade e campo.....	44
04 – O Município enquanto escala de atuação do Estado: as políticas territoriais e orçamentárias no município de Sorriso.....	63
05 – O papel da <i>elite do poder</i> na família de municípios do agronegócio no estado do Mato Grosso	81
06 – As ideologias do desenvolvimento local e a competitividade dos lugares: elementos da <i>municipalização</i> do estado do Mato Grosso.....	98
Considerações finais.	118
Referências Bibliográficas.....	121
Anexo I	129
Anexo II.....	136

ÍNDICE DE FOTOS

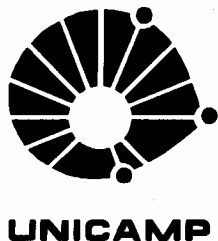
Foto 01: Vista Geral da Cidade de Sorriso – MT (2006).....	27
Foto 02: Colheita da Soja no Município de Sorriso – MT (2005).....	27
Foto 03: Escritório da Colonizadora Feliz em Sorriso – 2006.....	35
Foto 04: Primeiras Construções em Sorriso – Restaurante (azul), Açougue (rosa) e Rodoviária (sem pintura) – 1976.....	37
Foto 05: Primeiros Moradores de Sorriso – 1976.....	37
Foto 06: Abertura da BR-163 pelo 9º Batalhão de Engenharia do Exército – Década de 1970.....	39
Foto 07: Shopping Center em Sorriso – MT.....	49
Foto 08: Residencial de alto padrão no município de Sorriso – MT.....	89
Foto 09: Bairro São Domingos em Sorriso – MT/2006.....	91
Foto 10: Bairro São Domingos em Sorriso – MT/2006.....	91
Foto 11: Distrito Industrial Nova Prata – Sorriso-MT/2006.....	103

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS E QUADROS

Figura 01: Organograma das principais fontes de arrecadação do município no Brasil.....	69
Figura 02: Perímetro urbano do município de Sorriso.....	93
Figura 03: Esquema do processo institucional para criação de municípios em MT.....	105
Gráfico 01: Movimentação de empregos formais em Sorriso por setores de atividades econômicas – 1996 a 2006.....	59
Gráfico 02: Distribuição dos Recursos de Convênios entre a Prefeitura de Sorriso e Governo Federal – 1996 a 2006.....	77
Mapa 01: Períodos de fundação dos Municípios no Brasil	07
Mapa 02: Períodos de Criação de Municípios no Estado do Mato Grosso (1729-2001).....	11
Mapa 03: Localização de Sorriso – MT.....	25
Mapa 04: Projetos de Colonização Privada no Mato Grosso (1970/1980).....	33
Mapa 05: Localização das propostas de criação de novos municípios em MT.....	111
Quadro 01: Ramo de atuação dos componentes da Câmara Municipal de Sorriso (legislatura 2005-2008).....	85
Quadro 02: Projetos de criação de municípios em tramitação na Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso.....	107

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01: Evolução da produção de soja (ton.) – Brasil, regiões e Mato Grosso.....	13
Tabela 02: Famílias de Municípios no estado do Mato Grosso.....	19
Tabela 03: Maiores Municípios em População no estado do Mato Grosso – 2003.....	29
Tabela 04: Evolução da população de Mato Grosso (1940-2005).....	30
Tabela 05: Evolução da Produção de Soja em Sorriso – MT.....	40
Tabela 06: Ano de Criação e Origem dos Maiores Produtores de Soja do Mato Grosso – 2002.....	42
Tabela 07: Situação Educacional em Sorriso – MT.....	49
Tabela 08: Evolução das ocupações nos Circuitos da Economia Urbana em Sorriso – MT (1996 a 2002).....	53
Tabela 09: Empregos formais em Sorriso por atividades econômicas – 1996 a 2005.....	57
Tabela 10: Movimentação de empregos formais em Sorriso por setores de atividades econômicas – 1996 a 2006.....	58
Tabela 11: Síntese do Orçamento do Município de Sorriso – MT (2002-2005).....	72
Tabela 12: Arrecadação por origem dos recursos – Sorriso - MT/2005.....	73
Tabela 13: Orçamento da Prefeitura Municipal de Sorriso – 2006.....	74
Tabela 14: Convênios firmados entre a Prefeitura de Sorriso e Órgãos Superiores (Federal) – 1996 a 2006.....	75



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

A Família de Municípios do Agronegócio: Expressão da Especialização Produtiva no *Front* Agrícola

RESUMO

Dissertação de mestrado

Silvana Cristina da Silva

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de criação de novos municípios no *front* agrícola do estado do Mato Grosso. Partimos da hipótese de que o município promove a atividade da moderna agricultura nessa região.

A produção de *commodities*, em particular a soja, gerou centros urbanos que se emanciparam politicamente, originando a família de municípios do agronegócio, expressão concreta da necessidade do poder político da urbanização no *front*. Isso se deve ao fato do município no Brasil ser uma esfera do poder Estatal, ou seja, ele regula o território mediante criação de leis e organiza-o através de suas políticas públicas territoriais locais.

Na família de municípios do agronegócio o poder político local direciona os investimentos para o *uso corporativo* do território. Os investimentos em fluidez e, mesmo as políticas locais voltadas à população em geral, garante as condições para a racionalidade econômica do circuito espacial produtivo da soja, reforçando a especialização produtiva desses lugares.

Dessa maneira, o município apresenta-se frágil frente à ação dos agentes hegemônicos do mercado global. A família de municípios do agronegócio constitui pontos luminosos no território, revelando a imposição da competitividade entre os lugares, uma vez que fora criada para dotar o território com normas e objetos técnicos orientados à atividade produtiva de *commodities*. A federação brasileira oferece facilidades à expansão da produção capitalista ao privilegiar a competição, ao invés da cooperação entre os municípios.

Palavras-chave: Criação de novos municípios, especialização produtiva, *front* agrícola, território e modernização agrícola.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS - GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

The Agribusiness Borough Family: Expression of the Productive Specialization in the Agricultural *Front*

ABSTRACT

Silvana Cristina da Silva

The present thesis aims to understand the creation process of new borough in the agricultural *front* of the Mato Grosso state. We begin from the hypothesis that the borough promotes the activity of the modern agricultural in that region.

The *commodities* production, at special the soya, generates urban centers that has become borough with self political administration, giving origin to the agribusiness family of borough, one concrete expression of the political power necessity of the urbanization in the *front*. This is due to the fact the borough in Brazil to be a sphere of the power state, i.e., it regulates the territory by creation of laws and organizes it with its local territory political publics.

In the agribusiness borough family the local political power directs the investment for the *corporative use* of the territory. The investments in fluidity and, even local political for the general population, guarantee the conditions for the economical rationality of soya productive spatial circuit, reinforcing the productive specialization of those places.

In this ways, the borough self-presents weak in front of the hegemony agent actions of the global sale. The agribusiness borough family constitutes bright spots in the territory, revealing the obligatory imposition of the competitiveness among the places, since it was created to endow the territory with norms and technical objects oriented to productive activity of *commodities*. The Brazilian federation offers facilities to capitalist production of the expansion, to favour the competition in stead of the cooperation among the borough.

Key-words: Creation of new boroughs, productive specialization, agricultural *front*, territory and agricultural modernization.

Introdução

O presente trabalho constitui-se em uma tentativa de revelar o funcionamento do território brasileiro e, sobretudo, entender como esse território transformou-se rapidamente e ganhou uma densa camada técnica e normativa, agregando profundas desigualdades territoriais no processo de difusão do *meio técnico-científico e informacional* (SANTOS, 2002a). A modernização agrícola, que modificou a estrutura político-administrativa em alguns estados como o Mato Grosso, é um exemplo de como a atual fase de modernização é acelerada e assume os objetivos dos agentes hegemônicos.

Partimos do princípio de método de que o espaço geográfico é um conjunto indissociável de objetos e ações (SANTOS, 2002a), que se concretiza através da paisagem, dos lugares, da região e do território. Em nossa pesquisa a categoria território foi o recorte utilizado no entendimento do espaço geográfico.

O território brasileiro teve várias fases de modernizações. De um território praticamente dominado pelos sistemas naturais, passou por uma unificação técnica, dada pelos grandes sistemas de engenharia (rodovias e sistemas elétricos), e atualmente passa por uma unificação dada pelos sistemas de informação, caracterizando o meio técnico-científico e informacional.

Subespaços do território foram incorporados à modernização recentemente; é o caso da área denominada *front* agrícola. O estado do Mato Grosso destaca-se como área de agricultura que mais se modernizou: modificou seu sistema produtivo e sua estrutura populacional, urbanizou-se e sofreu um processo de redivisão político-administrativa.

O estado do Mato Grosso tornou-se recentemente o maior produtor de soja do Brasil. Apesar de sua especialização em uma atividade agrícola, ocorreu nesse estado um processo de urbanização intensa. A criação de novas cidades faz parte do que Santos (2005) denominou *nova urbanização*, em que campo e cidades possuem um funcionamento complementar. O campo, através de suas atividades de produção modernas de *commodities*, comanda a vida citadina.

Dadas às especificidades da Constituição brasileira de 1988 e da própria *formação sócio-espacial* (SANTOS, 1977) brasileira, a urbanização nas áreas do *front* exigiu, e exige, a instalação do poder político legal; isso ocorre através da institucionalização dos municípios. Dessa forma, identificamos um intenso processo de *municipalização* (CATAIA, 2006) nesta

região do território brasileiro, isto é, um processo de criação de novos municípios. O município é um elemento essencial no processo de urbanização, posto que ele regula, por exemplo, o uso do solo urbano.

Os novos municípios surgem orientados pelas atividades econômicas. Assim identificamos *famílias de municípios* que foram gerados em diferentes períodos históricos geográficos. A *família de municípios do agronegócio* representa os municípios criados no *front* agrícola como resultado e condição da produção de *commodities*, destacadamente a soja.

O município de Sorriso – MT, membro da família de municípios do agronegócio que analisamos como maior detalhe em nossa pesquisa, indica que o poder público local no Brasil é um importante elemento na organização e regulação do território, uma vez que exerce funções para o atendimento da população de modo geral e, sobretudo atende as exigências dos agentes da produção de soja. A institucionalização do município permite o acesso aos recursos Estatais e à decisão de regulação do território pelos agentes da produção de *commodities*, formado basicamente pela *elite do agronegócio*. Assim, partimos da hipótese de que o município seria um promotor da atividade agrícola no Mato Grosso.

A municipalização do *front* é parte do processo de modernização do território brasileiro, que vem criando um território especializado que atende ao mercado internacional.

O *front* agrícola do estado do Mato Grosso constitui-se em um dos espaços da economia internacional. No mundo globalizado os lugares devem atender a uma produção racional, sendo que cada território é chamado a investir em características específicas em função dos atores hegemônicos (SANTOS, 1994a). Essa região é evocada a participar efetivamente na divisão internacional do trabalho na década de 1970, quando os sistemas de objetos, juntamente com os sistemas de ações, chegam nesta região comandados pelo Estado e pelos agentes do mercado da soja, em que destacamos as *traddings* do comércio dessa *commodity*.

O meio técnico-científico e informacional é a cara geográfica do processo de globalização (SANTOS, 2002a). Esse período caracteriza-se: pela transformação dos territórios nacionais em espaços da economia internacional; pela exacerbação das especializações produtivas no espaço; aumento da produtividade; aumento da circulação e fortalecimento da divisão territorial e social do trabalho e da dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais; as localizações determinam produtividade espacial; pela horizontalidade e verticalidade; as organizações passam a ter relevante importância na regulação e na constituição das regiões; o

aumento das tensões entre o local e o global é outro componente da difusão desse meio geográfico (SANTOS, 1994a). Todos esses elementos citados são agregados ao *front* e, assim, tornam esta região apta ao atendimento das necessidades do mercado internacional.

A cientificização, tecnificação e informacionalização do espaço são exigências do atual período. No entanto, cada território dentro da divisão internacional do trabalho assume uma função, como por exemplo, a produção de *commodities* como no caso do estado do Mato Grosso.

Dessa forma, apresentamos nesta dissertação as seguintes discussões: 1) “*A redivisão político administrativa no front agrícola*”, na qual abordamos o aumento da importância do poder público local, analisado através do acréscimo de unidades municipais principalmente nas áreas de modernização agrícola; 2) “*Família de Municípios do Agronegócio em Mato Grosso*”, destacamos o surgimento de municípios vinculados essencialmente à moderna produção da soja no estado do Mato Grosso; 3) “*Especialização produtiva dos municípios no front: a interdependência entre cidade e campo*”, examinamos uma das características da urbanização nas áreas do *front* do estado do Mato Grosso: a especialização produtiva que exige cidades adaptadas às atividades do campo; 4) “*O município enquanto escala de atuação do Estado: as políticas territoriais e orçamentárias no município de Sorriso*”, destacamos como o poder público local atua efetivamente na construção de um território para viabilização das atividades agrícolas; 5) “*O papel da elite do poder na família de municípios do agronegócio no estado do Mato Grosso*”, ressaltamos a importância da *elite do agronegócio* na criação do Centro-oeste moderno; 6) “*As ideologias do desenvolvimento local e a competitividade dos lugares: elementos da municipalização do estado do Mato Grosso*”, na qual investigamos esse outro aspecto explicativo da exacerbação do poder local no Brasil nas últimas décadas.

Por fim, destacamos que esta pesquisa pretendeu conhecer empiricamente o território brasileiro e as estruturas que o mantêm como periferia do sistema. A família de municípios do agronegócio expressa a especialização produtiva dos lugares na economia mundial, sobretudo mostra como o poder municipal no Brasil atende as ordens do mercado, representado pelas *tradings* do comércio de *commodities* presentes no *front*. As ideologias do desenvolvimento local e a atuação das elites locais são elementos que contribuíram decisivamente para a conformação do *front* como um espaço obediente à racionalidade do mercado.

1 – A redivisão político-administrativa no *front* agrícola

A federação brasileira tem o município como a menor unidade política. A organização político-administrativa de um território vincula-se ao modo de organização da sociedade contida nele. As modernizações do território brasileiro provocaram rearranjos na sua organização política. O município foi fundamental nesse processo e vem aumentando sua importância no atual período.

Dória (1992) lembra que o município, conquanto se diferencie entre os diversos países, possui em comum o fato de estar vinculado a um poder político local. Podemos definir, de maneira geral, que o município é uma unidade político-territorial vinculada ao poder político local e à ação do Estado. O município é representado por um território com fronteiras legalmente demarcadas, possuindo uma sede que coincide com a área urbana, e nesta, se localizam os aparatos legais de regulação local tanto da cidade quanto do campo. Segundo a legislação estadual do Mato Grosso, é indispensável à aprovação da emancipação a existência de um centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200 (duzentas). Há casos de municípios com mais de uma área urbana, muitas vezes, essas são transformadas em distritos.

Durante os primeiros séculos da ocupação portuguesa o município serviu como administrador do território e garantiu de certa forma a “ocupação”. A partir de 1950 houve uma grande transformação do papel do município, aumentando significativamente o seu número no país, pois com a urbanização, a industrialização e o maior incremento populacional exigiu-se uma nova organização política.

Foi, sobretudo, com a Constituição de 1946 que essa unidade política ganhou *status* Legal. Com a Constituição de 1988 houve um reforço da descentralização e, do ponto de vista das normas, o município passou a atuar em igualdade de condições com os estados e com a União, podendo produzir suas próprias normas reguladas pela Lei Orgânica do Município.

A produção de leis é uma característica fundamental da função municipal no Brasil, tendo um rebatimento central na definição do conceito de território: o Brasil é um dos únicos Estados federais do mundo que possui três escalas de poder territorial. O município é uma escala de poder estatal. Reconhecemos que o território municipal apresenta algumas limitações políticas e econômicas por ser um subespaço do território nacional, no entanto ele é fundamental no

funcionamento do território. Em algumas regiões, o dinamismo das fronteiras internas, como no *front*, aponta que algumas funções das fronteiras ganham relevância no atual período.

O funcionamento político-administrativo do território dá-se efetivamente pelas escalas de poder estatal, no caso brasileiro, pela União, estados e municípios. O município é a escala governamental que mais se aproxima do cotidiano das pessoas. A própria Constituição, ao discriminar as competências municipais, conecta o município a esse cotidiano. Segundo Artigo 30 da Constituição de 1988 compete aos municípios:

*“I - legislar sobre assuntos de **interesse local**;*

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

*V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de **transporte coletivo**, que tem caráter essencial;*

*VI - **manter**, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, **programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental**;*

*VII - **prestar**, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, **serviços de atendimento à saúde da população**;*

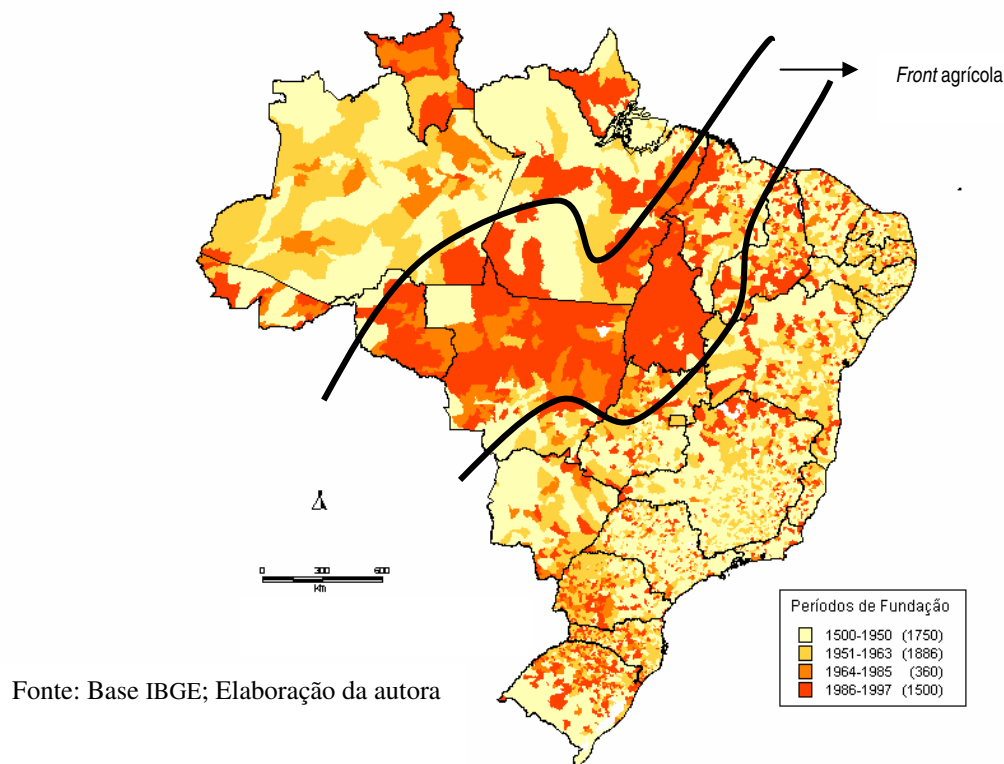
*VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante **planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano**;*

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual ”.

É possível observar a importância da função municipal atribuída na Carta de 1988. As funções básicas do Estado de atendimento à população em saúde, educação, regulação do uso do solo e planejamento devem ser exercidas pelo município ou compartilhadas com os estados e a União, o que torna essa escala ilustrativa das contradições sócio-espaciais.

O aumento do número de municípios (Mapa 01), após a segunda guerra mundial e, principalmente, em meados da década de 1980, indica a relevância dessa unidade político-administrativa para o atual *uso* (SANTOS, 1997) do território brasileiro.

Mapa 01: Períodos de fundação dos Municípios no Brasil



O Mapa 01 indica parcelas do território onde o processo de criação de novos municípios foi mais intenso em período recente. A extensão territorial do Brasil permitiu que os processos de “ocupação” fossem bastante heterogêneos. O *front agrícola* de Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Sul do Pará, Oeste da Bahia, Maranhão e Rondônia, que foi incorporado recentemente à nova divisão territorial do trabalho, destaca-se pelo acelerado processo de tecnificação e pelas constantes reivindicações por criação de novos municípios.

Novas fronteiras internas foram criadas para atender a interesses políticos, sociais, mas, sobretudo econômicos, ligados a cada período de modernizações. Nonato (2005) mostra, por meio da análise das propostas de criação de estados no *front* (Araguaia, Maranhão do Sul, Gurguéia e São Francisco), que a moderna agricultura requer comando político para o exercício de suas atividades.

O dinamismo das fronteiras internas municipais, principalmente em algumas regiões brasileiras como o *front*, mostram a importância do município como unidade político-administrativa na organização, uso e regulação do território.

Para Geiger (1963), o aumento do número de municípios após 1950, não esteve apenas relacionado com o crescimento econômico e demográfico, mas, à busca de vantagens financeiras. Acrescentaríamos que a racionalidade econômica da globalização encontrou nas elites locais, como os “sulistas” do Mato Grosso, um sustentáculo à promoção das atividades econômicas capitalizadas.

Várias denominações são utilizadas para designar o processo de incorporação de “pedaços” do território pelo capital, tais como: *zonas pioneiras*, incorporação dos *espaços vazios*, *frente pioneira*, *frente de ocupação*, *fronteira agrícola*, *fronteira em expansão*, *front* ou *fronteira*, entre outras. Essas variações ignoram, como Martins (1997) afirmou, a existência anterior de populações, juntamente com seus modos de organização próprios.

Martins (1997) utiliza a terminologia *fronteira em expansão* ao invés de *fronteira agrícola*, pois se trata não apenas de uma expansão demográfica ou uma simples expansão de uma atividade econômica, ela é, sobretudo, o lugar do conflito daquele que entra na reprodução do capital e daquele que não foi capturado. Por isso, o autor assevera que a fronteira compõe-se de uma multiplicidade de faces: ela é fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e de visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem, fronteira do humano, do contato e da fricção.

Martins (1997) critica a concepção de frente pioneira porque nela estava implícita a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade que estava fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Ou seja, a concepção de frente pioneira traz a idéia da inexistência de um modo de organização anterior, incorpora a concepção do “vazio” do interior do território e desconsidera o outro lado da fronteira. O *front* é um verdadeiro espaço das tensões sócio-espaciais. O *front* caracteriza-se por ser um novo espaço de reprodução do capital.

Dessa forma, optamos em nosso trabalho pelo uso do termo ‘*front*’ e, eventualmente, usaremos o termo ‘*fronteira agrícola*’. Agregamos a esses termos as diversas faces do processo de expansão do capital, apontadas por Martins (1997). Destacamos ainda que o *front* não é um espaço homogêneo. O *front* do estado do Mato Grosso apresenta características gerais do processo de modernização agrícola, ao mesmo que manifesta especificidades.

A produção de soja penetra na região Centro-Oeste como parte de uma lógica externa, pois quem comanda a produção dessa *commodity* são as grandes empresas nacionais, como o grupo Amaggi e a Caramuru e as *tradings* americanas Cargill, Bunge, Coinbra e ADM.

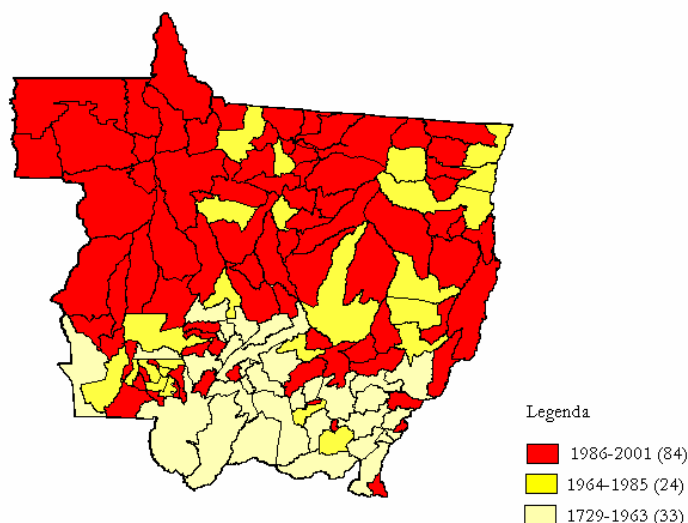
Esse subespaço do território caracteriza-se por recente aumento da espessura da camada técnica. As modernizações técnicas têm como condição a modernização política do território. Do ponto de vista técnico, as normas de uso dos objetos técnicos são intrínsecas ao seu funcionamento; do ponto de vista político as normas de uso dos sistemas técnicos existem porque: 1) o uso é seletivo; 2) são necessárias regras de uso já que o número de utilidades é amplo; 3) é necessário certa ordem social, certa estabilidade social para que haja segurança para os capitalistas explorarem as virtualidades do território. É necessário que se garanta quem vai apropriar-se dos recursos.

Além disso, a fronteira agrícola caracteriza-se pelas fracas *rugosidades* (SANTOS, 2002a), ou seja, em tempos passados não havia na região uma materialidade construída de modo suficientemente forte para impedir a entrada de novas formas de pensar e gerir a produção. Essa região apresentou-se mais susceptível à construção de uma nova materialidade, conduzida também por uma “nova população”, formada por migrantes do Sul, com uma cultura e objetivos diversos dos encontrados na população pré-existente. Até mesmo as fronteiras municipais não se impunham porque eram bastante rarefeitas.

Do *front* agrícola elegemos os municípios do estado do Mato Grosso como elemento de análise. O motivo reside no fato de que as legislações sobre criação, fusão e incorporação municipal são estaduais.

No estado do Mato Grosso, à modernização técnica corresponde uma modernização da organização política (Mapa 02). Os novos municípios do Mato Grosso são exemplos da necessidade de regulação desse subespaço do território. Até 1985 existiam em Mato Grosso 57 municípios, de 1986 a 2001 foram criados outros 84. Existem hoje cinquenta e quatro novas propostas de emancipações municipais tramitando na Assembléia Legislativa do estado. É justamente a partir da década de 1980 que o estado passou a receber uma maior carga técnica que visava atender à fluidez necessária à economia das *commodities* (Como veremos no item 02).

Mapa 02: Períodos de Criação de Municípios no Estado do Mato Grosso (1729-2001)



Fonte: Base IBGE; Elaboração da autora.

O estado do Mato Grosso tornou-se o maior produtor de soja do Brasil nos últimos anos (Tabela 01), uma cultura voltada para exportação, cujo *circuito espacial de produção* (SANTOS & SILVEIRA, 2001) ultrapassa os limites estaduais e nacionais. Isso determinou nossa escolha por esse estado como recorte empírico da pesquisa.

Em 2002 a região Sul perdeu a liderança na produção de soja para o Centro-Oeste. E atualmente, segundo dados do IBGE (2005), o estado do Mato Grosso é responsável por 61% da produção do Centro-Oeste e por 34,7% da produção nacional. O sistema produtivo do Mato Grosso está em grande medida voltado para a produção de *commodities* agrícolas, cuja racionalidade produtiva é comandada pelo mercado externo. Dentro desta lógica o município tem que viabilizar seu espaço para um *uso* corporativo, mas as decisões que concernem às empresas (que visam privatisticamente o espaço político municipal) são externas à política do Estado. No entanto, o município é Estado, e tem que planejar o território para o uso justo, ou seja, àquele que atenda as necessidades da população como um todo, não privilegiando apenas os interesses do mercado. Assim, há uma oposição entre um uso do território estritamente econômico e uso social.

Tabela 01: Evolução da produção de soja (ton.) – Brasil, regiões e Mato Grosso

Anos	Brasil	Norte	%	Nordeste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro-Oeste	%	Mato Grosso	%
1990	19.897.804	44.392	0,2	225.502	1,1	1.685.994	8,5	11.500.593	57,8	6.441.323	32,4	3.064.715	15,4
1991	14.937.806	10.842	0,1	451.887	3,0	1.955.057	13,1	6.001.202	40,2	6.518.818	43,6	2.738.410	18,3
1992	19.214.705	21.107	0,1	504.748	2,6	1.827.847	9,5	9.456.582	49,2	7.404.421	38,5	3.642.743	19,0
1993	22.590.978	37.358	0,2	682.746	3,0	2.096.804	9,3	11.266.736	49,9	8.507.334	37,7	4.118.726	18,2
1994	24.931.832	68.637	0,3	1.024.430	4,1	2.499.815	10,0	11.209.966	45,0	10.128.984	40,6	5.319.793	21,3
1995	25.682.637	47.271	0,2	1.255.571	4,9	2.385.166	9,3	11.986.519	46,7	10.008.110	39,0	5.491.426	21,4
1996	23.166.874	15.192	0,1	860.032	3,7	2.144.404	9,3	11.080.876	47,8	9.066.370	39,1	5.032.921	21,7
1997	26.392.636	47.977	0,2	1.275.616	4,8	2.490.055	9,4	11.790.262	44,7	10.788.726	40,9	6.060.882	23,0
1998	31.307.440	142.409	0,5	1.528.306	4,9	2.305.787	7,4	14.288.344	45,6	13.042.594	41,7	7.228.052	23,1
1999	30.987.476	133.853	0,4	1.641.753	5,3	2.760.224	8,9	12.694.013	41,0	13.757.633	44,4	7.473.028	24,1
2000	32.820.826	184.614	0,6	2.063.859	6,3	2.628.939	8,0	12.496.969	38,1	15.446.445	47,1	8.774.470	26,7
2001	37.907.259	260.734	0,7	2.026.998	5,3	2.746.315	7,2	16.101.338	42,5	16.771.874	44,2	9.533.286	25,1
2002	42.107.618	338.835	0,8	2.117.026	5,0	3.511.862	8,3	15.679.233	37,2	20.460.662	48,6	11.684.885	27,8
2003	51.919.440	552.496	1,1	2.525.363	4,9	4.044.384	7,8	21.301.418	41,0	23.495.779	45,3	12.965.983	25,0
2004	49.549.941	946.649	1,9	3.659.065	7,4	4.514.944	9,1	16.402.467	33,1	24.026.816	48,5	14.517.912	29,3
2005	51.182.050	1.384.537	2,7	3.959.940	7,7	4.640.903	9,1	12.544.106	24,5	28.652.564	56,0	17.761.444	34,7

Fonte: IBGE; Elaboração da autora.

Segundo Gottmann (1975) e Santos (1997), podem haver dois *usos* básicos do território: um como recurso, em que as empresas atuam no sentido de retirar do território o máximo proveito; e o outro uso como abrigo; no qual a população de modo geral faz tira do território sua sobrevivência. O Estado prepara o território para os agentes hegemônicos, atendendo suas necessidades (redes técnicas e normas) para facilitar que esses agentes atinjam a *mais-valia global*. Contudo, o Estado como representante de todos tem que atender as necessidades da população como um todo. O município, como uma escala de atuação do Estado, vive em uma permanente tensão entre um uso corporativo e um social do território.

A nova organização política do território brasileiro foi condição de um projeto nacional de incorporação de novas áreas ao modo de produção capitalista. O Centro-Oeste pode ser considerado um exímio caso de intervenção do Estado para a atuação do mercado. No passado as escalas federal e estadual ditaram a dinâmica desse processo. Hoje os novos municípios e as demandas por novas redivisões político-administrativas nessa escala oferecem um novo elemento, em que o governo local atua também como grande promotor das atividades econômicas modernas, reforçando assim o papel desta região na divisão internacional do trabalho. A existência de uma *família de municípios do agronegócio* em Mato Grosso é um indicativo da dinâmica atual de “partição” do território brasileiro, que apresenta um descompasso entre os interesses econômicos e as necessidades da população.

02 – Família de Municípios do agronegócio em Mato Grosso

O Estado foi o responsável pela abertura da fronteira agrícola brasileira para que o mercado pudesse se expandir. Em particular, a atividade agrícola moderna nas áreas de *front* ganhou destaque ao se difundir como ideologia pelo território sob a nomenclatura poderosa do agronegócio.

O agronegócio é o *evento*¹ que dinamiza a urbanização do Centro-oeste e a especialização produtiva, impondo a essa região a incorporação das novas tecnologias da informação, estradas para maior fluidez do território, normatização (com a criação de novos municípios para regulação das atividades sócio-econômicas), exigindo em grande parte uma mão-de-obra especializada.

As cidades, *locus* de regulação das atividades agrícolas expressam bem a organização e a função exercida pelos territórios (ou frações do território) em cada período histórico. Muitos geógrafos trabalham com o conceito de *família de cidades*, como por exemplo, Deffontaines (1944), Geiger (1963), Brunhes (1962), Santos (1965, 1994b) e Silveira (1999), para identificação dos períodos relevantes na constituição de cada formação sócio-espacial.

O conceito de família de cidades carrega a idéia da possibilidade de elaborar uma periodização da urbanização, segundo as gerações de cidades que surgem em cada momento histórico. Segundo Silveira (1999), a família de cidades nasce para atender certas funções em determinados períodos. Com o passar do tempo, essas gerações de cidades mantêm-se na hierarquia urbana ou tornam-se obsoletas por causa da sua produtividade espacial, dada no meio técnico-científico-informacional, sobretudo por suas densidades técnicas e informacionais. De acordo com Silveira (1999, p. 394), uma família de cidades compõe-se por:

¹ O termo *evento* assume diversos sentidos nos diferentes ramos do conhecimento. Na geografia pode ser utilizado como uma categoria de análise. Eddington (1968 *apud* SANTOS, 2002a, p. 144) define evento como “um instante no tempo e um ponto do espaço”, para Santos (2002a), trata-se de um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço. Dessa forma, o evento deriva da ordem temporal e da ordem espacial. Os eventos têm a capacidade de mudar os objetos atribuindo-os novas características. A inovação é um tipo de evento, “caracterizado pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova um modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (idem, p. 148). O agronegócio é um evento, pois é um pacote de inovações (técnicas e gerenciais) da agricultura, que se concretiza nos lugares dando e exigindo desses, novas características. A urbanização do *front* é resultado desse evento, ao mesmo tempo, constitui-se em outro evento, que se conecta a eventos maiores, como o da *globalização* econômica.

[...] cidades novas ou infra-estruturas implantadas em cidades locais, pois nascem como resposta às solicitações do mercado para uma produção moderna e em grande escala. Elas são inseridas como organismos alheios ao entorno regional, sem vinculações com as necessidades e demandas das populações locais.

Para Geiger (1963), muitas cidades nascem e prosperam em detrimento de outras, que se tornam decadentes, sendo que em cada ciclo econômico aparece uma quantidade de núcleos urbanos correspondentes à atividade econômica motriz. Apenas as grandes cidades não sofreriam tanto com a decadência de um produto, porque já têm certa complexidade de suas atividades; ao contrário das pequenas, e até mesmo de algumas cidades médias.

A instabilidade da rede urbana brasileira tem relação, segundo Geiger (1963), com a evolução da economia agrária, *“pois a agricultura brasileira, cuja mobilidade espacial é conhecida, leva na sua marcha o germe de novas cidades florescentes; ao mesmo tempo, condiciona a decadência de cidades, nas áreas onde ela mesma decaiu”* (GEIGER, 1963, p.22). O autor exemplifica esse processo através das cidades do café no Vale do Paraíba e as dos engenhos de açúcar na baixada fluminense. Podemos afirmar que ainda hoje a rede urbana brasileira apresenta-se instável, porque cria novas cidades para atender demandas atuais e tornam outras cidades decadentes e obsoletas por não apresentarem um sistema técnico e normativo capaz de atender as novas demandas.

Geiger (1963) faz uma crítica à classificação de cidades que consideram apenas as características fisionômicas, como as cidades paulistas, amazônicas, as do tipo “colonial”, nordestina, etc., pois elas levam em conta apenas o aspecto da forma, os aspectos arquitetônicos. É possível a elaboração de uma classificação de cidades, desde que se considere a função da cidade: *“a sua posição hierárquica, numa rede urbana, quanto a sua centralidade, combinada com a sua posição às atividades industriais”* (ROCHEFORT, 1956 *apud* GEIGER, 1963, p. 42). Se partirmos do pressuposto de que as atividades do campo não são isoladas das cidades, então às atividades industriais apontadas por ROCHEFORT (*idem*), acrescentamos as atividades agrícolas.

Brunhes (1962) identifica cidades que apresentam um “certo ar de parentesco”, esse certo ar de parentesco ocorreria em função dos traços comuns, sejam de origem, sejam em virtude das funções atuais. O autor exemplifica a existência de família de cidades através das “cidades de canais” como Veneza, Amsterdã e Dantzig. Essas cidades surgiram próximas a canais de água, o

que lhes imprimiu características comuns em suas respectivas organizações. Os transportes quotidianos por barcos, as profissões que necessitam localizar-se nas proximidades da água, etc., são elementos que tornam essas cidades familiares entre si, embora cada uma tenha também suas características próprias.

Segundo Brunhes (1962), haveria também uma “família moderna de cidades”, “as cidades industriais”, que apresentam características semelhantes por surgirem em função da exploração da hulha (carvão). Essas cidades poderiam localizar-se sobre as jazidas ou serem cidades que conseguiram atrair a atividade de transformação desse minério. Em ambas as situações há a criação de cidades com mesmo perfil de trabalhadores, tendências à concentração de população, especialização da mão-de-obra etc.

No Brasil, as cidades de extração de petróleo e, mesmo de refino deste recurso, criou cidades extremamente especializadas, demandando mão-de-obra qualificada, comércio e serviços específicos para esta atividade produtiva. Podemos citar como exemplo dessas cidades Macaé e Campos no Rio de Janeiro e Paulínia em São Paulo, entre outras.

No caso do Brasil, o município também seria um componente de análise quando se trata do fenômeno da “família de cidades”. Isto se deve ao fato de que no Brasil o município é um ente da federação que tem poderes para produzir leis, portanto é uma escala do Estado presente nos lugares, além dos estados federados. Assim, propomos que o município, espaço de poder local, também seja considerado quando se trata da urbanização brasileira. A família de cidades do Centro-Oeste também poderia ser interpretada como uma *família de municípios*, irmanados por eventos que lhes imprimem sua razão local: a mineração e o agronegócio.

É importante observarmos que os desmembramentos municipais do *front* é uma face do processo de urbanização do território brasileiro. A urbanização e a modernização agrícola no Centro-Oeste constituem-se em fenômenos unívocos. À medida que ocorreu a expansão da agricultura moderna, surgiram novas cidades (emancipadas na forma de municípios) para atender os novos consumos. Poderíamos afirmar que o motor do processo de desmembramento municipal é a urbanização e, ao mesmo tempo, a urbanização exige a institucionalização de municípios para se completar.

Assim, existiria uma *família de municípios do agronegócio* no Mato Grosso (no *front* de modo geral), que diz respeito a um conjunto de municípios novos ou antigos com infra-estruturas novas, ambos originados como resposta às solicitações do mercado para uma produção agrícola

moderna, sendo esta determinante na dinâmica econômica desses municípios. A família de municípios do agronegócio insere-se como órgão “derivado” no organismo regional, reorganizando a antiga ordem do conjunto para impor novos usos regionais não apenas a partir de uma ordem local, mas, sobretudo, a partir de uma ordem global (CATAIA & SILVA, 2004).

A Tabela 02 ² é uma síntese do processo de redivisão político-administrativa no Mato Grosso, revelando o processo de urbanização. Nesta Tabela quantificamos as principais atividades econômicas dinamizadoras e que consolidaram os centros urbanos e a criação de novos municípios neste estado.

² A Tabela 02 é uma síntese do Quadro apresentado no Anexo I, que compreende todos os municípios criados no estado do Mato Grosso, os municípios de origem, as principais atividades econômicas desenvolvidas e os principais eventos responsáveis pela institucionalização do município.

Tabela 02: Famílias de Municípios no estado do Mato Grosso

Famílias de municípios conforme atividade econômica de origem	Número de municípios por períodos			
	1727-1950	1951-1963	1964-1985*	1986-2001**
<i>Família de municípios da exploração natural</i> (poaia, madeira, borracha e mineração)	12	15	10	21
<i>Família de municípios do agronegócio</i> (<i>commodities</i> agrícolas, especialmente a soja)	0	0	16	19
Outros (agricultura de subsistência, pecuária, expansão das <i>commodities</i> agrícolas, comércio, etc.)	2	4	1	41
Total	14	19	27	81

* No período de 1964 a 1985 muitos municípios foram criados diretamente pela ação Estatal, daí a existência de uma subfamília de municípios que denominamos municípios geoestratégicos, pois a ação Estatal promoveu a agricultura moderna que se consolida no período posterior.

** Após 1985 houve uma explosão do número de municípios no estado do Mato Grosso que se relaciona com os desdobramentos da ação Estatal e com a difusão do agronegócio, ressaltamos, entretanto que nem todos os municípios desse período caracterizam-se como membro da família de município do agronegócio.

As atividades econômicas destacadas são aquelas que promoveram a concentração populacional no local criando assim uma *vida de relações* que possibilitou o início dos centros urbanos. Isso não significa a inexistência de outras atividades anteriores, ou mesmo que estas regiões eram desabitadas. Muitas das cidades mencionadas tiveram breves períodos de movimentação em função de garimpos ou de ciclos da borracha, mesmo fases de extrativismo vegetal, comum nesta área de ocupação em função da existência de mata nativa. No entanto, destacamos a atividade que possibilitou a consolidação de cada centro urbano para sua futura emancipação. Portanto, nossa classificação de municípios em famílias obedece em grande medida, mas não somente, critérios econômicos.

A análise da atividade econômica motriz demonstra-se pertinente em nossa pesquisa das famílias de municípios no estado do Mato Grosso, sobretudo, porque ela nos revela o aumento da importância da economia na determinação da vida urbana no atual período, apresentando características próprias, exemplarmente identificadas na família de municípios do agronegócio. Para Spósito (2004), “no caso desses modelos, o que se revela como central é a compreensão de que as relações entre as cidades estão, essencialmente, definidas pelo mercado e atendendo

prontamente às suas demandas, pouco se considerando a gênese das cidades e suas histórias” (SPÓSITO, 2004, p. 187).

Os primeiros núcleos urbanos surgem com a atividade mineradora, que são os casos clássicos de Cuiabá, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Poxoréo, Rosário d’Oeste, entre outros. Podemos afirmar que essas cidades representaram a base da urbanização matogrossense. Ressaltamos que desde a ocupação remota do tempo da colônia há relatos de expedições na região denominada hoje estado do Mato Grosso, mas, efetivamente, foi o garimpo que instaurou o processo de urbanização. Outra observação é que as cidades geradas nestes movimentos eram instáveis, cresciam e decaíam rapidamente, algumas conseguindo impulso, através de outras atividades para sua permanência na história territorial, outras, sucumbiram totalmente com a ascensão de novos períodos e novas exigências. Pois, “[...] *não importa a função que tenha sido o ponto de partida do seu papel de centro. O comércio e as atividades dependentes ou correlatas é que lhe atribuem força regional [...]*” (SANTOS, 1965, p. 20).

Identificamos também que muitos municípios foram criados em função do extrativismo da borracha, da poaia³ (ipecacuanha) e do extrativismo vegetal, atividades comuns nos primeiros momentos do nascimento das cidades, dada a disponibilidade de mata nativa (cerrado e floresta amazônica ao norte de MT) e, sobretudo, pelo interesse por esse tipo de matéria-prima. Podemos dizer, grosso modo, que a maioria dos centros urbanos matogrossenses teve na fase inicial de seu desenvolvimento as atividades extrativistas. Houve lugares em que tais atividades conseguiram impulsionar a existência de cidades, em outros, foram atividades complementares e muitos outros não conseguiram criar uma *vida de relações* suficientemente forte para a formação de uma cidade.

A ocupação do estado do Mato Grosso ocorreu do sul para o norte. Esse processo de uso do território para exploração dos recursos extrativistas (minerais e vegetais) que se deu no sentido Sul-Norte, ainda hoje faz surgir cidades a partir da atividade de mineração e extrativismo vegetal, com o processo de desmatamento, aproveitamento dos recursos naturais, pastagens e agricultura (primeiro as culturas que exigem pouco investimento técnico, depois as culturas mais sofisticadas que exigem mais técnica e informação na sua produção).

³ Raiz de um arbusto produtor de emetina, usada para tratamento de doenças do pulmão, coração entre outras.

Observamos, ainda, que na década de 1950 ocorreu certo dinamismo na criação de municípios, resultado de uma política territorial estatal que colocou em prática projetos de colonização (estatais e privados). Esses projetos propunham, além do reconhecimento do território, a “pacificação” de índios e a instalação de infra-estrutura. A Expedição Roncador-Xingu foi um marco neste processo, originando a Fundação Brasil Central. As expedições de Cândido Rondon, que instalou o sistema telegráfico, foram responsáveis pela criação de muitos centros urbanos em Mato Grosso, uma vez que, onde eram instaladas as estações telegráficas criavam-se também as condições para a concentração populacional. Nas décadas de 1960 e 1970 realizaram-se investimentos pesados na abertura de estradas, projetos de incentivos fiscais e financiamentos, além de adaptações de culturas agrícolas a esta região, significando efetivamente a abertura da fronteira agrícola do território. Um dos desdobramentos desse processo é a enorme quantidade de municípios criados pós 1980.

Portanto, encontramos duas grandes famílias de municípios no estado do Mato Grosso relativamente às sucessivas modernizações ocorridas, havendo subfamílias em cada momento de uso do território. Primeiramente a exploração mineral e vegetal, que denominamos de *família de municípios da exploração natural*, e mais recentemente a da moderna produção agrícola, que denominamos de *família de municípios do agronegócio*.

A família de municípios da exploração natural contempla os centros urbanos datados dos séculos XVIII e XIX que nasceram do extrativismo (mineral⁴, madeira, poaia ou borracha). Também incluímos nesta família os centros urbanos originados no século XX que também envolvem extrativismo, cabe ressaltar que estes surgem dentro da racionalidade do período.

A família de municípios do agronegócio⁵ divide-se em dois períodos, um que contempla os municípios criados de 1950 até final da década de 1963, principalmente os criados no período militar, fruto direto de projetos geoestratégicos de ocupação, municípios propriamente da abertura da fronteira; e outro que surge do desenvolvimento da moderna agricultura de *commodities* agrícolas, como a soja.

A economia imprime ritmos à permanência ou não das cidades. Segundo Santos (1965), as cidades podem exercer uma atividade antiga, que continua crescendo, exercer uma antiga

⁴ Nos minerais incluem-se ouro, diamante e pedras preciosas de maneira geral.

⁵ Aqui incluímos essencialmente a produção da *commodity* soja porque ela é a principal cultura da modernização agrícola no estado do Mato Grosso. Outras culturas como o milho e o algodão têm relevância na região, mas, nos atemos ao estudo da soja.

atividade regional que entra em decadência, exercer uma atividade recente que entra em competição com a antiga ou ainda executar atividades recentes e primárias. Dependendo dessa evolução a cidade pode permanecer ou pode tornar-se decadente, havendo uma gradação entre uma situação e outra. *“Uma cidade criada em uma região de mineração empobrecida ou uma de agricultura decadente perde suas chances de prosseguir com a mesma importância e decai ou amortece o seu ritmo de crescimento, se uma outra região se dedica a atividade mais em acordo com a solicitação do mundo industrial”* (SANTOS, 1965, p. 19). No Mato Grosso muitas cidades surgiram porque as antigas já não atendiam as demandas do mercado, agora muito mais dependente das ordens de grandes centros mundiais.

Geiger (1963) ressalta que a classificação de cidades, segundo períodos históricos, deve ser realizada quando o período é substantivado pela atividade econômica motriz, relacionando-os aos ciclos econômicos ou às etapas de desenvolvimento. Spósito (1996), ao discutir a relação entre a espacialidade, o cotidiano e o poder através da rede urbana paulista, aponta que a espacialidade da rede urbana é resultado da diferenciação e especialização regional, que por sua vez está atrelada ao poder econômico que conduz esse processo. Sem dúvida a produção do espaço intra-urbano em Sorriso-MT, que o insere também na rede urbana regional, é determinado pelo poder econômico. O poder político incorpora os interesses econômicos para a produção do espaço municipal.

Lavinas (1987, p.102) afirma que um dos sentidos da urbanização é justamente a construção de um poder político, “a implantação de colônias agrícolas, projetos de loteamento com vistas à constituição de futuras sedes de municípios são uma tentativa *sui generis* de construção desta autonomização política, tão necessária à fase de consolidação deste processo de reespecialização do agro brasileiro”. A formação de um centro urbano cria um dos requisitos primordiais à instituição de um município⁶ que em pequenas e médias cidades tem ainda mais importância, pois, além do provimento dos serviços básicos como saúde, educação, saneamento, pavimentação, entre outros, é um importante gerador de empregos.

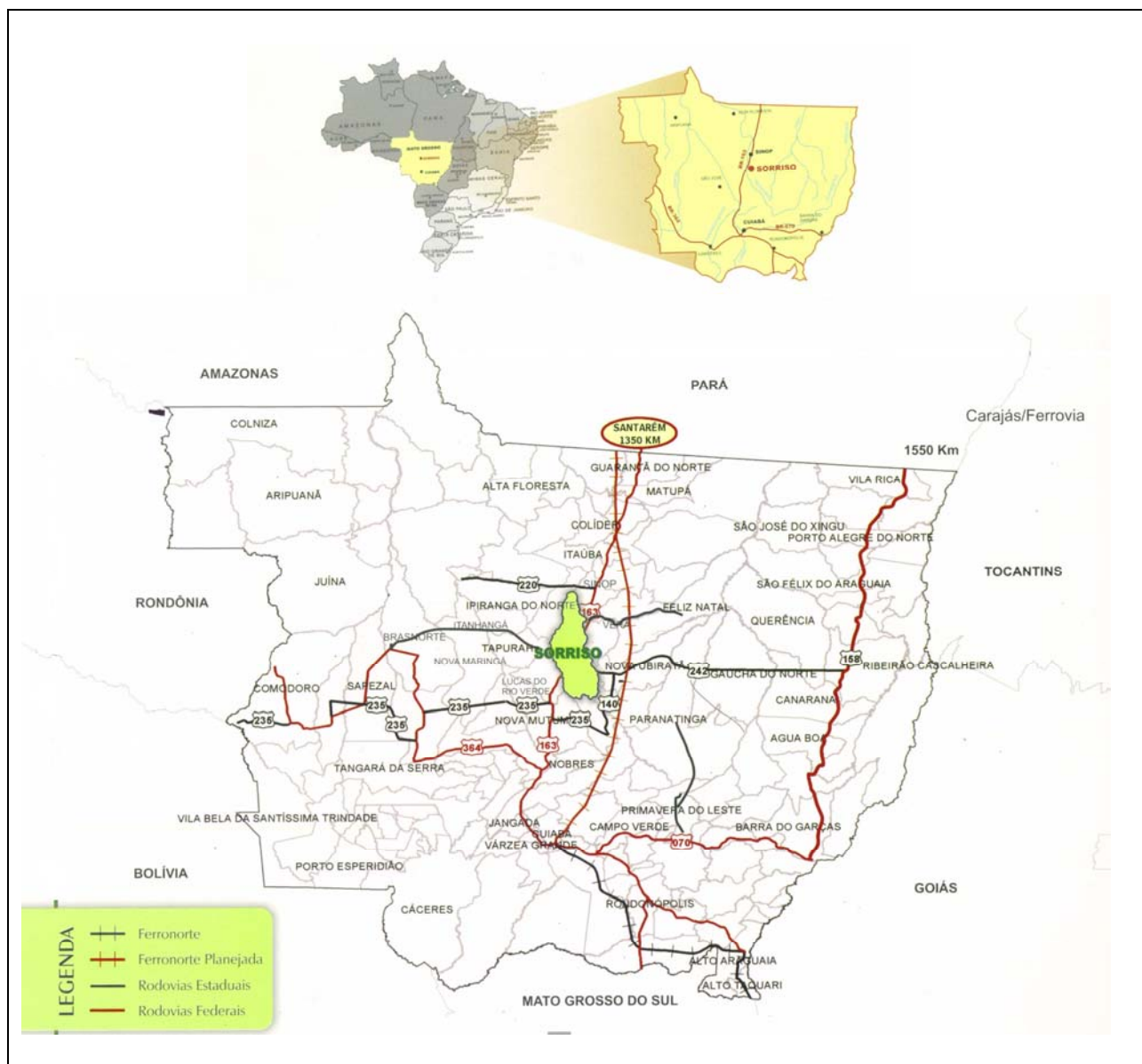
⁶ Isso não significa que todo centro urbano tornar-se-á município. Há municípios que apresentam, excluindo a sede municipal, vários outros centros urbanos, muitas vezes transformados em distritos, mas, não solicitam necessariamente emancipação.

A institucionalização do município de Sorriso, típico de fronteira agrícola, ocorreu em 1987⁷. Hoje, Sorriso ganha o título de maior produtor de soja do Brasil e o maior produtor mundial de grãos. Sorriso é um município que tem o comércio e o setor de serviços totalmente associados à produção de grãos. A própria paisagem da cidade denuncia sua especialização. Além disso, Sorriso também tem uma origem típica da geração de municípios do agronegócio: a “neo-colonização” dada pela migração “sulista”.

Guardadas as especificidades da formação municipal de Sorriso, importa-nos captar a essência do funcionamento dos novos municípios ligados à produção agrícola moderna, para justamente compreender o papel que o poder público municipal exerce na produção dessas regiões. Localizado no centro-norte do estado do Mato Grosso (Mapa 03), apresenta um relevo plano, ideal para a mecanização agrícola (Fotos 01 e 02). Sorriso é um importante entroncamento de rodovias, pois é servido pelas BR’s 163 (Cuiabá-Santarém) e 242 (que dá acesso a BR-158), entre outras estradas vicinais que garantem o escoamento da produção de grãos.

⁷ A aprovação da emancipação de Sorriso ocorreu em 1986 e a institucionalização ocorreu em 1987 com a primeira eleição para prefeito e vereadores.

Mapa 03: Localização de Sorriso - MT



Fonte: Prefeitura Municipal de Sorriso (2006); reorganizado pela autora.

Foto 01: Vista Geral da Cidade de Sorriso – MT (2006)



Fonte: Prefeitura Municipal de Sorriso (2006)

Foto 02: Colheita da Soja no Município de Sorriso – MT (2005)



Fonte: Cedida por Josi Bergmann⁸

⁸ Jornalista da Folha do Cerrado em Sorriso.

Hoje esse município apresenta uma grande densidade técnica que se instalou no local para atender a especialização produtiva. Quando do pedido de emancipação (1986), Sorriso possuía cerca de 10.180 habitantes, em 2000 possuía uma população 46.000 habitantes (hoje estima-se em 65.000 habitantes), sendo o 10º em população no estado (Tabela 03). Passou por um forte processo de atração de migrantes em anos recentes, de população qualificada e especializada (sulistas) e de grande massa de população sem qualificação profissional⁹, vinda, sobretudo do Norte e Nordeste. A Tabela 03 e 04 apontam como o estado do Mato Grosso recebeu uma grande quantidade de população, principalmente nas últimas décadas. Segundo a informação da secretaria de Ação Social do município de Sorriso, o fluxo de população para o município diminuiu nos dois últimos anos, em função da crise do agronegócio que afetou o município e o estado como um todo.

Tabela 03: Maiores Municípios em População no estado do Mato Grosso – 2003

	Município	População
1	Cuiabá	524.666
2	Várzea Grande	242.674
3	Rondonópolis	163.824
4	Sinop	94.724
5	Cáceres	87.708
6	Tangará da Serra	68.191
7	Barra do Garças	55.397
8	Primavera do Leste	53.881
9	Alta Floresta	47.190
10	Sorriso	46.023

Fonte: Anuário estatístico do estado do Mato Grosso (2004)

⁹ Não é intuito deste trabalho, discutir especialmente as diferenciações entre indivíduos e classes sociais, todavia reconhecemos que são estímulos do mercado (inclusive da democracia de mercado ajustado pelo Estado) que decidem quem são os classificados e os desclassificados sociais: Termos como mão-de-obra qualificada e desqualificada servem para mascarar o fato de que também os “desqualificados” cumprem sua função na divisão social do trabalho. Para uma aprofundada discussão sobre as desigualdades brasileiras, dentro desta perspectiva, consultamos Souza (2006).

Tabela 04: Evolução da população de Mato Grosso (1940-2005)

Anos	População
1940	432.265
1950	522.044
1960	889.539
1970	1.597.090
1980	1.138.691
1991	2.027.231
2000	2.504.353
2005*	2.803.274

*Estimativa do IBGE

Fonte: Anuário estatístico do estado do Mato Grosso (2005)

O município de Sorriso é fruto da política estatal de incorporação econômica do território nas décadas de 1970 e 1980 e da associação com a colonização privada. A integração de toda a região Centro-oeste, segundo Cataia (2006), deu-se através de um tripé, formado pelos incentivos do Estado, pelo uso das mais novas tecnologias disponíveis à produção do campo e pela associação com os grandes capitais privados nacionais e internacionais.

Os projetos de integração rodoviária do Centro-Oeste na década de 70 vieram acompanhados por grandes programas governamentais para uma nova ocupação, dos quais destacamos: o programa de crédito subsidiado; programas de incentivo à pecuária; política de preços únicos de combustíveis e subsídio ao diesel; PROÁLCOOL; política de equiparação de preços mínimos das aquisições do governo federal (AGFs); Assistência técnica e pesquisa (EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR); Programa de incentivo fiscal para Amazônia Legal; Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); Programa de Desenvolvimento da Grande Dourado (PRODEGRAN); Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODESTE); Programa de Redistribuição de Terra (PROTERRA); PRODEPAN (Programa do Desenvolvimento do Pantanal); Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste); o Coexport (Corredores de Exportação, tinha como objetivos aumentar a capacidade de exportação e viabilizar o acesso aos principais portos de escoamento – Santos, Tubarão e Paranaguá); Programa Nipo-brasileiro de cooperação do Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer); Programa de Incentivo à Produção de Borracha (PROBOR); Programa de Desenvolvimento Integrado do Araguaia-Tocantins (PRODIAT);

Programa de Desenvolvimento Integrado Eixo Norte – BR-163 (PRODIEN); Programa de Desenvolvimento Industrial do Mato Grosso (PRODEI); Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Promat); implantação da SUDECO (Superintendência para o desenvolvimento do Centro-Oeste) em 1967; além dos incentivos fiscais e o crédito rural subsidiado (GOODMAN, 1978, ABREU, 2001, MORENO, 2005).

Todos os programas tiveram seu início na década de 1970 e apontam a preocupação estatal em incorporar o Norte e o Centro-Oeste à economia nacional e, por sua vez, integrar o Brasil à economia internacional, atendendo às necessidades da economia mundial.

Segundo Moreno (2005), a “Revolução Verde”, financiada pelas fundações Rockefeller e Ford e Banco Mundial, tinha como objetivo implícito a expansão do consumo de bens de produção e insumos modernos fornecidos pelas indústrias estrangeiras transnacionais do setor agroindustrial, principalmente as norte-americanas. Esse seria um outro elemento da nova ocupação do Centro-Oeste. Sob o pretexto de superar os obstáculos tecnológicos e resolver o problema da fome, a “Revolução Verde” consistia em um pacote de transferência de tecnologias e produtos para a modernização da agricultura (fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, tratores e caminhões) proporcionando maior produtividade. Embora a “Revolução Verde” não tenha sido tão eficiente no Centro-Oeste, a modernização agrícola dessa região agregou elementos desse processo, isto é, o pacote tecnológico modernizador, idéia base da “Revolução Verde”, difundiu-se no Centro-Oeste.

Segundo Goodman (1978), todos os programas governamentais de ocupação dessa região deram preferência ao desenvolvimento de atividades agrícolas modernas com base no modelo fazenda-empresa (latifúndio), com grande exigência de capital.

Becker (1990) discute a apropriação da Amazônia Legal, que se estende ao estado do Mato Grosso, afirmando que a fronteira no final do século XX assume novos significados com o novo patamar da integração nacional: antes as fronteiras relacionavam-se com o povoamento e investimentos em atividades primárias, e poderia ser sinônimo de terras devolutas. Mas a partir do final do século XX a fronteira, com o mercado unificado e sob o comando de uma nova dimensão do capital, nasce diferenciada porque se sobrepõe às atividades já existentes. Além disso, o Estado tem papel fundamental no planejamento, através dos investimentos em infraestrutura, como nas redes de transporte (a novidade do final do século XX são os investimentos

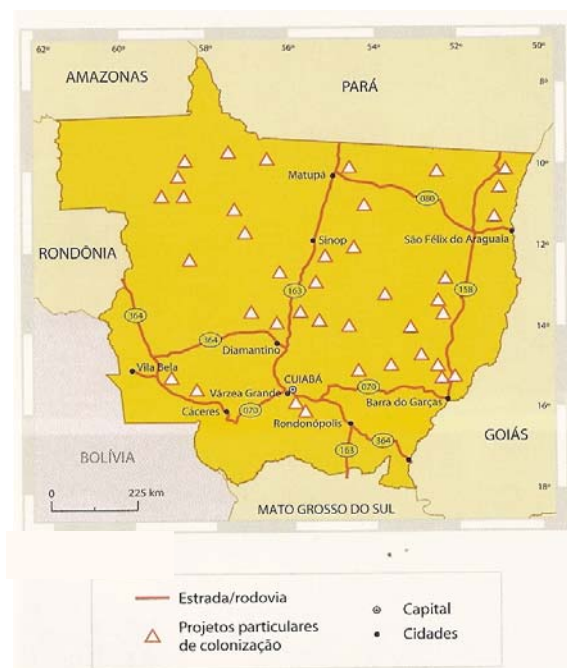
em transporte fluvial), de telecomunicações, na rede urbana e na produção e transmissão de energia elétrica.

Teixeira (2000) afirma que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) exerceu papel importante na nova colonização do Mato Grosso, entretanto alterou seu papel político com o tempo. *“Entre 1970 e 1974, a prioridade era a colonização social, que optava pelos camponeses mais pobres. A partir de 1975 até o final da década, o Governo adota uma colonização comercial, marcada pela venda de grandes extensões de terra a empresas colonizadoras”* (TEIXEIRA, 2000, p. 6). Segundo Hespanhol (2000 *apud* Teixeira 2000, p. 7), a colonização realizada pelo INCRA fracassou. Assim o governo federal passou a estimular a implantação de projetos agropecuários e agrominerais, ganhando impulso a colonização gerida por empresas privadas, principalmente ao longo da Rodovia Cuiabá-Santarém e da BR-364.

Em 1968 é criada a CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso), que passou a coordenar a colonização no estado. Houve tentativa do governo estadual em fazer avançar a fronteira para o norte de Mato Grosso, entretanto, somente quando o governo federal iniciou projetos de infra-estrutura, com os grandes eixos rodoviários é que houve algum êxito nessa nova ocupação.

Em 1971 o INCRA iniciou a implementação de sua política de transferência da colonização para o setor privado (Mapa 04), porém foi somente em 1977, com a criação do Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), que ocorreu a regularização das concessões de terras para a nova forma de ocupação: empresas privadas de colonização aliadas ao poder público.

Mapa 04: Projetos de Colonização Privada no Mato Grosso (1970/1980)



Fonte: Moreno, 2005 (in: Geografia do Mato Grosso, 2005)

Dessa maneira, a colonização do Mato Grosso é efetuada prioritariamente por grandes empresas de colonização como a **Colíder**, **Sinop** e a **Indeco**, que implantaram seus programas de valorização agrícola das terras apoiados na rede urbana e em centros rurais (TEIXEIRA, 2000).

Sorriso, criado em 1987, desmembrado de Nobres, está totalmente inserido neste contexto, pois representa a união do projeto estatal de ocupação (um projeto geoestratégico), com o modo de colonização privada. Além disso, os migrantes do Sul do país viriam representar uma força de trabalho “ideal” para a efetivação da nova ocupação, visto que já possuíam certo capital acumulado e adaptavam-se ao uso de tecnologias modernas.

O município de Sorriso foi criado a partir de uma colonizadora privada, a Colonizadora Sorriso, posteriormente chamada Colonizadora Feliz (Foto 03), que ainda hoje existe e é comandada por Luciane Frâncio e Nei Frâncio, filhos de Claudino Frâncio, um dos “pioneiros” de Sorriso. Atualmente faz parte de um grande grupo econômico (Grupo Frâncio) que atua no agronegócio. A Colonizadora ainda hoje é uma grande imobiliária, comercializando lotes rurais e urbanos a preços inacessíveis¹⁰ à grande maioria da população.

¹⁰ As informações sobre a inacessibilidade da população a terra, sejam lotes urbanos ou rurais, foram extraídas de entrevistas durante trabalho de campo, dessa forma, não possuímos dados estatísticos sobre o preço da terra em Sorriso.

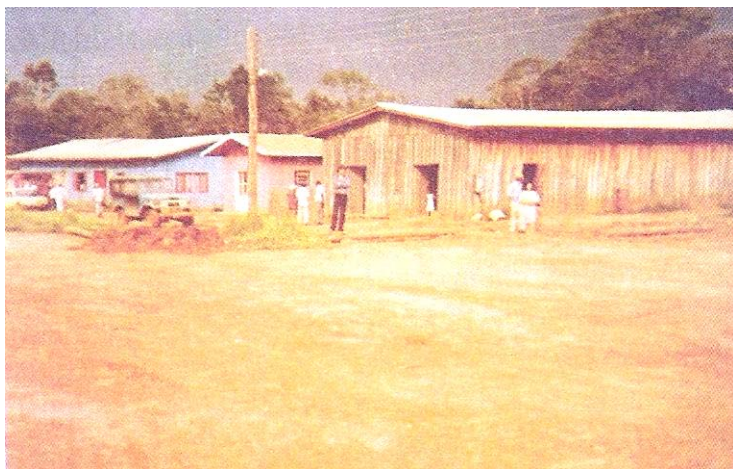
Foto 03: Escritório da Colonizadora Feliz em Sorriso – 2006



Fonte: Autora (trabalho de Campo)

A colonização que originou o município de Sorriso iniciou-se quando Benjamim Raiser, seu filho Ivo Raiser e seu genro Nelson Frâncio visitaram a região em 1972. Em 1973, compraram inicialmente alguns hectares de terras de corretores conhecidos como Edmund Zanini e Benedito Reno (Bené). A intenção da compra das terras era formar uma agropecuária, em função das áreas serem muito grandes e eles não terem capital o suficiente para “desbravar” e produzir, eles venderam parte das terras para seus compadres, parentes e amigos do Sul. Assim começaram a divulgar a venda de terras no Sul e houve uma corrida por essas terras, pois era barata, possibilitando a venda de pequenos lotes no Sul e a compra de grandes extensões no Mato Grosso. A partir daí forma-se a Empresa Sorriso, colonizadora comandada por Claudino Frâncio. Nessa época, na região onde hoje se encontra Sorriso, nada existia em termos de infra-estrutura, tudo era “cerradão”. Os primeiros agricultores montavam acampamentos de lona e posteriormente começaram a construir casas de madeira e as edificações necessárias à vida de uma cidade (Foto 04 e 05). Aos poucos as famílias chegavam, compostas por catarinenses, gaúchos e paranaenses (DIAS & BORTOCELLO, 2003).

Foto 04: Primeiras Construções em Sorriso – Restaurante (azul), Açougue (rosa) e Rodoviária (sem pintura) – 1976



Fonte: Dias & Bortocello (2003)

Foto 05: Primeiros Moradores de Sorriso – 1976



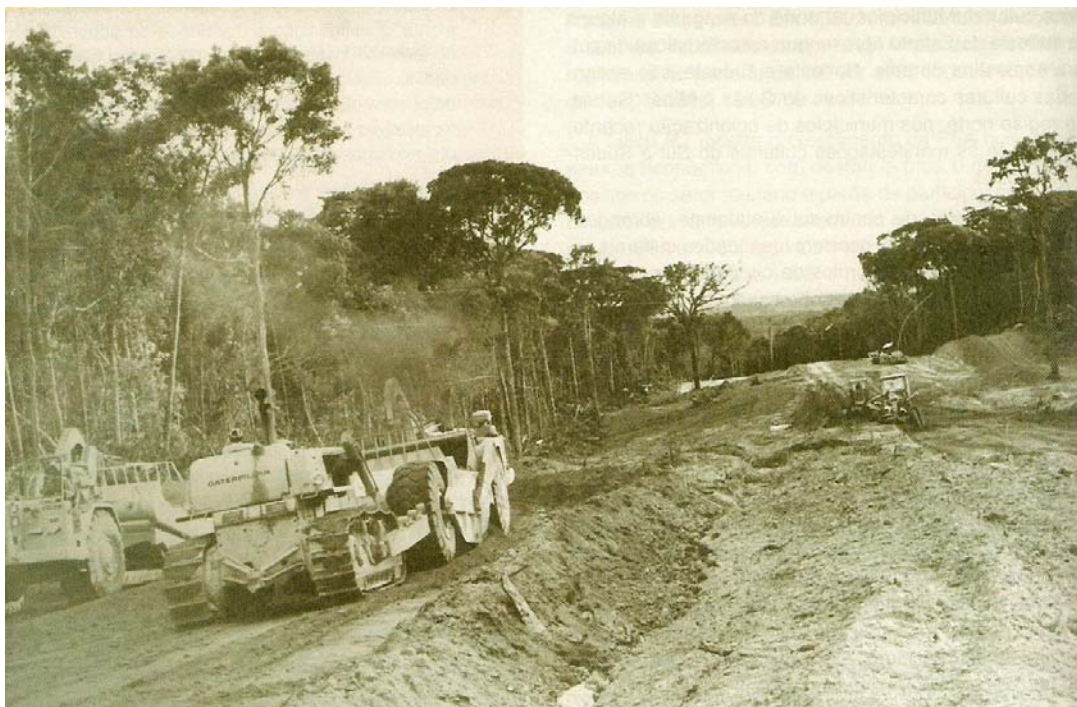
Foto: Família de Ivone Deroit; cedida por Josi Bergmann

Inicialmente a agricultura baseou-se na produção de arroz, posteriormente, dadas as condições conjunturais e estruturais, a soja foi implantada, formando uma região altamente especializada na produção desta *commodity*, com uso de tecnologia para aumento da produtividade.

É possível reconhecer as intersecções entre o projeto “individual” de ocupação e o projeto estatal, pois sabemos que as colonizadoras não teriam se instalado, tampouco a economia da soja seria dinamizada se não fossem construídas estradas para viabilizar a fluidez das pessoas e mercadorias, como é o caso da BR-163¹¹ (Foto 06), ainda que o meio de circulação apresente-se ainda hoje precário.

¹¹ O primeiro restaurante de Sorriso além de atender os migrantes recém-chegados, também fornecia refeições ao 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) do exército que construía a BR-163.

**Foto 06: Abertura da BR-163 pelo 9º Batalhão de Engenharia do Exército –
Década de 1970**



Fonte: Geografia do Mato Grosso (2005)

A modernização do território, efetuada pelo Estado, transformou a base produtiva do Mato Grosso, que passou a ser comanda por grandes empresas nacionais e multinacionais, principalmente empresas ligadas à comercialização da soja, que se difundiu rapidamente na região.

Sorriso produz hoje cerca de um milhão e seiscentas mil toneladas de soja (Tabela 05) e nasceu em função do crescimento desta cultura, ou seja, Sorriso já nasceu especializado. Segundo a justificativa do projeto de criação do município:

Sorriso é um feliz projeto de colonização que deu certo em todos os aspectos. Os colonizadores do sul do país, buscando um local apropriado para se instalar e promover o assentamento de muitas famílias de colonos, com o objetivo de plantar grãos e colhe-los, não só para o seu conforto pessoal e familiar, mas também para alcançar o desenvolvimento do estado que em última análise beneficia a todos indistintivamente, encontraram a terra apropriada. Passando com todas as dificuldades pelas estradas de chão, quase intransitáveis durante o período chuvoso [...] Instalam-se praticamente atolados até à cintura naquela lama vermelha que prometia tantos rendimentos. **Igual cogumelos foram surgindo casas, armazéns, silos, estradas de penetração e milhares de**

alqueires de terra cultivada. A soja verdejou pelos campos sem fim de tal maneira que a felicidade prenunciada do projeto de colonização se abriu num largo Sorriso [...].

Tabela 05: Evolução da Produção de Soja em Sorriso – MT

Safra	Área Plantada (ha)	Produtividade (kg./ha)	Produção (ton.)
81/82	500	1.500	750
82/83	16.000	1.680	26.880
83/84	45.000	2.160	97.200
84/85	67.356	2.100	141.446
85/86	76.250	2.280	173.850
86/87	107.000	2.450	262.150
87/88	112.000	2.030	227.360
88/89	141.000	2.436	343.476
89/90	140.000	2.916	408.240
90/91	96.125	2.348	225.702
91/92	140.000	2.520	352.800
92/93	165.000	2.543	419.595
93/94	210.000	2.700	567.000
94/95	250.000	2.280	570.000
95/96	200.000	2.600	520.000
96/97	215.000	2.777	597.143
97/98	320.000	2.880	921.600
98/99	350.000	3.300	1.115.000
99/00	367.000	3.300	1.211.100
00/01	440.000	3.420	1.504.000
01/02	492.000	3.300	1.623.600
02/03	523.000	3.060	1.600.380
03/04	523.000	3.227	1.688.120
04/05	582.356	3.098	1.804.669

Fonte: IBGE; Elaboração da autora.

Sorriso acolhe em seu território toda uma especialização produtiva voltada para a moderna agricultura de grãos (principalmente soja). A área do município é de 10.480 Km², com aproximadamente 80% de área plantada. Toda essa organização territorial do município impõe-se sobre o uso que se faz desse território.

Segundo Santos (1994b), o processo de globalização, uma nova fase da difusão do modo de produção capitalista, ocorre nos lugares em função da nova base técnica que se impõe. *“Pelos novos objetos em que se apóia e pelas relações que cria, a nova divisão do trabalho leva a uma verdadeira mundialização dos lugares. Esses lugares, mais que antes, têm um ar de família, pela sua materialidade e pelas relações que permitem”* (SANTOS, 1994b, p. 18). A mundialização dos lugares permite sua especialização e complexidade, respondendo por uma demanda também

mundializada e consagrando-se a uma tipologia limitada de atividades, cada vez mais exigentes de infra-estruturas precisas e também especializadas.

O município de Sorriso seria um desses lugares especializados e obedientes ao processo de globalização econômica. É sabido que, cada vez mais as economias locais (onde há o que ofertar), convertem-se em nódulos de redes produtivas globais. Sorriso se solidariza com vários outros municípios surgidos sob o mesmo contexto regional (no estado do Mato Grosso, e de maneira geral no *front* agrícola).

A especialização produtiva municipal é uma forma de transformação das cidades – e mesmo regiões – em agentes da competitividade global, portanto para além das fronteiras nacionais. As prefeituras municipais desempenham importante papel nesta competitividade, exemplarmente Sorriso demonstra esses elementos: a) melhorando o nível de escolaridade de crianças e jovens com vistas à preparação de força de trabalho adequada à especialização do lugar; b) implantando centros de inovação (de capacitação e formação de professores, uma unidade de pesquisa da Fundação Mato Grosso¹²; c) implantando programas de formação profissional para adultos; d) desenvolvendo novas infra-estruturas (como o projeto do município de Sorriso para pavimentação das estradas municipais – fundamentais para o escoamento da produção de soja e o projeto de implantação do aeroporto municipal); e) melhorando o transporte urbano: a prefeitura projeta a construção de um túnel sob a rodovia BR 163 que corta o município. Este túnel evitaria os constantes acidentes de trânsito entre o fluxo local e o de cargas da rodovia; f) projetando melhoria na “qualidade de vida” da população, como a implantação de praças e parques municipais (O Projeto Sorriso 2020 prevê a construção de um Jardim Botânico, um Praça Central, uma Casa de Cultura e a construção de uma vila rural às margens do rio Lira).

Todos estes investimentos locais colocam o território municipal como um subespaço da economia internacional, já que os investimentos não teriam sido realizados fora do jogo da competitividade global. Esta é uma mudança fundamental do período atual: a intervenção do Estado nacional é enfraquecida em face aos governos locais, aumentando os particularismos em função das condições locais ou regionais. À medida que os lugares aprofundam sua inserção na competitividade global exigem maior descentralização administrativa e política.

¹² Além dos centros de pesquisa da Pionner e Monsoy (Monsanto).

Dada a diferenciação da incorporação dos lugares à economia capitalista, principalmente no território brasileiro, em que essa incorporação deu-se em fases ou surtos, a necessidade de se criar novas fronteiras municipais na região de *front* provêm de demandas específicas, ainda que existam semelhanças com outras regiões do território. Em uma breve análise da origem dos maiores municípios produtores de soja (Tabela 06), constatamos que a maior parte desses municípios foram criados recentemente e desmembrados de antigos municípios da mineração dos séculos XVII e XVIII como Cuiabá, Diamantino e Poxoréo, ou seja, essas emancipações muitas vezes ocorrem numa tentativa dos municípios mais “dinâmicos” se desligarem da antiga sede municipal, considerada obsoleta e lenta para a nova atividade.

Tabela 06: Ano de Criação e Origem dos Maiores Produtores de Soja do Mato Grosso – 2006

	Município	Ano de Criação	Município de Origem	Produção de Soja (ton)
1º	Sorriso	1986	Nobres	1.789.974
2º	Nova Mutum	1989	Diamantino	962.045
3º	Sapezal	1994	Campo Novo dos Parecis	931.653
4º	Campo Novo dos Parecis	1989	Diamantino	868.770
5º	Diamantino	1820	Cuiabá	794.880
6º	Lucas do Rio Verde	1989	Diamantino	684.032
7º	Nova Ubiratã	1995	Vera e Sorriso	631.029
8º	Campos de Júlio	1997	Várzea Grande	591.963
9º	Primavera do Leste	1987	Poxoréo	550.440
10º	Querência	1991	Canarana e eSão Félix do Araguaia	461.100

Fonte: Elaboração da autora

Dois períodos de criação de municípios destacam-se: uma geração de municípios antigos, criados principalmente a partir da mineração; e os novos municípios surgidos do agronegócio, sendo uma parte destes últimos originários do projeto geopolítico do período militar e o restante (pós 1980) resultado da incorporação do Mato Grosso à nova divisão internacional do trabalho.

As famílias de municípios são materializações dessas novas significações dos lugares, além de evidenciarem as sucessivas divisões territoriais do trabalho em cada período. *“As formas antigas permanecem como heranças das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. Elas são também uma condição, e não das menores, de realização de uma nova divisão dos trabalhos”* (SANTOS, 1979, p. 42)

Segundo Santos (1979), quando uma nova atividade é criada em um lugar, ou quando atividades pré-existentes são incorporadas por novas tecnologias, o valor do lugar muda. Uma vez que os lugares não existem de forma autônoma e isolada, mas são interdependentes,

sobretudo no atual período, ocorre então uma mudança do valor de todos os lugares. Dessa maneira, há uma nova reorganização na hierarquia dos lugares, uma nova significação para cada lugar e para todos os lugares, tornando alguns obsoletos e outros funcionais à lógica instalada pelo mercado.

O município de Sorriso representa essa geração de municípios da moderna agricultura. Sua criação insere-se no contexto do avanço do meio técnico-científico e informacional no território e de inserção do Brasil na economia mundial.

A família de municípios do agronegócio ilustra um caso de especialização territorial produtiva. Segundo Santos & Silveira (2001), com a nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade do intercâmbio. Afirma-se, então, uma especialização dos lugares, que por sua vez, alimenta a especialização do trabalho. Esses autores exemplificam a especialização produtiva citando cidades de confecção de calçados: Birigui (calçado infantil), Franca (calçado masculino) e Jaú (calçado feminino). As modernas cidades do estado do Mato Grosso caracterizam-se, sobretudo, por serem cidades especializadas e adaptadas à produção do campo. Para Corrêa (1999) as especializações produtivas conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, ou seja, portam uma diferenciação no âmbito da economia global e de uma integração a esta economia.

A especialização produtiva torna-se mais complexa no meio técnico-científico-informacional. Há maior aprofundamento da divisão territorial do trabalho, com um novo desenho da complementaridade regional. A região Centro-Oeste, em função de menores densidades técnicas capitalistas anteriores, ainda que de maneira contraditória e muitas vezes violenta, acolhe aceleradamente as novas formas de produção do mundo da globalização. Cabendo aos municípios a regulação dos conflitos e carências locais, bem como a viabilização de infra-estruturas destinadas à fluidez do agronegócio.

03 – Especialização produtiva dos municípios no *front*: a interdependência entre cidade e campo

A urbanização brasileira modifica-se significativamente no período atual sem deixar de exercer suas funções clássicas. As cidades assumem o papel de acelerador do consumo.

No período colonial as cidades das regiões agrícolas, segundo Geiger (1963), eram sedes de pequenos comércios, de algumas atividades artesanais. Além disso, esses centros não passavam de simples postos administrativos, pontos de reunião (atos festivos ou religiosos), local de residência permanente para alguns fazendeiros e passageira para outros. O dinamismo da rede urbana brasileira ocorreria após a República, sobretudo, no Centro-sul do Brasil com o desenvolvimento do café e a industrialização em São Paulo e Rio de Janeiro.

Para Geiger (1963), a decadência de muitas cidades relaciona-se à decadência das atividades econômicas regionais, ou seja, nos novos ciclos econômicos estas cidades foram abandonadas porque não dispunham dos novos elementos dos novos ciclos, é o caso da mineração (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso), do ciclo da borracha no norte do país e do ciclo do açúcar no Nordeste.

A urbanização brasileira possui várias fases e diferenciações regionais. Segundo Santos (2005), Salvador teria comandado a primeira rede urbana das Américas, formada juntamente com Cachoeiras, Santo Amaro e Nazaré. O autor assegura que o dinamismo da história brasileira é impulsionado pelo campo no período colonial. Azevedo (1956), ao fazer um resgate histórico da urbanização no Brasil desde o século XVI até a segunda metade do século XIX, aponta que realmente era discutível a designação de cidades para certos vilarejos nesta época, o que levou muitos intelectuais a afirmar um “anti-urbanismo” no Brasil colonial. Entretanto Azevedo (1956) aponta que:

Aquele tão proclamado anti-urbanismo perde bastante sua força, pois 225 aglomerados urbanos para um país de 5 milhões de habitantes não constitui nada de estranhável, nem de alarmante [...] a Geografia Geral nos ensina, comprovadamente, que a concentração urbana é fenômeno recente, apenas registrado a partir do século XIX? Por que motivo imaginar-se que o Brasil colonial, na modéstia de sua posição demográfica e com as alternâncias contrastantes de sua evolução econômica, haveria de constituir uma exceção à regra universal?(AZEVEDO, 1956, p. 70).

Até o século XVII a casa da cidade era a segunda residência dos fazendeiros ou dos senhores de engenho. A partir do século XVIII houve uma inversão nesta relação, o fazendeiro vai à fazenda somente no momento da colheita (SANTOS, 2005). Ocorreu uma transição da cidade social, que tinha como símbolo a igreja, para a cidade econômica com o desenvolvimento da cultura do café. A igreja deixa de ser o germe do núcleo urbano, dando lugar a outros símbolos como o hotel, a farmácia, o médico, etc. (GEIGER, 1963).

Um fato importante de nossa urbanização ocorreu com a industrialização do país após 1930. Neste momento a industrialização e a urbanização eram fenômenos interdependentes. Na década de 1970 a maior parte da população brasileira passou a viver em cidades. De 1940 a 1980 houve um aumento de 653,03% da população urbana no Brasil (SANTOS, 2005).

A urbanização expandiu-se pelo território na década de 1970, o avanço dos sistemas técnicos e da fronteira de modernização agrícola também formaram a fronteira da urbanização. Houve uma complexização da rede urbana brasileira com o aumento da população vivendo nas grandes metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro e o crescimento das cidades denominadas *cidades médias*. Segundo Spósito (2001), a definição de cidade média não se relaciona obrigatoriamente ao número de habitantes, mas às redes de relações que a cidade traça com outras cidades de mesmo porte, maiores ou menores. A função exercida por essa cidade determina sua hierarquia.

A região Centro-Oeste destacou-se, na década de 1970, por ser a região que mais se urbanizou em tão pouco tempo. Ao mesmo tempo em que se urbaniza, esta região do país tem como principal impulso econômico a produção agrícola, sobretudo de *commodities* como a soja. A modernização agrícola nesta região ocorreu sobre as seguintes bases: territorial, pois, necessitou do desenvolvimento dos sistemas de transportes materiais e imateriais; difusão do consumo (industrialização e necessidade de aumento da produção material passam a criar mais fluidez no território em função das trocas e especializações produtivas) e o desenvolvimento técnico-científico (biotecnologia), que permitiu que o Centro-Oeste passasse a produzir soja em região de cerrado.

O fenômeno da urbanização relaciona-se diretamente com o processo de ampliação do modo de produção capitalista. Segundo Spósito (1998) a cidade, que não é uma criação do modo de produção capitalista, foi recriada, agregando funções do passado para atender as necessidades de difusão desse modo de produção. A cidade, através da concentração e da densidade, viabiliza

com rapidez o ciclo do capital, ou seja, encurta o processo de produção e consumo. Assim a urbanização não seria apenas um processo de transferência da população do campo para as cidades, uma vez que incorpora um modo de vida novo, baseado na sociedade do consumo. A cidade seria então a expressão da materialização do modo de produção vigente.

A urbanização faz parte dos novos usos econômicos, político e demográfico do território e com a fronteira de ocupação capitalista. A urbanização das regiões de *front* é resultado da economia agrícola. Segundo Spósito (2001), a industrialização tem papel fundamental na redefinição da urbanização brasileira, em vista do seu papel na constituição do modo capitalista de produção. No entanto, Spósito (2001) acrescenta que a complexidade da divisão social do trabalho redefiniu a função das cidades de diferentes portes no território: o consumo de bens e serviços relacionados à modernização do setor agropecuário é um dos elementos explicativo do avanço da importância do papel comercial e de serviços de cidades médias e também para as cidades locais.

Para Spósito (1999), as dificuldades em definir o papel exercido pelas cidades na atualidade provêm dessa complexização da rede urbana brasileira, a multiplicação de papéis urbanos, bem como o aumento do número e tamanho das cidades. A autora ressalta a importância dos fluxos no estabelecimento das relações entre as cidades, “*pois, há relações do tipo hierárquicas, relações do tipo competitivas e relações do tipo complementares entre urbes de diferentes portes e que desempenham diferentes papéis*” (SPÓSITO, 1999).

Sabemos que a urbanização no *front* é promovida pela atividade agrícola, porém, ela se relaciona também com um processo maior de divisão territorial do trabalho dentro do território brasileiro (e no mundo), no qual as regiões se especializam. Coube ao Mato Grosso a especialização produtiva baseada em *commodities* agrícolas.

Silveira (1997), baseando-se em Simondon (1958), aponta que os objetos técnicos atuais apresentam grande rigidez, pois são pensados e criados com uma funcionalidade específica. Isso gera também a rigidez do território. As cidades, enquanto grandes objetos técnicos, surgem com as funcionalidades de cada período e estão inseridas em seu contexto regional. Dada a tendência à fragmentação da divisão territorial do trabalho, as cidades estão cada vez mais especializadas. Os municípios do agronegócio do Mato Grosso, que nascem da especialização da produção de *commodities*, acabam incorporando também essa rigidez ao território, aprisionando o cotidiano dos municípios às funções de regulação das atividades produtivas, cujo comando é longínquo.

As atividades agrícolas hoje teriam um importante papel na conformação de especializações produtivas, dando origem àquelas *cidades do campo* (SANTOS, 2005). Ribeirão Preto e Matão, estudadas por Elias (1996), ilustram estas cidades do campo, pois a primeira especializou-se na produção da cana-de-açúcar e a segunda na produção de laranja. O comércio e os serviços dessas cidades foram orientados a estas especializações produtivas.

Segundo Santos (2005, p. 49) “*O espaço se torna mais articulado às relações funcionais, e mais desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem*”, assim o comando da produção não se dá no local da produção, origina-se dos agentes que tem o poder e controle dos *círculos de cooperação da produção*. Ao mesmo tempo, essa nova forma de distribuição da produção necessita de agentes reguladores no local da produção. O município, através de suas ferramentas legais constitui-se em elemento do circuito de cooperação da produção.

Sorriso pode ser considerada exemplo de *cidade do campo*, bem como a maioria das cidades criadas no estado do Mato Grosso, desde a década de 1980. A cidade passa a ser o *locus* da regulação do campo. As demandas do campo como mão-de-obra especializada, máquinas agrícolas modernas, insumos específicos à produção do campo, objetos técnicos e informacionais, etc. são fornecidos pela cidade. Esta é uma das características da nova urbanização que ocorre nas áreas de fronteira agrícola de modo geral. Por isso a modernização agrícola nestas regiões tem como fenômeno interdependente a urbanização.

Acrescentamos também as emancipações municipais, uma vez que o poder público local, através de suas ações promove a especialização produtiva e a respectiva urbanização. Abreu (2001) indica que as novas cidades surgidas no Centro-Oeste são resultados da ação das empresas colonizadoras que criaram núcleos urbanos sob uma lógica de especulação imobiliária. Era concedido para essas empresas colonizadoras o loteamento de grandes extensões, essas pagavam preços irrisórios pela terra, mas, vendiam a preços significativos. As colonizadoras para não arcar com os custos da implantação da infra-estrutura nesses loteamentos estimulavam a emancipação política:

“[...] muitas vezes, a emancipação política era conseguida rapidamente, logo que se aprovava o projeto e se instalavam algumas edificações; assim se transferindo para o Poder Público o compromisso de implantação elementos de infra-estruturas e serviços assumidos pelas empresas de colonização, o que justifica muitos dos gastos da SUDECO com o que chamavam de ‘urbano’” (ABREU, 2001, p. 305).

A modernização agrícola exige um novo tipo de urbanização, em que os elementos técnicos típicos do período têm que estar presentes. Essa nova urbanização demanda além do *consumo consuntivo* – que cresce em função do padrão de renda disponível e inclui o consumo de saúde, educação, do lazer, informações e dos objetos técnicos como eletrodomésticos, carros, etc. –, o *consumo produtivo* – esse relaciona-se elementos essenciais à produção moderna, no caso da agricultura de soja (ou *commodities* em geral), máquinas agrícolas, colheitadeiras, tratores, aviões de uso agrícola, agrotóxicos, adubos, além do consumo da biotecnologia entre outros, fazem parte desse consumo produtivo – que darão o perfil das novas cidades em regiões agrícolas (SANTOS, 2005).

O consumo produtivo demanda da cidade uma especialização e qualificação para que a produção se efetue. Simultaneamente, o consumo produtivo também gera renda e possibilidade de aumento do consumo consuntivo. Como afirma Santos (2005, p. 55), “*o consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, adapta-as*”.

Santos (2005) define com clareza as mudanças de conteúdo das cidades locais e das novas cidades locais (da nova urbanização): antes eram as cidades dos notáveis, do padre, do tabelião, da professora primária, do juiz, do promotor, do telegrafista, etc. Hoje, caracterizam-se como cidades econômicas, do agrônomo, do veterinário, do médico, do bancário, do piloto agrícola, do especialista em adubos, dos comerciantes especializados, etc. Trata-se da mudança das cidades dos notáveis para a cidade dos técnicos.

Os dados sobre Sorriso apontam que ela é uma cidade do campo, apresentando elementos do consumo consuntivo, como a educação (Tabela 07) e produtivo, adaptando-se às necessidades do campo.

Tabela 07: Situação Educacional em Sorriso – MT

Manutenção	Modalidade	Alunos	Unidades
Municipal	Educação Infantil e Ens. Fundamental	8.866	27
Estadual	Ensino Médio	4.233	05
Particular	Educação Infantil, Fundamental e Ensino Médio	1.810	09
Conveniada	Educação especial	120	01

Fonte: Prefeitura Municipal de Sorriso, 2005

Sorriso possui ensino superior composto por duas entidades públicas, a UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso) e a UNEMAT (Universidade Estadual do Mato Grosso) e duas entidades privadas, a FAIS (Faculdade de Sorriso) que oferece os cursos de letras, normal superior e administração e a FACEM (da Fundação Claudino Frâncio, entidade sem fins lucrativos), com os cursos de agronomia e educação física, arquitetura, ciências biológicas, química e administração.

A cidade de Sorriso possui cerca de 1.035 profissionais liberais (dados da prefeitura, 2006) distribuídos em áreas da saúde, agropecuária e engenharia, entre outras. Há cerca de 1.430 unidades ou estabelecimentos de serviços nas mais diversas modalidades, além de um Shopping Center de porte médio (Foto 07). Além disso, Sorriso possui seis agências bancárias (Banco do Brasil, HSBC, Bradesco, Unibanco, Caixa Econômica Federal e Sicredi), seis estações de televisão (TV Sorriso - Rede Record, TV Cidade – SBT, Rede Vida, CMA Comunicações, Rede TV e a TV Centro América – Rede Globo), duas estações de rádio (Radio Sorriso – AM e Jovem FM – FM Comunitária), sete jornais impressos de circulação municipal (Celeiro do Norte, Arinos, Diário Regional, Folha do Cerrado, Correio Matogrossense, a Gazeta e Folha do Estado), além da Revista Notícia do Estado do Mato Grosso (circulação estadual com sede em Sorriso).

Foto 07: Shopping Center em Sorriso - MT



Fonte: Autora (trabalho de campo)

Outro dado que expressa como Sorriso foi incorporado à modernização, tornando-se um *espaço luminoso* (SANTOS, 2002a), é a presença dos sistemas de telecomunicações. A telefonia fixa é operada pela Brasil Telecom, sendo que o município possui no total 8.500 unidades de telefones fixos, 130 de telefones públicos, 760 celulares rurais, 9.300 unidades de celulares móveis e 1.500 celulares móveis visitantes. Além disso, há no município os provedores de internet que operam em ADSL e em Banda Larga¹³.

Conhecida como a “República agrícola de Sorriso”, possui uma das maiores frotas de tratores e colheitadeiras do Brasil. Estima-se que cerca de setecentas colheitadeiras operam nas lavouras de Sorriso (REVISTA RDM, 2004).

Segundo Freire Filho (2005), Sorriso encontra-se em segundo lugar na hierarquia urbana da área de influência da BR-163, ficando atrás apenas de Sinop. Além de ser um pólo produtor de soja, também agrega o papel de centro de comércio e serviços. Atividades essas extremamente especializadas dado o motor da economia local.

A conformação do consumo produtivo e consuntivo orientado pela produção agrícola de *commodities* cria nos municípios do agronegócio uma racionalidade dependente dessa atividade, dependência essa que se estende para todos os âmbitos da *vida de relações* do lugar. A especialização produtiva nos municípios do agronegócio toma forma de especialização funcional, uma vez que todas as atividades da vida quotidiana estão conectadas à produção, impondo a esses lugares uma função dentro da divisão territorial do trabalho.

Sorriso e, a família de municípios do agronegócio, deriva de uma economia estruturada na produção agrícola, ou seja, é a produção de *commodities* que estrutura o *circuito superior da economia urbana* (SANTOS, 2004) nessas cidades. As outras atividades econômicas são desdobramentos dessa.

De acordo com Santos (2004), as especializações produtivas nos países subdesenvolvidos resultam das necessidades de uma *região motriz* (do próprio país ou do exterior). Essa especialização conforma-se em atividade “dominante” em relação às outras, de tal modo que, “[...] a vida da cidade com função dominante é inteiramente comandada pela produção principal cuja estrutura projeta-se sobre a cidade que ela criou ou que mantém; as outras atividades têm de se adaptar” (SANTOS, 2004, p. 340-341).

¹³ Os dados apresentados foram adquiridos em trabalho de campo, em material de divulgação da prefeitura e através do site oficial do município (<http://www.sorriso.mt.gov.br>).

Agrupamos as ocupações profissionais em Sorriso de acordo a economia urbana (Tabela 08). No caso de Sorriso, as ocupações originam-se do circuito espacial produtivo da soja (item 01 da Tabela 08). Entretanto, há atividades que não estão ligadas diretamente a esse circuito, mas são criados em função deste, como as ocupações exigentes de qualificação em nível superior. Essas ocupações são demandas do *consumo consuntivo*, incluem desde àquelas exigentes de formação superior como médicos, dentistas, professores, veterinários, etc., como àquelas que exigem formação específica, em que classificamos como “trabalhadores do lazer” (itens 2 e 3 da Tabela 08). Trabalhadores do comércio, agentes do serviço público, administradores (itens 4, 5 e 6 da Tabela 08, respectivamente) aumentaram significativamente em número nos anos analisados.

Destacamos que a indústria nesse município, como na maioria dos que surgiram do agronegócio, é incipiente (item 7 da Tabela 08). As ocupações aí presentes indicam uma indústria de bens de consumo não duráveis e que emprega pouco.

Os trabalhadores dos serviços (item 8 da Tabela 08) mostram profissões intermediárias, isto é, tratam-se de profissões com exigência de formação técnica e mesmo prática, que na mais das vezes, vinculam-se formalmente, proporcionando renda fixa, que por sua vez possibilita o acesso ao crédito e ao eventual consumo no circuito superior. Há um aumento significativo desses trabalhadores no período estudado e uma diversificação dessas funções.

Os trabalhadores braçais, da construção civil e dos serviços gerais apresentam uma gama variada de profissões e absorvem mão-de-obra significativa (itens 9,10 e 11 da Tabela 08). As profissões dessas categorias empregam bastante, garantem a sobrevivência dos pobres na cidade, sendo bem mais volumosos que as ocupações especializadas.

Desta forma, ressaltamos que o emprego em Sorriso reflete as condições postas pelo circuito espacial de produção da soja. É esta a atividade motora da região, que por sua vez gera o emprego nas outras atividades, principalmente as vinculadas aos serviços e ao comércio, sejam eles mais especializados ou pouco exigentes por qualificação.

Tabela 08: Evolução das ocupações nos circuitos da economia urbana em Sorriso – MT (1996 a 2002)*

Grupos de trabalhadores\ Anos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1 - Trabalhadores diretamente ligados ao circuito produtivo de soja: trabalhadores agrícolas especializados, operadores de máquinas e implementos agrícolas, ajustadores, mecânicos de motores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão, pilotos da aviação, produtores agropecuários, etc.	104	205	227	444	559	733	935
2 - Trabalhadores de nível superior (ligados ao consumo consuntivo gerado pelo circuito produtivo da soja): médicos, dentistas, economistas, jornalistas, estatísticos, matemáticos, analistas de sistemas, engenheiros, arquitetos, cientistas, técnicos, biólogos, agrônomos e juristas.	21	26	46	89	109	185	196
3 - “Trabalhadores do lazer” (ligados ao consumo consuntivo com formação específica): escultores, pintores, fotógrafos, técnicos desportivos, atletas profissionais, músicos, artistas, empresários e produtores de espetáculos, instrumentistas musicais, produtores de filmes e similares.	0	1	1	0	9	26	43
4 - Trabalhadores ligados ao comércio: supervisor de vendas, agentes técnicos e representantes comerciais, comerciantes (atacadistas e varejistas), corretores, agentes de vendas, leiloeiros, avaliadores e gerentes de estabelecimentos comerciais.	11	10	17	11	16	16	24
5 - Agentes do serviço público	1	21	26	28	33	54	56
6 - Trabalhadores ligados à administração e comando das atividades modernas: administradores, diretores e gerentes de empresas, chefes de atividades intermediárias de contabilidade e finanças, chefes de serviços de transporte e comunicações.	96	316	384	445	535	660	853
7 - Trabalhadores da indústria: operadores de instalação, processamento químico, metalurgia e siderurgia, madeira, usinagem de metais, borracha e plástico, fiandeiros, tecelões e tingidores.	44	136	138	270	817	609	692
8 - Trabalhadores dos Serviços (exigentes de formação técnica profissionalizante ou formação prática)* : secretário, datilógrafo, estenógrafos, contabilidade, caixa, eletricitista, técnico em eletrônica, serventia e comissários (serviços de transporte de passageiros), artes gráficas, operadores de máquina de calcular e processamento de dados, telefonistas, telegrafista, operadores de estação de rádio tv e equipamentos de sonorização, projetos cinematográficos, classificadores de correspondência (carteiros, mensageiros), técnico desenhista, marceneiro.	126	297	298	401	595	1125	1242
9 - Trabalhadores braçais	396	1038	1092	1039	1552	2045	1770
10 - Trabalhadores da construção civil: pedreiros, mestre de obras e pintores, operadores de máquinas da construção civil.	43	87	118	123	1023	1014	1953
11 - Trabalhadores de serviços gerais (sem formação profissionalizante): agropecuários polivalentes, vendedores, empregados do comércio, condutores de veículos, serviços de administração, limpeza e conservação de logradouros, cozinheiros, garçons, barmen, preparadores de alimentos, encanadores, caldeiros, serviços de higiene e embelezamento, pecuária, operadores de máquinas, costuras, estofadores, vidreiros, ceramistas, administradores, capatazes, trabalhadores florestais, minas, pedreiras, cortadores, polidores e gravadores de pedras, lavadeiros, tintureiros, mordomos, governantas, etc.	477	885	979	1416	2068	2580	3151
Total	1275	2886	3188	4425	5895	8438	10223

* Apresentamos na Tabela 08 os dados dos trabalhadores formais, ou seja, registrados em carteira e que aparecem no Banco de dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Contudo, o circuito inferior é composto pelos trabalhos mal remunerados e aqueles considerados como “informais”, os chamados “bicos”. São os serviços criados para a sobrevivência quotidiana que não estão nas estatísticas.

Fonte: RAIS; Elaboração da autora.

Bernardes (2005a) demonstra que os maiores produtores de soja do Mato Grosso têm uma baixa empregabilidade formal. É o caso de Sorriso que emprega 768 profissionais diretamente na produção. Além disso, a autora mostra que os municípios inseridos mais recentemente na fronteira agrícola empregam menos ainda. Sorriso emprega um trabalhador para cada 618 ha, Campos de Júlio, inserido mais recentemente na moderna agricultura, emprega um trabalhador para cada 1.444 ha. A média nos maiores produtores é um trabalhador para cada 468 ha.

Arruzzo (2005) observa que esses trabalhadores (formais) não representam os empregos totais da região. Há uma grande massa de trabalhadores informais (terceirizados, temporários, sem qualificação técnica) que exercem, sobretudo, a função de “catadores de raízes” (quando há o desmatamento de áreas). Daí decorre também a grande mobilidade dessa mão-de-obra, porque o desemprego torna inviável sua permanência nos municípios onde a agricultura moderna se consolidou.

Para Bernardes (2005b), a modernização agrícola exigiu nessa região um novo mercado de trabalho, marcado pela mão-de-obra especializada, mais familiarizada com as novas técnicas que delimita o mercado de trabalho formal; por outro lado, ela criou o mercado de trabalho dos não qualificados, tecnicamente de maior volume, que passaram a migrar em busca de emprego.

Essa moderna agricultura exige pouca mão-de-obra diretamente ligada à produção, contudo, cria uma gama de profissões e serviços vinculados também ao consumo consuntivo. Por isso houve um aumento do número de professores, técnicos administrativos, comerciários e todos trabalhadores existentes para garantir os serviços ligados ao consumo moderno. Os trabalhos braçais e da construção civil são os que mais empregam, porém, a especialização de Sorriso exige também profissões de maior qualificação, constatadas nas diversas profissões presentes no município, exigentes de educação de nível superior.

Elias (2006), em estudos sobre a inserção de áreas do cerrado e do semi-árido do Nordeste na modernização agrícola, mostra como a incorporação da agricultura técnico-científica empregada nos circuitos de produção de frutas e da soja em alguns municípios desta região vêm transformando as relações sociais e a divisão territorial do trabalho. “*A intensa difusão de capital, tecnologia e informação na atividade agropecuária aumentou a divisão das tarefas e funções produtivas e administrativas*” (ELIAS, 2006, p. 43). Dessa forma, a especialização da mão-de-obra aumenta significativamente. Essa mão-de-obra constitui-se de profissionais de

origem tipicamente urbanas. Essa característica do agronegócio repete-se no estado do Mato Grosso.

A Tabela 09 mostra uma sequência histórica da distribuição do emprego em Sorriso. Em 1996 o comércio era o setor que mais empregava (38,8%), seguido pela indústria (25,4%), serviços (19,6%), agropecuária (11,1%) e a construção civil (4,0%). Em 2005 esse quadro altera-se, o comércio permanece em primeiro lugar (31,6%) em número de empregos, em segundo lugar aparece o setor agropecuário (23,9%), indicando um significativo aumento do emprego nesse setor, em terceiro lugar aparece a indústria (21,7%), que teve redução do percentual dos empregos, embora, o número de empregos tenha aumentado em valores absolutos. O setor de serviços apresentou queda de percentual (13,2%) passando a figurar como o quarto empregador. A construção civil, embora continuasse em quinto lugar em número de empregos (9,5%), teve um aumento significativo no percentual e nos valores absolutos.

A atividade agropecuária, ainda que não esteja no topo em volume de empregos, é a atividade motora dos outros setores. Conquanto houvesse oscilações na série apresentada, o comércio é o que mais emprega atualmente. Destacamos que a indústria no município de Sorriso não é muito desenvolvida no sentido de que está calcada no esmagamento de soja e produção de carnes, ou seja, indústrias vinculadas à especialização do campo.

A Tabela 10 aponta enorme oscilação do número de admitidos e demitidos nos últimos dez anos e o Gráfico 01 indica que a crise ocorrida recentemente no agronegócio afetou quase todos os setores da economia, comprovando que a especialização traz fragilidade à estrutura sócio-econômica da família de município do agronegócio. A única exceção foi a construção civil que parece não ter sido afetada negativamente pela crise do agronegócio, pois vinha desempregando e no auge da crise, em 2004, retomou o crescimento dos empregos. Apesar de não ser objetivo de nosso trabalho explicar o aumento do número de empregos na construção civil, as informações qualitativas do trabalho de campo sugerem que a crise do agronegócio estimulou o emprego de recursos no setor imobiliário, sobretudo em imóveis de alto padrão.

A administração pública, o setor de recursos minerais, serviços e as indústrias de utilidade pública apresentaram-se estáveis no período. Essa informação sugere a importância do setor público nos lugares, pois, mesmo com os problemas do mercado, a permanência do emprego público, garante em certa medida a estabilidade social no município. Sorriso emprega 1081 funcionários públicos, sendo 519 na educação, 281 na saúde e 281

vinculados diretamente à administração municipal. A prefeitura gasta 38% de seu orçamento com funcionários públicos.

Tabela 09: Empregos formais em Sorriso por atividades econômicas – 1996 a 2005

Atividades econômicas	1996	%	1997	%	1998	%	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%
Indústria	358	25,4	865	27,9	936	26,9	1.066	24,0	1.717	23,8	2.651	28,9	2.414	22,3	2.359	18,4	3.190	18,0	3.305	21,7
Construção civil	57	4,0	224	7,2	88	2,5	318	7,2	1.074	14,9	1.088	11,9	1.929	17,8	1.645	12,8	2.592	14,6	1.447	9,5
Comércio	548	38,8	1.155	37,2	1.563	45,0	1.683	37,9	1.922	26,7	2.373	25,9	3.103	28,7	4.452	34,7	5.273	29,8	4.800	31,6
Serviços	276	19,6	601	19,4	747	21,5	874	19,7	1.014	14,1	1.236	13,5	1.243	11,5	1.276	10,0	2.171	12,3	2.009	13,2
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	156	11,1	245	7,9	137	3,9	490	11,0	1.478	20,5	1.815	19,8	2.126	19,7	3.082	24,1	4.496	25,4	3.636	23,9
Outros/ignorado	16	1,1	11	0,4	3	0,1	4	0,1	1	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total de empregos formais	1.411	100,0	3.101	100,0	3.474	100,0	4.435	100,0	7.206	100,0	9.163	100,0	10.815	100,0	12.814	100,0	17.722	100,0	15.197	100,0

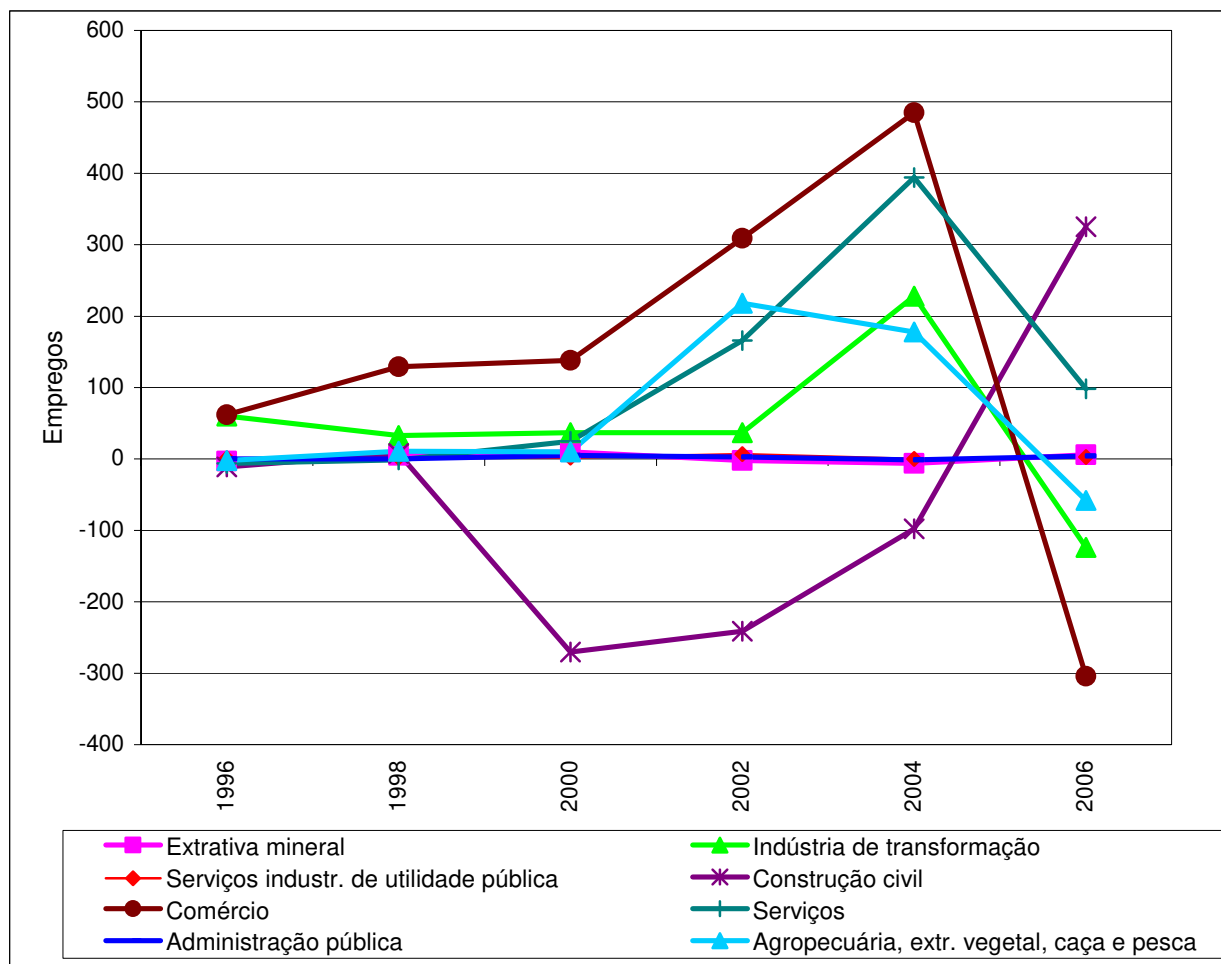
Fonte: RAIS; Elaborada pela autora.

Tabela 10: Movimentação de empregos formais em Sorriso por setores de atividades econômicas – 1996 a 2006

Ano	1996			1998			2000			2002			2004			2006		
	A	D	S	A	D	S	A	D	S	A	D	S	A	D	S	A	D	S
Extrativa mineral	11	14	-3	37	32	5	46	36	10	18	20	-2	29	35	-6	17	11	6
Indústria de transformação	196	136	60	440	407	33	835	798	37	1.197	1.160	37	1.663	1.435	228	733	857	-124
Serviços industria de utilidade pública	1	0	1	11	9	2	2	0	2	13	6	7	14	14	0	7	4	3
Construção civil	23	34	-11	48	40	8	402	672	-270	844	1.085	-241	1.247	1.345	-98	791	466	325
Comércio	305	243	62	846	717	129	1.030	892	138	1.706	1.397	309	2.879	2.394	485	1.566	1.870	-304
Serviços	135	141	-6	367	368	-1	515	490	25	699	533	166	1.280	886	394	1.060	962	98
Administração pública	0	0	0	6	6	0	7	2	5	7	4	3	2	3	-1	4	0	4
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	77	79	-2	74	63	11	744	734	10	1172	954	218	2.337	2.159	178	1.307	1.365	-58
A=Admitidos/ D= Demitidos/ S= Saldo																		

Fonte: RAIS; Elaborado pela autora

Gráfico 01: Movimentação de empregos formais em Sorriso por setores de atividades econômicas – 1996 a 2006



Fonte: RAIS; Elaboração da autora.

George (1971) observa que, antes das revoluções tecnológicas, a organização dos espaços agrícolas no mundo era comandada pelo ciclo da natureza. Os ritmos sazonais ao longo do ano, juntamente com as possibilidades do meio natural, impunham a escolha dos temas de produção. Assim, o ritmo do trabalho, ora mais intenso, nos momentos de plantação e colheita, ora mais ocioso, dedicados aos afazeres domésticos ou artesanais, tornava o cotidiano no mundo rural um resultado dos condicionantes naturais.

Nas sociedades rurais, muitas vezes, não havia relação entre o campo e a cidade. Com o desenvolvimento das técnicas as sociedades agrícolas foram alteradas. A própria especialização produtiva é um elemento da modernização agrícola, pois, *“tal especialização regional facilita a circulação dos produtos, visto que reduz o número dos limites geográficos dos transportes. Exige*

uma organização apropriada dos mercados e meios de encaminhamento das mercadorias, às vezes de tratamento prévio dos produtos [...]” (GEORGE, 1971, p. 75).

Segundo Santos (2005), atualmente nas *regiões agrícolas* é o campo que comanda a vida econômica e social do sistema urbano, exigindo dele elementos para sua existência. Daí a concentração dos serviços necessários ao consumo produtivo e ao consumo consuntivo.

Para Moreira (2005), a história mundial da relação cidade-campo pode ser resumida em três momentos: 1) cidade e campo numa sociedade de cultura rural, aonde havia uma simbiose no funcionamento da sociedade, atividades de plantio, coleta, caça e pesca ocorriam no âmbito da aldeia, constituindo um *gênero de vida*; 2) cidade e campo em uma sociedade dominada pela cultura da divisão territorial do trabalho – neste momento, ocorre a separação das funções da cidade e do campo, cada célula exerce funções diferenciadas na divisão territorial do trabalho, cabendo à cidade abrigar dos setores secundário e terciário e ao campo a atividade primária; 3) em um terceiro momento, cidade e campo relacionam-se em uma sociedade urbana, havendo novamente uma unificação da cidade e do campo no sentido de uma interdependência de funcionamento, assumindo o imaginário urbano em uma era técnico-científica. Esse autor afirma que esses momentos de funcionamento da relação cidade e campo no Brasil são apenas panos de fundo, dado que o caráter agro-mercantil-exportador das bases da sociedade brasileira, entre outros elementos, deu à cidade e ao campo uma evolução específica.

Moreira (2005) destaca que a cidade no Brasil nasce não das necessidades internas de uma sociedade rural ou de uma divisão territorial do trabalho que evolui a partir do interior daquela, mas sim para adequar uma sociedade de entornos rurais, integrada numa relação de pertencimento a uma ideologia de mundo de origem externa. Dessa forma, a cidade surge como um centro organizador, essencialmente político, numa sociedade baseada na economia agroexportadora, definindo-se como fenômeno da geografia política, pois, “*antes de ser a base de uma divisão territorial de trabalho e de trocas, definindo-se por sua função econômica, a cidade é um ente por excelência organizador das relações do Estado*” (MOREIRA, 2005, p. 09).

De fato, é a institucionalização legal do município que dá à cidade instrumentos para a regulação da produção tanto citadina quanto do campo. A expansão do urbano nas regiões do *front*, além de irmanar-se aos grandes projetos de implantação dos sistemas de engenharia, é solidária do poder público municipal. Como afirma Harvey (2005), o processo de urbanização estabelece também novos arranjos institucionais, formas legais, sistemas políticos administrativos

e hierarquias de poder. No Brasil, a cidade é um espaço de poder, formalizado politicamente através da institucionalização das fronteiras municipais.

04 – O Município enquanto escala de atuação do Estado: as políticas territoriais e orçamentárias no município de Sorriso

A formação do Estado moderno relaciona-se com as formas de organização sócio-territorial dos distintos grupos sociais em razão de uma luta constante contra a escassez (Sartre, 2002). Portanto, está relacionado ao modo de organização das diferentes sociedades para obter sua subsistência. O nascimento do “[...] *Estado pressupõe um poder público especial, distinto do conjunto dos cidadãos que o compõem*” (ENGELS, 1980, p. 105).

De acordo com Engels (1980), o Estado Ateniense é o maior exemplo do processo de desconstrução da comunidade gentílica e de nascimento do Estado, este com seus órgãos e instituições de força pública armada mantém a ordem, os direitos da propriedade privada, o controle das massas e o acúmulo de riqueza, mesmo que para isso tenha que usar da violência contra o próprio povo.

A formação do Estado estaria relacionada ao surgimento da apropriação desigual da riqueza pelas distintas classes sociais. Este fundamento desconstruiu os *gens* e exigiu a criação de uma nova constituição para assegurar as liberdades individuais, a propriedade privada e os bens dos grupos sociais mais ricos. Além disso, tinha que tornar institucional a exploração dos que não possuíam estes bens.

No modo de produção capitalista a relação entre Estado e economia apresenta especificidades em relação ao modo de produção pré-capitalista, pois há uma separação relativa entre o Estado e a economia, no sentido formal destes dois termos (pois no sentido político ambos se confundem). No capitalismo os trabalhadores são desapropriados dos meios de trabalho. Dessa relação (capital e trabalho) origina-se a especificidade da constituição das classes e da luta de classes sob o capitalismo (POULANTZAS, 1977).

Poulantzas (1977) aponta duas visões clássicas do Estado: uma do Estado instrumento, que diz respeito à manipulação, pela classe dominante, do aparelho estatal como garantia dos privilégios de classe e desenvolvimento da economia. A outra visão refere-se ao Estado institucionalista, ou seja, sujeito que funciona com poder próprio, autônomo e com racionalidade própria.

Dentre essas duas visões (ou dois extremos) há uma gradação de situações. Porém as duas concepções asseveram que o Estado nasce como instrumento de classes, todavia, o *bloco no*

poder utiliza-se da ideologia como forma de manutenção do poder e de garantia do próprio Estado,

[...] nas práticas materiais, nos hábitos, nos costumes, nos modos de vida de uma formação social. Enquanto tal, e na medida em que as relações ideológicas constituem, elas também, as relações de poder absolutamente essenciais à dominação de classe, a ideologia dominante se materializa e se encarna nos aparelhos de Estado (POULANTZAS, 1977, p. 13).

As classes dominantes não podem dominar as classes exploradas simplesmente através do monopólio da violência, adquirido pela apropriação do aparelho estatal. Há que se criar o consenso entre as classes, criado mediante a ideologia da violência e da legitimidade do Estado. Dessa forma, como afirma Poulantzas (1977), a ideologia dominante, através de *funcionamento-inculcação* de que se reveste no interior e no próprio Estado, constitui-se como “cimento” unificador das classes, que funciona segundo uma ideologia de uma classe dominante.

O Estado hoje assume papéis que antes eram marginais a sua função como atuação na qualificação da força de trabalho, atuação no urbanismo, transporte, saúde e meio ambiente. Amenizando assim as lutas de classes e ainda exercendo um papel ideológico, pois produz a imagem do Estado neutro e garantidor da *vontade geral*.

Para Castells (1977), o Estado hoje atua cada vez mais na intervenção direta ou indireta no processo produtivo. Sendo um dos seus papéis essenciais a reprodução da força de trabalho, em particular dos meios de consumo coletivo. A concentração populacional em cidades, ao mesmo tempo em que acelerou o processo de consumo, também exigiu uma maior atuação do Estado no atendimento das necessidades da mão-de-obra, uma vez que se torna onerosa ao capital.

Castells (1977) observa uma contradição fundamental no capitalismo avançado: os meios coletivos de consumo são requeridos pelo capital e pelas massas populares para a reprodução adequada da força de trabalho, mas esses elementos não são rentáveis para o capital. Por isso, o Estado passa a exercer, além das suas atividades tradicionais (políticas e militares), novas funções (atendimento dos meios coletivos de consumo como habitação, educação, saúde, transporte, vias de circulação etc., além de ajuda direta às empresas).

A urbanização no *front agrícola* relaciona-se diretamente ao processo de municipalização do territ, ou seja, a instituição de municípios é uma importante estratégia de ação do capital utilizando-se do Estado, na escala municipal, para tirar o maior proveito possível das

virtualidades do lugar (em outras palavras, da produtividade espacial do lugar), já que o Estado nacional assenta em muitos pressupostos, mas todos eles nacionais. Daí a maior dificuldade do Estado nacional em realizar políticas locais¹⁴. Além disso, como afirma Sousa Santos (2006), a própria erosão do poder de regulação do Estado nacional faz emergir os poderes locais e regionais.

Ao município são atribuídas funções de organização e regulação de seu território, bem como lhe é garantido constitucionalmente o acesso a alguns recursos. Como afirma Mauro (1973, p. 110), “*Celui-ci n’est pas une simple circonscription administrative ni même une collectivité publique placée sous la tutelle de l’Etat federal. Ce genre de tutelle n’existe pas au Brésil. Le munícipes est um territoire dont l’autonomie est garantie par la Constituion fédérale [...]*”. Ao longo de sua história, o município no Brasil ganhou importância na produção de políticas territoriais, sendo a Constituição de 1988 um marco jurídico nas atribuições ao poder político local. A proliferação de novas unidades municipais indica a relevância desta escala na formação sócio-espacial brasileira.

O poder de criar leis que regem seu próprio território, as garantias constitucionais de alguns recursos e alguns deveres como de planejamento urbano, atendimento de saúde e educação aumentaram o poder do município na federação brasileira. Como Estado, os municípios assumem todas as contradições do capital com elevada complexidade, uma vez que é a escala mais próxima do cotidiano das pessoas.

Gottmann (1975) define território como uma porção do espaço geográfico que coincide com um compartimento jurídico, dotado de um governo; ele contém e é suporte de um corpo político organizado sob uma estrutura governamental. O território seria a ligação ideal entre o espaço e a política, cuja mudança expressa as transformações das relações entre o tempo e a política. O município, portanto, seria um território, pois é uma unidade político-jurídica, produz suas próprias normas, possui governo próprio e delimitação de suas fronteiras.

O município é o repositório último das políticas dos governos federal, estadual e dele próprio, portanto pelas ações diretas e indiretas (nesse caso por meio de normas), o Estado torna o território apto a determinados *usos*. Pode-se pensar o desenvolvimento do território de forma endógena, para o abrigo, ou pode-se pensar o território para o desenvolvimento das grandes redes

¹⁴ Por isso se afirma que o federalismo é o melhor modelo de organização do território quando se trata dos respeito às diferenças de culturas num território nacional.

de trabalho, de forma expansionista, isto é, como recurso, através da viabilização do território para o capital.

Santos (1997) desenvolvendo o conceito de *território como abrigo e como recurso* afirma que antes o território era abrigo e era recurso, visto que as pessoas tiravam dele tanto a sua sobrevivência quanto seu amparo. Todavia, ao longo da história abrigo e recurso são dissociados, o que trouxe vicissitudes para os indivíduos sem poder político ou econômico.

Atualmente o território nacional é preparado sobremaneira para a ação dos agentes hegemônicos, ou seja, ele passa a ser concebido, planejado e urdido como um recurso para as grandes empresas globais. As pequenas e médias empresas ainda usam o território como uma forma de sobrevivência e por isso suas escalas de atuação não ultrapassam o lugar ou a região. Essas possuem pouco respaldo do poder público. Contudo, as grandes empresas como Cargill, ADM, Bunge, Caramuru, Coinbra e o Grupo Maggi, todas presentes no estado do Mato Grosso, têm o poder de influência nos orçamentos públicos (municipal, estadual e até mesmo federal), pressionando o dinheiro público (recolhido de todos, quer sejam grandes ou pequenas empresas e indivíduos) em direção a projetos pontuais destinados à aceleração dos fluxos de interesse hegemônico.

Daí a crise orçamentária, chamada de crise fiscal do Estado, diagnosticada como excesso de demanda dos bens destinados à população. Assim, o poder local se vê pressionado ante duas políticas de planejamento territorial: voltar-se ao território como abrigo ou ao território como recurso. Entre estas duas opções há uma infinidade de graus de ação, ora propendendo para um lado, ora inclinando-se para outro. Todavia, como a cidade é uma totalidade, não há uma dicotomia entre território como recurso e território como abrigo, mas um híbrido, denunciado pelas segregações sócio-espaciais presentes na cidade de Sorriso e em “sua família de municípios”.

A análise das políticas públicas, por meio do orçamento municipal, é bastante complexa, principalmente quando consideramos o uso do território como recurso e o uso como abrigo. Por exemplo, a construção de uma escola pública é uma demanda da população, portanto esse tipo de investimento na rubrica educação seria a prova do cumprimento das funções sociais do Estado, dispondo o território como abrigo para aqueles que necessitam dele. Todavia, considerando as transformações do Estado no período atual, ele também é um agente importante no atendimento das demandas do capital como os meios de consumo coletivo. Assim, quando o Estado investe

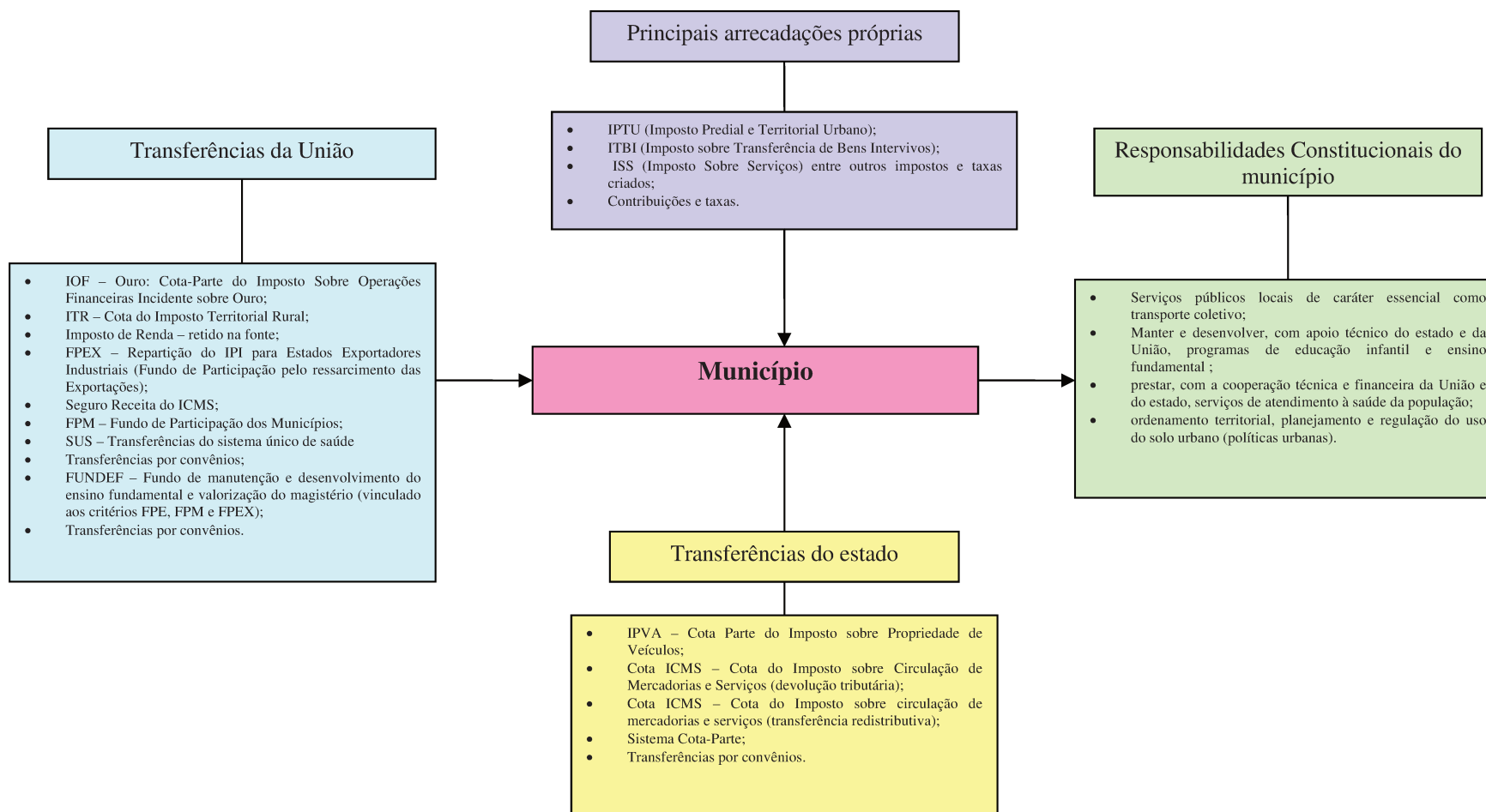
em educação, também está investindo na capacitação de força de trabalho destinada ao mercado e não à cidadania, além de desonerar o capital de ter que qualificar seus trabalhadores.

Tantas exigências do mercado em especialização local enseja uma das explicações para o fato de que não basta ser um núcleo urbano, não basta ser cidade, há que se constituir um poder local na forma de um novo município, com poderes de regulação tanto da cidade quanto do campo. A especialização produtiva do campo em *commodities* exige em contrapartida uma especialização das cidades, que é o *locus* de regulação das atividades, fazendo estreitar os laços de complementaridade entre campo e cidade. Essa maior solidariedade pede maior regulação que, sendo própria do lugar, é mais bem desempenhada pelo município.

Os recursos que compõem o orçamento municipal possuem três fontes básicas de origem: repasses da União, dos estados e a arrecadação própria. As bases da participação fiscal do município na federação encontram-se na constituição de 1946, no entanto, é na Constituição de 1988 que a atual configuração dos recursos e obrigações das escalas políticas se define melhor. A Figura 01 apresenta um esquema das fontes de recursos do município e de suas responsabilidades constitucionais¹⁵.

¹⁵ No Anexo II encontra-se um resumo explicativo da origem da arrecadação tributária brasileira e como é feito o rateio destes recursos.

Figura 01: Organograma das principais fontes de arrecadação do município no Brasil



Fonte: Prado (2003) e Constituição da República Federativa Brasileira (1988); Elaboração da autora.

O sistema tributário brasileiro é bastante complexo, pois existem recursos que são apenas arrecadados pela União, mas devolvidos aos governos sub-nacionais. Desta forma, os recursos configuram-se como devolução tributária, como exemplo podemos citar o salário-educação, o Imposto Territorial Rural, o Imposto sobre Operações Financeiras-Ouro e 75% da Cota-Parte do ICMS. Existem os recursos denominados transferências compensatórias que têm como objetivo o ressarcimento a unidades sub-nacionais que perderam arrecadação, esse é o caso do Fundo de Compensação das Exportações e do Seguro-Receita (Lei Kandir nº 87). Há também os recursos que são transferidos com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais ou estaduais, denominados transferências redistributivas, que seria o caso dos Fundos de Participação de Estados e Municípios e o Sistema Cota-Parte. Além disso, existem as fontes de recursos decorrentes de convênios e os fundos setoriais como o FUNDEF (Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental) e o SUS (Sistema Único de saúde).

A receita do município também é composta por sua arrecadação própria, ou seja, pelo Imposto Predial territorial Urbano (IPTU), pelo Imposto de Transferência “Inter-Vivos” de Bens Imóveis e Direitos (ITBI), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISQN), além das taxas e contribuições criadas em cada município segundo as necessidades locais.

Muitas vezes, além das transferências dos recursos que competem a cada escala, existem também recursos interligados, por exemplo, um mesmo recurso pode ser transferido pelo escala federal e estadual, havendo combinações de critérios de repasses.

Não é objetivo de nossa pesquisa discutir os tributos em si, tema este já bastante estudado por juristas, tributaristas e economistas. O que se faz necessário é compreender como o município usa o orçamento, pois as discussões das políticas públicas e da atuação do poder público local exigem que se saiba como o município pode exercer seu papel fiscal e como o orçamento pode ser pressionado em direção ao território como recurso.

Na Tabela 11 observamos as principais fontes de recursos do município de Sorriso, são elas: o Fundo de Participação dos Municípios, o Sistema Cota-parte e as transferências setoriais. As fontes de arrecadação próprias são reduzidas, por isso Sorriso não é financeiramente autônomo, dependendo das outras escalas de poder para realizar suas políticas locais.

Tabela 11: Síntese do Orçamento do Município de Sorriso – MT (2002-2005)

Receitas/ano	2002	2003	2004	2005
Receita Própria	4.922.559,83	7.374.912,18	8.573.438,37	8.262.433,98
Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU	759.130,69	1.211.401,52	1.311.476,81	1.332.617,53
Imposto sobre a Renda de Proventos de Qualquer	481.479,66	920.780,52	1.391.660,15	1.819.311,56
Imposto sobre Transferência de Bens Intervivos - ITBI	781.288,94	1.483.083,34	788.487,27	823.326,61
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN	1.554.404,91	2.193.055,90	3.126.636,81	2.560.035,86
Taxa para Exercício da Polícia	313.190,84	351.225,89	392.755,37	410.956,53
Taxa de Limpeza Pública	209.827,53	194.720,65	265.856,08	384.399,33
Contribuição de Melhoria da Pavimentação e Obras	297.914,78	75.835,90	76.935,75	20.210,16
Contribuição de Custeio do Serviço de Iluminação	525.322,48	944.808,46	1.219.630,13	418.997,31
Receita Patrimonial	101.544,13	101.876,34	322.582,49	392.579,09
Outras				100.000,00
Transferências da União	6.110.535,20	6.667.348,50	8.900.700,86	11.592.789,69
Cota-Parte do Fundo de Participação do Município	4.955.433,49	5.201.670,59	5.774.668,53	7.807.739,91
Dedução de receita para a formação do FUNDEF -	-743.314,48	-791.400,28	-866.199,77	-1.171.160,45
Cota - Parte do Imposto sobre Propriedade Rural - ITR	382.204,55	229.044,01	266.638,37	224.179,02
Transferências da L.C. nº 87/96 (Lei Kandir)	576.088,08	490.070,85	578.926,56	461.712,00
Dedução de receita para a formação do FUNDEF - LC	-86.413,20	-73.854,39	-86.838,96	-69.256,77
CEX - Compensação Financeira Esforço Exportação	39.561,31	56.274,60	741.785,25	736.482,37
Transferência da Compensação Financeira de Recursos			64.360,41	85.800,17
Transferência de Recursos SUS	650.328,91	1.155.976,25	1.882.389,81	2.617.854,98
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	60.832,76	48.025,92	34.757,58	95.230,24
Transferências de do Fundo Nacional de Des. Educação	275.535,20	351.540,95	510.213,08	804.208,22
Transferências do estado	13.120.248,23	18.356.790,91	23.355.605,55	22.439.414,21
Cota-Parte do ICMS	13.901.460,68	19.065.569,91	24.769.608,81	22.728.631,08
Dedução de receita do FUNDEF - ICMS	-2.074.671,97	-2.806.056,07	-3.697.729,84	-3.384.986,16
Cota-Parte IPVA	1.293.459,52	1.767.159,20	2.176.801,92	2.898.764,17
Outras		330.117,87	106.924,66	197.005,12
Transferências do FUNDEF (Transferências Multigovernamentais)	3.712.891,16	4.951.715,57	6.823.738,36	8.343.221,75
Transferências por Convênios (estados e união)	1.274.938,94	971.328,94	1.648.152,40	1.159.065,14
Outras	4.405.706,26	2.191.038,64	5.149.997,95	1.458.922,56
Total	29.833.988,46	40.513.134,74	54.451.633,49	53.255.847,33

Fonte: Secretaria da Fazenda do município de Sorriso (trabalho de campo); elaborado pela autora.

Observamos que houve nos últimos quatro anos aumento significativo do orçamento do município de Sorriso, passando de R\$ 29.833.988,46 em 2002 para R\$ 53.255.847,33 em 2005. Cerca de 15,5% (ano de 2005) da arrecadação é de origem de impostos municipais em Sorriso, sendo a maior parte de seus recursos provenientes das outras escalas do poder político (Tabela 12).

Tabela 12: Arrecadação por origem dos recursos – Sorriso - MT/2005

Fontes de arrecadação	Valores (R\$)	%
estado	22.439.414,21	42,1
União	11.592.789,69	21,8
transferências multigovernamentais	8.343.221,75	15,6
própria	8.262.433,98	15,5
convênios	1.159.065,14	2,2
outros	1.458.922,56	2,7
Total	53.255.847,33	100

Fonte: Secretaria da Fazenda do município de Sorriso (Trabalho de campo); elaborado pela autora.

Esses dados colocam em discussão questões fundamentais quanto ao poder do município em gerir seu território através dos seus recursos. Primeiramente, embora a arrecadação própria seja bem menor em relação às outras esferas, ela configura-se em recursos úteis ao município. Em segundo lugar, as outras fontes são bem mais elevadas e mostram a dependência do município em relação ao estado e à União, porém, tais fontes são garantias constitucionais, ou seja, terão que ser repassadas aos municípios obrigatoriamente.

É importante destacar que as fontes de arrecadação da União e dos estados provêm de atividades econômicas que se localizam necessariamente num município, o que gera demandas que têm de ser atendidas pelos municípios.

Dessa forma, esse sistema de acesso aos recursos coloca o município como um importante organizador do território, pois os recursos são revertidos em *meios de consumo coletivos*, como a criação das vias de circulação na cidade, iluminação, pavimentação e serviços de educação e saúde.

No caso do município de Sorriso, o orçamento (Tabela 13) indica que a *elite local*¹⁶, utiliza os recursos em estradas e projetos de estímulo à produção agrícola, além de garantir a reprodução da força de trabalho através dos investimentos em educação (29%) e saúde (17%), áreas com maior quantidade de recursos destinados pela prefeitura.

Cabe ressaltar que embora os maiores recursos sejam destinados à saúde e à educação, parte destes são garantidos por transferências constitucionais através do FUNDEF (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Fundamental) e do SUS (Sistema Único de Saúde), ou seja, por exigência constitucional a prefeitura de Sorriso é obrigada a destinar parte de seu

¹⁶ Discutimos esse conceito na próxima parte de nossa dissertação.

orçamento à saúde e à educação (são receitas vinculadas). Sorriso vem apresentando aumento significativo de repasses do FUNDEF: em 2002 recebeu, R\$ 3.712.891,16; 2003, R\$ 4.951.715,57; 2004, R\$ 6.823.738,36, 2005, R\$ 8.343.221,75 e o orçamento de 2006 prevê o repasse de R\$ 7.500.000,00, havendo uma queda neste último ano.

Tabela 13: Orçamento da Prefeitura Municipal de Sorriso – 2006

Gastos por funções	Valores (R\$)	%
Educação	17.434.400,00	29
Saúde	10.454.000,00	17
Urbanismo	6.778.000,00	11
Transporte	6.620.000,00	11
Administração	5.933.600,00	10
Legislativa	3.100.000,00	5
Assistência Social	2.651.000,00	4
Indústria	1.872.000,00	3
Agricultura	1.254.000,00	2
Habitação	1.170.000,00	2
Comércio e Serviços	705.000,00	1
Segurança Pública	465.000,00	1
Desporto e Lazer	460.000,00	1
Cultura	399.000,00	1
Gestão Ambiental	302.000,00	1
Encargos Especiais	220.000,00	0
Reserva de Contingência	25.000,00	0
Total	59.973.000,00	100

Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Sorriso; Elaboração da autora.

Segundo Castells (1983), a incapacidade da economia privada em atender os elementos de reprodução da força de trabalho exige a intervenção do poder público. Assim, habitação, saúde, equipamentos de modo geral, espaços verdes e aparelho escolar, entre outros, além de servirem à população que carece desses elementos para sobrevivência, servem sobretudo para a manutenção dos meios de reprodução do capital¹⁷.

O município responde adequadamente às novas transformações do Estado, uma vez que, segundo Castells (1977), o Estado do capitalismo monopolista tem como função assegurar cada

¹⁷ É sabido que há uma pressão muito grande por parte das empresas e dos produtores ligados às *commodities* por mão-de-obra qualificada para determinados trabalhos no Centro-Oeste. Seria muito difícil quantificar, mas parte da qualificação recebida pela população não se destina a sua formação cidadã, mas se destina a prepará-la para determinado mercado de trabalho. Bernades (2005a) aponta a necessidade que as regiões de *front* têm por trazer mão-de-obra especializada de outros estados. A instalação de um centro de formação de mão-de-obra pela Massey Ferguson em Rondonópolis ilustra a necessidade de mão-de-obra especializada (REVISTA RDM, 2004).

vez mais os elementos essenciais do progresso de reprodução da força de trabalho, em particular do domínio do consumo coletivo.

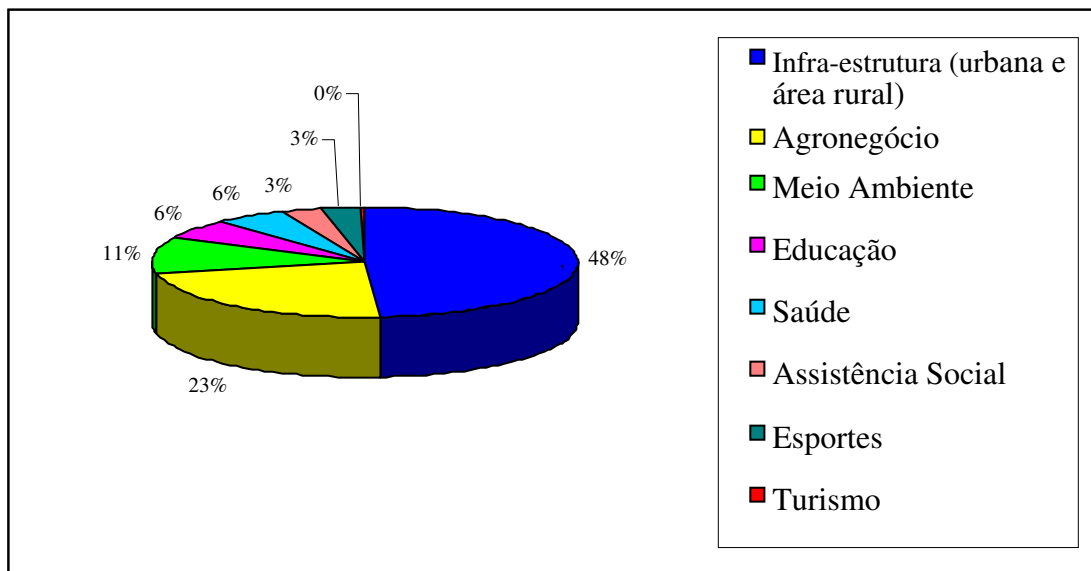
Nos últimos dez anos foram firmados cerca de 51 convênios entre a prefeitura de Sorriso e Governo Federal (Tabela 14 e Gráfico 02). Através da distribuição dos recursos dos convênios nos diversos setores, observamos que há uma tendência da prefeitura de Sorriso em investir em infra-estrutura, sendo os investimentos em vias de circulação os principais projetos realizados pelo poder público local. Além disso, há um reforço à especialização na produção agrícola à medida que grande parte dos recursos também é destinada ao agronegócio. O município seria um elemento de captação de recursos, não apenas em função dos repasses constitucionais, mas também através dos convênios.

Tabela 14: Convênios firmados entre a Prefeitura de Sorriso e Órgãos Superiores (Federal)
– 1996 a 2006

Setores	Qtde de Convênios	Valores (R\$)
Infra-estrutura (urbana e área rural) – elaboração de plano diretor, pavimentação asfáltica, habitação, sistemas de água e esgoto, drenagem etc.	9	5.809.099,10*
Agronegócio – estradas vicinais, irrigação, estímulo à produção agropecuária	6	2.688.735,55
Meio Ambiente – implantação de aterro sanitário e recuperação de áreas degradadas	2	1.264.000,00
Educação – capacitação de professores, infra-estrutura física, manutenção de escola de ed. Especial, material pedagógico.	21	674.704,73
Saúde – equipamentos, material permanente, construção física e unidade móvel	6	654.730,33
Assistência Social – casa-abrigo, creche, atendimento à criança e adolescente, construção de centro comunitário para ações sociais	5	382.411,65
Esportes – infra-estruturas esportivas	1	350.000,00
Turismo – projeto de estímulo à pesca	1	30.000,00
Total	51	11.853.681,36
* um único projeto recebeu R\$ 3.900.181,20 para a execução de serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras complementares de adequação da rodovia BR-163/MT trecho Cuiabá divisa MT/PA, no subtrecho travessia urbana de Sorriso/MT.		

Fonte: Controladoria Geral da União; elaboração da autora.

Gráfico 02: Distribuição dos Recursos de Convênios entre a Prefeitura de Sorriso e Governo Federal – 1996 a 2006



Fonte: Controladoria Geral da União; elaboração da autora.

A Constituição de 1988 vinculou decisivamente o papel do município como agente da urbanização e agente promotor dos bens de consumo coletivo, tornando-se um elemento importante na promoção da urbanização e das atividades econômicas (no caso em questão são agrícolas) no Centro-Oeste.

Sorriso apresenta uma malha de estradas municipais de 3.000 (três mil) quilômetros, cerca de 160 km são pavimentados. A prefeitura associou-se aos produtores rurais e ao governo do estado para a realização de obras de pavimentação que prevê 45 km de asfaltamento até Ipiranga do Norte e 146 km até Boa Esperança, bem como a previsão de pavimentação de outros 120 km.

Além dos investimentos em circulação terrestre o município tem um projeto de instalação do Aeroporto Municipal, já em fase de implantação, para o pouso de aeronaves de médio e grande porte. Segundo informações da prefeitura, atualmente o transporte aéreo é feito por aeronaves de pequeno porte, utilizando-se de aeródromos particulares e operando em nível regional, atendido pelas empresas Cruiser, Mega e Trip. Os investimentos na fluidez territorial por parte da prefeitura de Sorriso é um dos indicativos de sua política territorial voltada para o uso do território como recurso.

O poder público municipal torna mais exequível o circuito espacial produtivo da soja. Tanto através dos investimentos em infra-estruturas, extremamente onerosos para as empresas e grandes produtores rurais, quanto através da garantia da reprodução da força de trabalho, fazendo com que haja as condições de instalação local de empresas especializadas transnacionais, que em grande medida “parasitam” o poder público local, mas sem nenhum compromisso futuro. Assim, o pacto da elite local (dominada por empresários provenientes do Centro-Sul do país) com o capital, representada pelas *tradings* comercializadoras da soja, cria um território segregado e aprofunda as desigualdades, uma vez que a lógica que comanda o município é a lógica do mercado.

Mas, devido a crises na atividade econômica, determinações constitucionais e pressões das camadas populares, o município também é obrigado a atender às demandas sociais, por isso, ora o poder público municipal atende aos interesses da elite local (transnacionalizadas) e das grandes empresas, ora atende às necessidades da população como um todo. O que indica uma hibridez política entre Estado e mercado (do ponto de vista do método, indica que o par dialético Estado/mercado mantém-se atual para as análises geográficas).

A Constituição de 1988 vinculou decisivamente o papel do município como agente da urbanização e agente promotor dos bens de consumo coletivo, tornando-se um elemento importante na promoção da urbanização e das atividades agrícolas no *front*. O município acaba atendendo às necessidades do capital, que se encontra conectado com a elite política e econômica local (que se confundem), tendo como resultado a produção de um território segregado e vulnerável às intempéries do mercado, com pouca capacidade de reação diante das crises econômicas como a que ocorreu recentemente (o auge da crise da soja foi o ano de 2004).

A criação de novas municipalidades pode ser considerada como uma forma de difusão da modernização, pois um novo município implica na instalação de edificações, estradas, serviços e, evidentemente funcionários, promovendo então os fluxos e a viabilidade do espaço para um dado uso. Desse modo, para o território brasileiro, a criação de novos recortes territoriais com a fundação de uma nova divisão político-administrativa é uma forma de difusão do meio técnico-científico-informacional.

Além dos sistemas materiais exigidos pelas empresas, elas também se utilizam do poder público para acelerar os rearranjos jurídicos. O “[...] *o poder público promove um rearranjo do conteúdo normativo para viabilizar o aumento da produtividade espacial e tornar mais eficiente*

o uso do território, pois é mais rápido mudar o arranjo jurídico que o arranjo material” (KAHIL, 2005, p. 7198). Por meio de seu poder de regulação o município atende as necessidades das empresas, ora normativamente, ora através de suas políticas territoriais, ainda que não tenha sua ação voltada somente para estas.

A difusão do meio técnico-científico e informacional é seletiva e se dá em lugares susceptíveis a sua penetração, embora o funcionamento de todo o território faça parte dessa lógica. O *front* brasileiro, e especialmente o estado do Mato Grosso é emblemático, pois os agentes da globalização (as grandes corporações mundiais), juntamente com o Estado brasileiro incorporaram esse espaço à divisão nacional e internacional do trabalho e à lógica da reprodução do capital através da modernização agrícola, onde a soja sobressaiu-se como o principal produto cultivado e destinado ao mercado externo. Os novos municípios criados no estado do Mato Grosso têm papel efetivo na conformação desses processos através de suas políticas territoriais locais. O município é um elemento de regulação e eficácia dos recursos da urbanização de *fronteira*.

05 – O papel da *elite do poder* na família de municípios do agronegócio no estado do Mato Grosso

Os novos municípios do estado do Mato Grosso têm na estrutura da sociedade local um importante elemento explicativo do funcionamento da modernização agrícola.

A maioria desses municípios é formada por migrantes vindos de quase todo Brasil, sobretudo dos estados da região Sul. Por isso são chamados genericamente no Centro-Oeste de “sulistas”. Os sulistas são os responsáveis pela criação de muitas cidades e também pelo comando das mesmas. Na maioria dos novos municípios os cargos políticos da cidade são ocupados pelos migrantes do Sul (os outrora chamados “notáveis”).

Segundo Raffestin (1993), a população constitui-se em um dos trunfos do poder. A formação e a distribuição da população residem no fato de ela ser concebida como um recurso. É fato histórico que o Estado tem todo interesse numa distribuição estratégica da população pelo território (caso exemplar para nossa pesquisa é a “marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas). Entretanto, hoje são as empresas as maiores responsáveis pelo deslocamento e concentração da população em determinados lugares. As empresas procuram realizar a maior mobilidade geográfica possível da população para satisfazer suas necessidade de mão-de-obra.

A mobilidade da população provinda do sul ocorreu primeiramente por meio de políticas territoriais estatais que, evidentemente, atendiam exigências do mercado. Neste caso, não se pode afirmar que a decisão de migrar seja uma decisão individual, mas é consequência de um processo mais amplo de novos usos do território. Uma nova divisão territorial do trabalho, valorizando novas áreas e, por consequência, desvalorizando relativamente outras, põe em marcha migrações, produzindo novas divisões sociais e territoriais do trabalho.

A opção pelos sulistas não foi aleatória, na verdade eles viriam a ser o grupo social ideal para a concretização do projeto de produção de *commodities*, pois era necessário que no processo de incorporação de novas áreas, se mantivesse o sentido de produzir para o mercado externo e a concentração da propriedade privada nas antigas áreas de ocupação e nas novas áreas (ALVES, 2005).

Em Sorriso, cerca de 80% da população é composta por sulistas, sendo 20% de Santa Catarina, 35% do Rio Grande do Sul, 25% do Paraná e o restante provenientes de outros estados (PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, 2006).

Segundo Alves (2005), à medida que o capital elege uma área para a produção ele também elege o grupo social que alavancará a produção. Assim ocorreu a ocupação pelos sulistas no estado do Mato Grosso e no *front* agrícola de modo geral.

A transferência da população sulista para o Mato Grosso, embora fosse movido pelas atividades agrícolas, impulsionou a urbanização, sobretudo porque o circuito espacial e o círculo de cooperação da produção de soja é dado pelos elementos do sistema urbano, como concentração de distribuidores de insumos, maquinários, rede bancária e também pela presença do poder político local (para atender os meios de consumo coletivo da mão-de-obra e a regulação do município).

Os sulistas comandam o processo de modernização agrícola no *front* compondo a *elite do poder* nessa região. Segundo Mills (1981), a elite do poder é composta por indivíduos cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos indivíduos comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências, pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna (como a “máquina do Estado”), ocupando os postos estratégicos que lhes permitem aumentar sua riqueza e manter-se no poder. O autor ainda acrescenta que na sociedade moderna, os domínios das esferas econômicas, políticas e militares é que confere poder aos indivíduos. Por isso a elite compõe-se de grandes executivos e diretores de grandes empresas, de chefes políticos e de militares do alto escalão, ainda que a elite não seja somente composta por eles.

Para Mills (1981), os poderosos são aqueles capazes de realizar suas vontades mesmo com resistências. Para isso é necessário o acesso às instituições e, ainda que o poder não emane apenas pelo acesso às instituições, é somente através delas que o poder torna-se permanente e contínuo. A sociedade local estrutura-se em grupos, cujos membros decidem assuntos importantes da comunidade. Esses grupos não se organizam com formalidades e centralizam suas decisões na esfera econômica.

Mills (1981) assevera que as elites são formadas hierarquicamente. Assim ele lembra que abaixo da alta cúpula das decisões locais há um segundo grupo, que influencia aqueles que podem tomar a decisão de fato. São os vice-presidentes de bancos, pequenos homens de negócio, funcionários públicos de alta categoria, empreiteiros e os executivos das indústrias locais. Um terceiro grupo compor-se-ia dos chefes das instituições cívicas, funcionários, pequenos líderes cívicos e jornalistas. Um quarto grupo seria formado pelos profissionais de negócios, sacerdotes, professores universitários, assistentes sociais e diretores de pessoal.

Para Castro (1992), trabalhar com o conceito de elite significa trabalhar empiricamente com diferenças sociais, ou seja, com níveis hierárquicos de poder na sociedade. “*Como relações sociais assimétricas são conformadas pela distribuição desigual do poder econômico e de poder político, o conceito de elite, contém, implicitamente, uma qualificação de poder, no qual o político e o econômico interagem e se reforçam*” (CASTRO, 1992, p. 28).

Em nossa análise observamos a formação de um grupo político poderoso. O atual governador do estado do Mato Grosso é Blairo Maggi, líder do maior grupo de origem nacional da produção e logística da soja, o Grupo Amaggi.

A elite política local e regional do estado do Mato Grosso, composta em sua maioria por sulistas, comanda o *front* agrícola. Esses agentes já vêm do sul do Brasil com um poder aquisitivo superior à população matogrossense. Assim, ressaltamos que não se trata apenas de uma condição cultural diferenciada, mas, sobretudo de uma questão de classe social. A questão cultural existe de fato, mas a segregação existente nos novos municípios é antes de tudo uma questão de desigualdades sócio-territoriais que, como em qualquer região brasileira, é uma das bases do funcionamento do capital.

Podemos nomear a elite dos municípios de moderna agricultura do *front* agrícola como a *elite do agronegócio*, pois esta comanda a parcela técnica do circuito produtivo e do círculo e cooperação da produção de *commodities*, sobretudo da soja, e utiliza-se do Estado em suas diferentes escalas para manter-se como elite política e promover a atividade econômica que domina a região.

Castro (1992), analisando a composição da elite do Nordeste brasileiro (entre 1946-1987) em uma tentativa de explicar o regionalismo criado nesta região que alimenta a pobreza e a famigerada “indústria da seca”, aponta que, em média, 95% dessa elite compõem-se de empresários e profissionais liberais, tendo a classe trabalhadora insignificância nas representações. Resguardando as especificidades regionais e locais, podemos verificar que essa estrutura da composição da elite política se repete em Sorriso, indicando a dificuldade de acesso das classes menos favorecidas ao poder político. O que acarreta um aprofundamento das desigualdades e da segregação, uma vez que os grupos denominados elite em Sorriso compõem-se pelos empresários do comércio, serviços e produtores rurais, quase todos esses envolvidos no circuito de produção da soja e em seu círculo de cooperação. Estes, através do acesso à decisão

(Estado), possuem o poder de orientar as ‘políticas públicas’ locais, realizadas pelo município, regionais, efetuadas pelos governos estaduais e mesmo pela União.

A prefeitura de Sorriso é comandada por Dilceu Rossato, grande produtor de soja no município e de origem sulista. As principais lideranças locais do município originam-se das famílias dos “pioneiros” do sul. Entre as famílias mais influentes estão as famílias Frâncio, Dalmolin, Daroit e Schewinski (todas as quatro pioneiras).

Segundo informações do Jornalista Wagner Zanan¹⁸, atualmente cerca de 90% dos cargos comissionados na prefeitura de Sorriso (gestão Dilceu Rossato) e na Câmara Municipal são preenchidos por pessoas ligadas ao agronegócio ou familiares de produtores rurais sulistas. Na gestão anterior (prefeito José Domingos Fraga filho, três vezes prefeito do município) a presença dos produtores no quadro administrativo existia, mas era menor, havia um equilíbrio de pontos de vista e prioridades na aplicação dos recursos públicos, afirma Wagner Zanan. Hoje, a maioria dos vereadores da câmara municipal (Quadro 01) é formada por integrantes das famílias sulistas e/ou por produtores rurais e também por empresários locais.

¹⁸ Jornalista da TV Cidade – SBT (contato realizado durante trabalho de campo e entrevista efetuada via e-mail)

**Quadro 01: Ramo de atuação dos componentes da Câmara Municipal de Sorriso
(legislatura 2005-2008)**

	Vereadores e Partido Político	Atuação
1	Wanderley Paulo (PMDB)	Político por profissão
2	Marilda Savi (PSB)	Política por profissão
3	Basílio da Silva (PMDB)	Empresário de Comunicação (dono da TV SBT)
4	Francisco das Chagas Abrantes (PPS)	Empresário de Comunicação
5	Éderson Dalmolin (PFL)	Produtor rural
6	Gerson Frâncio (PPS)	Produtor rural
7	Gilberto Possamai (PSDB)	Produtor rural
8	Santinho Salerno (PSDB)	empresários/comerciantes (lubrificantes)
9	Ari Lafin (PMDB)	empresários/comerciantes (gráfica)
10	Adevanir Pereira da Silva (suplente)	Político por profissão (líder comunitário do Bairro São Domingos)

Fonte: Informações adquiridas em trabalho de campo; elaboração da autora

Segundo Wagner Zanan:

[...] no norte de MT e também no sul, sudeste, noroeste e nordeste do MT, existe uma grande participação gaúcha na formação das comunidades. Um povo separatista, emancipacionista por formação. Ainda hoje existem no RS defensores da criação da República dos Pampas. Não é de se admirar que a cada comunidade criada a uma certa distância dos núcleos urbanos dos municípios queira ser um município. Além disso, têm de criar novas hierarquias e oligarquias políticas, a melhor forma de adequar a todos é criando novas unidades municipais.

Haesbaert (1998) afirma que há muitas prefeituras comandadas por sulistas no Sul do Amazonas, nas manchas de modernização na Bahia e Piauí. Além disso, o sulista estimularia o separatismo, daí o ditado “gaúcho onde chega quer separar”.

A criação de novas municipalidades é uma maneira da elite do agronegócio fazer valer seus interesses, que são divergentes das populações pré-existentes ou providas de outros lugares do território. O acesso político à prefeitura dá acesso aos recursos públicos, que passam a ser utilizados segundo interesses dessa elite do agronegócio. Dessa forma, elite econômica e política confundem-se.

Kahil (2005) aponta como no Brasil permanece a oscilação entre os interesses clientelistas do mandonismo local e os interesses de setores privados específicos que articulam a política econômica supranacional. Esse “par perfeito” acaba produzindo um novo rearranjo territorial, como ocorreu na região Centro-Oeste, tornando esta região obediente às demandas do mercado internacional e, ao mesmo tempo, aos interesses da elite política local. A criação de novos

municípios no Mato Grosso vem revelando o funcionamento perfeito entre a racionalidade econômica (representada pela produção de *commodities*, comandada pelo mercado) que necessita da base técnica e normativa para sua expansão e os interesses políticos e econômicos da elite local.

A nova ocupação do território matogrossense deu-se à custa da dizimação da população original. Vários grupos indígenas e mesmo a população cabocla que migrou para lá em séculos anteriores foram subjugados à nova lógica de estruturação e uso do território, transformando o *front* em uma grande área de tensões sócio-espaciais.

Ao estudar as migrações gaúchas no oeste baiano e no sul do Piauí, Haesbaert (1998) aponta que há uma complexidade no entendimento do processo de migração “gaúcha” (sulista) para as regiões de modernização da agricultura, pois esse processo apresenta vínculos econômicos, culturais e mesmos políticos.

Haesbaert (1998) propõe o conceito de *rede regional* para explicar a “diáspora” dos gaúchos pelo interior do Brasil. Nesta rede regional os “territórios locais” seriam os pontos da rede e a rede propriamente dita seriam as “linhas de fluxos intercomunitários” ou “interidentitários”, que se estendem não apenas entre os territórios de organização local dominados por migrantes, mas principalmente destes com a região de origem. Essas redes podem ser materiais ou imateriais. As redes materiais podem ser exemplificadas pelos transportes terrestres que fazem circular pessoas e mercadorias da região de origem à nova região. As empresas de ônibus em Sorriso, por exemplo, praticamente todas que estão presentes no município, possuem linhas regulares para cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. As redes imateriais podem ser exemplificadas pelas ligações telefônicas, fax, transmissão de canais da região de origem para a região nova e as relações identitárias.

As relações empresariais demonstram os fortes vínculos que compõem estas redes, a Fundação Educacional do Sul do Piauí, por exemplo, é vinculada à Universidade de Passo Fundo (Haesbaert, 1998). Sorriso tem um grande projeto na área de Educação que é o apostilamento do material didático do ensino público municipal, em que a prefeitura arca com 50% do pagamento e o restante é pago pelos pais (de acordo com a condição sócio-econômica). Quando da escolha do material, houve várias avaliações como os materiais pedagógicos das redes de ensino Anglo, Objetivo e Etapa, mas a preferência foi para o Sistema Positivo, um grupo paranaense. Por trás

dessa escolha pode estar a qualidade do material pedagógico (que não pesquisamos e nem podemos avaliar), mas esta escolha reforça os laços dessa rede regional Centro-Oeste/Sul.

É comum observar a mídia propagar a prosperidade de algumas áreas agrícolas do Centro-Oeste, nos quais se exalta a abundância do emprego e as boas condições de vida do trabalhador rural¹⁹. Entretanto, tais abordagens podem ser questionadas. Ocorre que ao mesmo tempo em que houve a modernização do campo, com aumento da produtividade e dos lucros das empresas ligadas ao setor, houve também o crescimento do número de excluídos no território. Em entrevista à revista Globo Rural, o então prefeito de Sorriso-MT, José Domingos Fraga Filho, explica que:

O progresso trouxe comerciantes, técnicos, profissionais liberais, pequenas, médias e grandes empresas, como a Cargill, Bunge, ADM e Amaggi, mas atraiu também pessoas sem qualquer ofício ou especialização, gente humilde em busca de melhores condições de vida. A disparidade é visual. De um lado, prosperidade, conforto, pujança. Do outro, desemprego, dificuldade, penúria. Parte desse contingente de aflitos foi iludida por falsas promessas. (In: GALLO, 2003, p. 74).

O modo como foi efetuada a “neocolonização” do Mato Grosso é um elemento explicativo da atual estrutura fundiária concentrada. A população sulista tinha capital para efetuar compras de grandes propriedades no Mato Grosso. Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 1996), a região de Sorriso possui a mais elevada concentração da posse da terra do estado. Os estabelecimentos com áreas de mais de 1.000 ha representam 5,3% das propriedades e ocupam uma área de 77,7% do total do município. Já as propriedades com áreas menores que 100 ha, que representam 15% dos estabelecimentos, ocupa uma área de 0,97% do total.

Esta situação tem relação direta com a especialização dos lugares, pois toda especialização é, por natureza, seletiva. Investe-se em *fixos* e em *fluxos* que são destinados a certas atividades, certos agentes e certas parcelas do território, fazendo com que alguns se apropriem da riqueza coletiva, enquanto que muitos (os chamados “desqualificados”) são excluídos do processo. Esta seria a denominada *socialização capitalista* (SANTOS, 1994b), em que todos contribuem (com trabalho e impostos), mas o Estado, por meio da distribuição das

¹⁹ A edição especial sobre agronegócio da revista Veja (nº 30, ano 37 de abril de 2004) e a reportagem do Jornal da Globo do dia 04 de maio de 2004, intitulada “Expoentes do Agronegócio”, são grandes exemplos disso.

infra-estruturas e dos investimentos, entrega os recursos a alguns. No Centro-Oeste, a rede urbana e as infra-estruturas estão sendo implantadas em função de determinados agentes que controlam a produção de soja, caracterizando um *uso corporativo* desse subespaço do território brasileiro.

As atividades ligadas à vida de todas as pessoas, inclusive dos migrantes que chegam às regiões ditas prósperas, são também de responsabilidade do Estado, ou seja, são recursos que o Estado tem que garantir para atender a população com educação, saúde, habitação, transporte e toda assistência social. Os municípios, sendo a instância do Estado mais próxima do lugar da existência das pessoas, são os que têm que arcar com os investimentos nos setores que garantam a sobrevivência e manutenção dessas pessoas. Entretanto, o poder público, ao garantir a modernização dos sistemas técnicos e normativos para uso das grandes empresas e da elite do agronegócio, fica desprovido de recursos para atender minimamente todo o “resto” do território, sobretudo das atividades ligadas à vida digna das pessoas. Com isso a desigualdade aprofunda-se e ganha a cara do novo período. A família de municípios do agronegócio é expressão do uso corporativo do território e de como o Estado torna-se um agente desse processo em suas diversas escalas.

Há uma relação profunda entre o processo de formação de fronteiras internas no Brasil, especialmente no *front*, e a modernização do território, que por sua vez conecta-se a processos mais abrangentes, como a difusão do modo de produção capitalista pelo mundo, sustentado pelos novos sistemas técnicos que colocam o mundo em interdependência.

A geração de novos municípios no *front* indica que a moderna agricultura necessita de um poder público correspondente a essa base produtiva. O surgimento de uma elite do agronegócio aponta a exigência por uma população²⁰ “adequada” ao desenvolvimento dessas atividades econômicas. Essa combinação de variáveis leva à criação de um território especializado e vulnerável, uma vez que o dispêndio de recursos públicos é feito para atender a essa produção de comando externo.

Arruzzo (2005) mostra que os trabalhadores migram para as novas áreas de produção de soja para trabalhar na “abertura” da fronteira. Em geral, essa mão-de-obra vem do Maranhão ou de outros estados do Nordeste. Essa população é claramente segregada nos municípios da moderna agricultura:

²⁰ Ao termo do mercado “mão-de-obra qualificada”, preferimos usar o conceito de “população”, tal como a definiu Raffestin (1993), quando a considera como um trunfo do poder.

Em alguns municípios, encontramos a presença de ‘bairros de maranhenses’ que possuem infra-estrutura bastante precária. Em outros municípios, produtores rurais nos informaram de ações da prefeitura em remover os migrantes, buscando ‘desenvolvê-los’, colocando-os em ônibus que realizavam o trajeto de volta, sendo portanto absolutamente negada sua permanência (ARRUZZO, 2005, p. 110)

A segregação sócio-espacial está estampada na paisagem do município de Sorriso. Há a cidade bem construída e dotada com as melhores infra-estruturas (Foto 08) e outros bairros, como o São Domingos (Fotos 09 e 10), visivelmente segregados. Por meio da Figura 02 é possível visualizar que a cidade de Sorriso é cortada pela BR-163. Na porção norte da figura localiza-se a cidade *sulista* e “do outro lado” da rodovia BR-163, ao sul, localiza-se os bairros mais precários como o São Domingos, Industrial, Fraternidade, São Mateus, Vila Bela e adjacências, habitados por migrantes de origem nordestina ou mesmo por populações originalmente matogrossenses.

Dessa maneira, encontramos mais um atributo dos municípios do agronegócio, é a fissura sócio-espacial. Regra geral é a existência de uma elite do agronegócio, branca, originária do Sul do país, e o restante da população local.

Foto 08: Residencial de alto padrão no município de Sorriso – MT/2006



Fonte: Autora (trabalho de campo)

Foto 09: Bairro São Domingos em Sorriso – MT/2006



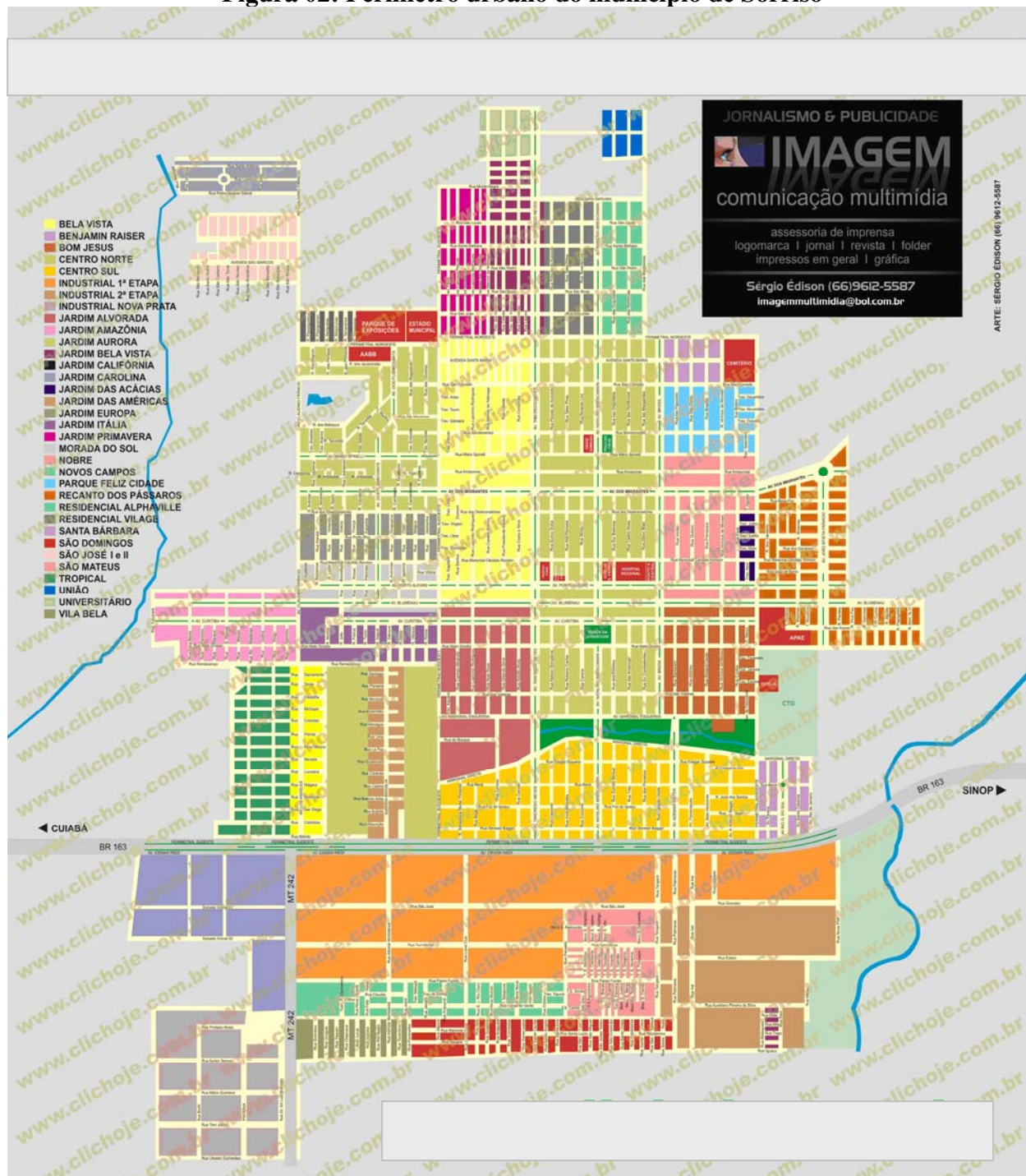
Fonte: Autora (trabalho de campo)

Foto 10: Bairro São Domingos em Sorriso – MT/2006



Fonte: Autora (trabalho de campo)

Figura 02: Perímetro urbano do município de Sorriso



Fonte: Disponível em <<http://www.sorriso.mt.gov.br/>> Acesso em 23 de março de 2006.

Ainda que a racionalidade da produção de soja seja exterior aos municípios, ela cria uma *vida de relações* nos lugares e o poder municipal também se torna responsável pelas novas relações estabelecidas. Em Sorriso, por exemplo, a câmara dos dirigentes lojistas exigiu da prefeitura atitudes para conter o problema do aumento dos roubos. O município de Sorriso conta com uma delegacia de Polícia Civil e um “mini-presídio”, além de abrigar a sede do 8º Comando de Policiamento de área da Polícia Militar. Mesmo assim, a violência começa a ser um problema para o município e o poder público local é chamado a resolvê-lo.

A formação da *elite do agronegócio* no estado do Mato Grosso diferencia-se da elite política nordestina. No entanto, é possível aproveitar algumas análises da elite nordestina para a reflexão dessa elite do agronegócio. Segundo Castro (1992), a elite nordestina criou para sua legitimação a imagem do Nordeste miserável, a “questão Nordeste” para angariar recursos e manter-se no poder. Esse recurso da elite permite que se escondam os conflitos sociais internos, coloca os problemas regionais como sendo homogêneos e que a elite os vivencia da mesma forma que a população. Além disso, coloca a elite como impotente diante das fatalidades nordestinas (sobretudo as fatalidades climáticas). Dessa forma, a ‘questão Nordestina’ torna-se nacional e a liberação de recursos, apropriados pela elite, passa a ser uma obrigação e um compromisso moral com o Nordeste. Destacamos também, que a elite nordestina sofre, no período atual, transformações, pois, o agronegócio da soja e a agricultura moderna da fruticultura vêm tornando a elite dessa região mais parecida com a da região do *front*. A racionalidade econômica dos novos grupos do poder vem modificando a atuação dessa elite regional.

No estado do Mato Grosso, no *front* agrícola de modo geral, a racionalidade econômica é de outra ordem, dado que esse subespaço do território entrou no período técnico-científico informacional de maneira intensa e acelerada. Podemos dizer que a figura do “coronel” foi em parte substituída pela figura do empresário do agronegócio, mantendo alguns mecanismos da prática dos coronéis, absorvendo, entretanto, a racionalidade econômica e competitiva da moderna agricultura. A elite do agronegócio atua no circuito de produção ou no círculo de cooperação de *commodities* e, através do acesso ao poder público local, orienta as políticas públicas segundo os seus interesses.

Observamos que a elite do agronegócio atua nas escalas do poder estadual e federal através da criação de uma imagem de necessidades específicas da região. A carência de infraestrutura, sobretudo de rodovias, é colocada como um problema regional e um problema do

Brasil, que deve a qualquer custo ser solucionado com o apoio do Estado em suas diversas escalas. A bandeira levantada pelos agentes do circuito espacial de produção de soja para a pavimentação da BR-163 é emblemática. O slogan utilizado, “*Rota 163, uma solução para o Brasil – mais produção, mais emprego, menos fome*”, ilustra como a elite do agronegócio impõe para o Brasil um problema de circulação regional, que diz respeito a um segmento econômico específico, que emprega pouco e que beneficia apenas esta elite regional e as grandes *tradings*.

Segundo Bursztyn (1984), a grande extensão territorial brasileira obrigou a coroa portuguesa a implantar um sistema de administração pública flexível, ou seja, dada a impossibilidade de administração do vasto território pela Coroa, os senhores de terras tinham poder de ação local e, em troca, o poder central contava com apoio do poder local. O autor afirma que, desde então, a história do poder no Brasil é desenhada sob os alicerces do poder local rural e do Estado centralizado.

[...]Encontramos, lado a lado, ao longo da história política do Brasil, o Estado centralizado e os caciques locais. O primeiro sempre foi marcado por seu caráter autoritário-partenalista; o segundo, que repete ao nível local o mesmo duplo caráter do Estado, assume a forma de patriarcalismo (BURZTYN, 1984, p. 20).

Esse autor, através da análise da atuação da elite política nordestina e das políticas públicas regionais do governo federal, aponta que o aumento da centralização do poder no Brasil é seguido também pelo reforço do poder local. As políticas criadas e financiadas pelo governo federal, implantadas no Nordeste beneficiavam de alguma maneira a elite política regional. Dessa forma, o poder central mantinha seu apóio por meio dessas bases.

A elite local matogrossense é mais um elemento da família de municípios do agronegócio que indica um maior imbricamento do poder público Estatal com o mercado, e também o crescimento da importância das políticas das empresas. O Grupo Amaggi, por exemplo, tem o poder de estruturar o complexo de produção de soja, inclusive definindo a abertura de novas áreas ou mesmo definindo políticas de investimentos em infra-estrutura no estado do Mato Grosso. Esse grupo vem atuando na aquisição de terras, na instalação de estruturas de armazenamento e na pavimentação da BR-158 (recursos estaduais e parcerias privadas) no vale do rio Araguaia, região nordeste do estado (BRANDÃO FILHO, 2005). Desse modo, esta empresa orienta os investimentos e as novas áreas de produção de soja. O governador do estado,

Blairo Maggi dono do Grupo Amaggi, é um exemplo de como o Estado atua em acordo com as empresas e como o Estado em suas diversas instâncias é essencial para a dinamização da atividade agrícola, que é por sua vez comandada por interesses externos.

O município de Sapezal, criado pelo fundador do Grupo Amaggi, André Maggi, nasce inserido na divisão internacional do trabalho e no padrão geral de circulação de grãos em escala global. A circulação de grãos e o projeto de criação de um eixo de exportação foram as condições básicas para a fundação da cidade de Sapezal (SILVA, 2003). De fato o Grupo Amaggi investiu na criação de elementos infra-estruturais para a existência de Sapezal como as vias de circulação e até uma usina hidrelétrica. No entanto, com a instalação da prefeitura, a Cidezal (empresa do Grupo Amaggi criada para controlar o processo de loteamento da cidade de Sapezal e cuidar da urbanização da cidade), passa a vender serviços para a prefeitura. Sapezal é um caso emblemático de criação de um município para promover a urbanização de um centro urbano dentro de uma lógica de expansão do agronegócio.

A elite do agronegócio no Mato Grosso configura-se, então, em elemento condicionante na conformação do uso corporativo do território, que se concretiza na família de municípios do agronegócio. Ela explicita um poder local modificado porque é urbano e que agrega a racionalidade empresarial, tendo uma atuação agressiva no sentido de incorporar políticas públicas acordadas com o projeto da produção de *commodities*.

06 – As ideologias do desenvolvimento local e a competitividade dos lugares: elementos da municipalização do estado do Mato Grosso

O desenvolvimento da moderna agricultura de soja no estado do Mato Grosso consolida-se na década de 80. Destarte, essa atividade econômica exigiu uma nova geração de municípios, agora comandada pelo mercado. Não faltam exemplos de novos municípios estreitamente ligados à soja, como Sorriso, Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Primavera do Leste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tapurah, Campos de Júlio são apenas alguns, daí denominá-los de municípios da família do agronegócio. São os municípios solidários com o período técnico-científico e informacional, que apesar de obedecer a regras e normas locais e regionais (sua razão técnica local), também são definidos por regras e normas globais (sua razão política global).

A moderna agricultura de *commodities* é um evento que produz a urbanização e a internacionalização desse fragmento do território nacional. Sorriso, por exemplo, é totalmente dependente da produção de soja. No entanto, o comando desta produção não se encontra no município, mas bem distante dali, seja em São Paulo, centro de decisão econômica do território brasileiro, seja nos países onde se localizam as sedes das *tradings* da soja. Embora o poder local apresente formas limitadas de controle sobre o circuito espacial produtivo da soja, ele pode facilitar a produção pelo simples atendimento das necessidades de infra-estrutura e das necessidades dos fatores de produção, por exemplo, a formação de mão-de-obra.

Defendemos a hipótese de que a urbanização do *front* agrícola é solidária ao que Cataia (2006) denominou de ‘*municipalização do território*’, ou seja, o “outro” lado da urbanização é a criação de novos municípios. No *front* agrícola urbanização e criação de novos municípios conformar-se-iam num par dialético, indicando o caráter político-administrativo do uso do território.

As cidades têm necessidade constante de regulação. A satisfação desta necessidade se daria pela criação das fronteiras internas, dando poder político à cidade. Segundo Dória (1982), a própria origem da palavra município denota a relação com a cidade: município vem do latim *municipium*, “cidade municipal”, aquele que desempenha os ofícios municipais. A união da cidade com a fronteira político-administrativa seria mais uma face do uso do território para a promoção da expansão do capital. O poder conferido ao município pós Carta de 1988 e as ideologias do desenvolvimento local podem ter alimentado ainda mais esse processo.

A redivisão político-administrativa relaciona-se com as ideologias do desenvolvimento local na medida em que a fronteira é uma forma, dentre outras, de garantia da competitividade entre os lugares. Segundo Vainer (2003), a ideologia do desenvolvimento local baseia-se na crença de que os governos locais, mais eficazmente do que qualquer outra instituição ou nível escalar, estão em condições de atrair empresas e estimular a competição entre os lugares, além de ter a base histórico-cultural capaz de promover a integração entre os indivíduos.

Destacamos que o município é um poder público que realiza determinadas políticas territoriais de maneira eficaz, sobretudo as que viabilizam fluidez no território. No entanto, o que se coloca à questão do desenvolvimento local é que o lugar não é autônomo, ou seja, ele está inserido em uma lógica regional, nacional e global que o município não controla. Portanto, há limites claros na atuação de uma prefeitura, tanto assim que a crise da soja não foi criada pelos municípios do agronegócio e nem pôde ser resolvida por ele. Essa é uma questão ligada à razão global. O município é eficiente ao dinamizar as atividades que se criam nos lugares, como ocorre na família de municípios do agronegócio. Porém, ele não comanda essas atividades ali instaladas. Dadas as possibilidades técnicas do atual período, as empresas globais podem fragmentar a produção, segundo a natureza das operações. A produção propriamente dita, muitas vezes é transferida para lugares, cujos atrativos territoriais, fiscais e normativos são mais vantajosos; no entanto, o comando permanece nos países centrais, onde se localiza a maior parte das matrizes das empresas com atuação global. Desse modo, Santos (1994a) assevera que as redes globais transportam o universal ao local, sendo que a ordem global, hegemônica, separa o centro da ação e a sede da ação, possibilitando que o comando de parcelas do território brasileiro seja forâneo, tendo a cidade de São Paulo papel importante na mediação das ordens externas.

A cidade de São Paulo preside a inteligência do processo produtivo, comandando a produção mesmo estando distante fisicamente do cultivo da soja. Segundo Silva (2001), a centralidade de São Paulo frente ao território brasileiro reside no fato dessa cidade ser o centro inteligente do país, concentrando consultorias empresariais, sedes dos principais bancos mundiais, empresas de marketing, bolsa de valores, sedes das empresas das grandes corporações, instituições públicas, empresas de logísticas, agências de notícias, instituições de pesquisa e universidades, assessoria jurídica, além de uma gama de serviços sofisticados associados à operação das grandes empresas.

No caso do circuito espacial da produção da soja, a maior parte das sedes das empresas exportadoras está presente em São Paulo e não na área de produção. Gallo (2003) aponta que das catorze maiores empresas exportadoras em valor, sete estão na cidade de São Paulo - quatro nos estados da região Sul, uma no Espírito Santo e duas no estado do Mato Grosso.

Para Becker (1986), a crise atual do Estado reside no fato de ele não estar atendendo bem sua principal função: coordenar a nova divisão inter-regional do trabalho requerida pelos imperativos da acumulação. Segundo a autora, as discussões sobre descentralização e participação popular seriam novas formas de legitimação do Estado, sendo a descentralização uma dessas formas.

As ideologias do desenvolvimento local, de certa forma, questionam a eficiência do Estado-nação em atender as demandas de base da sociedade. Então prega-se, senão seu fim, pelo menos a descentralização das atividades antes afeitas ao núcleo central. O Estado-nação para Brunet (1982, p.59) configura-se em uma convergência de interesses, “[...] où le pays est une marchandise, où le pays est une circonscription de gestion du marché et de gestion de la vie sociale, où le pays est un lieu d’assignation à résidence [...] et aussi un lieu d’identification et un lieu d’intégration sociale”. O autor acrescenta que a crise do Estado em gerir o mercado e a integração social acaba por trazer uma outra ideologia que tende a tornar-se hegemônica, “qui est en gros l’idéologie du ‘local’, et comment cette idéologie à la fois recouvre des comportements et des structures spatiales et crée ces comportements et ces structures spatiales” (BRUNET, 1982, p. 68).

A assimilação do desenvolvimento local como um caminho de atuação estatal teve na Constituição de 1988 o suporte necessário para a difusão da ideologia do local. A criação de novos municípios a partir de então congrega as reivindicações dos localismos (por acreditar-se no poder do local sem a consideração das escalas regionais, nacional e global), bem como as justificativas locais para a criação de novos municípios, que variam no território em função da heterogeneidade da formação sócio-espacial brasileira. Os motivos identificados a seguir dizem respeito ao estado do Mato Grosso, mas parte deles pode ser observada em outros estados.

Não podemos esquecer que existem as justificativas oficiais e as razões implícitas nas proposições. A seguir detalhamos as principais justificativas oficiais utilizadas hoje para as emancipações municipais:

a) O atraso e o abandono do distrito pela sede municipal exigiriam a autonomia política para que o distrito atendesse suas próprias necessidades;

b) O grau de desenvolvimento econômico atingido pelo distrito exigiria maior autonomia política para que houvesse melhor gestão do território em decorrência do seu *desenvolvimento* (os distritos não querem “sustentar os lugares mais atrasados”).

c) A distância do distrito da sede municipal. Essa é uma justificativa comumente utilizada nas propostas de criação de municípios do Mato Grosso.

No projeto de emancipação de Sorriso, aprovado pela Lei 5002 de 13/05/1986, aparece como justificativa o fato do então distrito de Sorriso estar a uma distância de duzentos e oitenta quilômetros da sede, a cidade de Nobres. Hoje, Sorriso possui um distrito que já apresentou solicitação de emancipação à Assembleia Legislativa do Estado, é Boa Esperança (se aprovado o município seria o de Boa Esperança do Norte). O prefeito de Sorriso, Dilceu Rossato (em entrevista) comentou sobre a necessidade urgente de se criar municípios no Mato Grosso e falou em específico sobre o distrito de Boa Esperança:

O Mato Grosso necessita urgentemente criar novos municípios, no meu mesmo, tenho o distrito de Boa Esperança que está a **140 km de distância** [de Sorriso], como o município vai estar presente? Perde o município e perde o distrito porque tudo aquilo que nós mandamos para lá é pouco, é pouco para a comunidade, se eles se tornarem municípios eles vão ter todos os seus direitos atendidos, vão estar com a prefeitura presente com todos os serviços, serviços importantes e já é uma cidade, é uma grande cidade, hoje Boa Esperança é maior do que muitos municípios do estado do Mato Grosso e do país em quantidade de população, em renda. O município agora [está] definindo a área, uma área do município de Sorriso e Nova Ubiratã, uma área de mais de 300 mil hectares, muitos poucos municípios do país tem uma área deste tamanho para produzir [...] ²¹.

Observa-se que geralmente há dificuldade de comunicação entre a sede e os distritos (ou comunidades), dadas as distâncias físicas e mesmo dificuldades econômicas da sede municipal em atender às necessidades de seus distritos, porém há que se tomar cuidado em restringir a distância somente ao seu aspecto geométrico. Existem muitos bairros carentes em infra-estruturas que se localizam dentro da sede municipal e nem por isso são atendidos como deveriam. Desse modo, a distância relaciona-se à política, capacidade do poder público em resolver os problemas, a capacidade de ação, o que daria à distância um caráter geográfico e não somente geométrico.

²¹ Transcrição do trecho da entrevista realizada com o Prefeito de Sorriso durante o trabalho de campo no município (março de 2006).

Implicitamente verificam-se outras razões que permeiam a geração de novos municípios:

a) Formação de base política, ou seja, a elite política fomenta e estimula os pequenos núcleos urbanos (comunidades e distritos) a pedirem emancipação, muitas vezes fornece assessoria para a tramitação de projetos. No estado do Mato Grosso, a assessoria do Deputado José Riva, um dos deputados com maior número de propostas tramitando na Assembléia Legislativa no estado, fornece o modelo do documento para os moradores solicitarem emancipação. Dessa forma, a elite política consegue uma espécie de fidelidade da população e dos novos políticos locais (prefeitos e vereadores), garantindo assim votos para as próximas eleições para deputados, senadores e até governador. O deputado José Riva foi reeleito (eleições 2006) para cumprir o seu terceiro mandato. Sua política *municipalista e emancipacionista* tem significativa importância na sua manutenção no poder;

b) A manipulação de fronteiras para defesa de interesses de certos grupos. Trata-se do *guerymanderismo*. Prática comum dos sulistas que chegaram e chegam ao Mato Grosso e querem que seus interesses prevaleçam. Abreu (2001) relata casos em que empresas de colonização fomentaram a criação de municípios para não ter que arcar com as infra-estruturas urbanas que, pelo projeto original apresentado ao governo do estado, seriam de responsabilidade da colonizadora. Fomenta a emancipação, cria a prefeitura e prontamente passa a receber o dinheiro do FPM (Fundo de Participação do Município), isentando a colonizadora de determinados custos, elevando-se conseqüentemente seus lucros.

c) Ideologias do desenvolvimento permeiam e fundamentam muitas das propostas de criação de novos municípios. Juntamente com a assessoria técnica, a elite política convence a população de que “tudo vai mudar” com a institucionalização do novo município (sem evidentemente substantivar o que isso significa “tudo vai mudar”). O discurso prega que, saúde, escola, transporte e habitação chegarão com o novo município. Esse estímulo relaciona-se com a formação de uma *psicoesfera*²² que consinta a idéia da emancipação como a panacéia para os males do lugar, como se o lugar tivesse autonomia de existência.

²² Para Santos (2002a), os espaços da globalização definem-se conjuntamente por uma *tecnoesfera* e uma *psicoesfera* funcionando de modo unitário. A *tecnoesfera* seria o mundo dos objetos e a *psicoesfera* seria o mundo das ações, o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, fornece regras à racionalidade e estimula o imaginário.

d) Busca por recursos e empresas. A implantação de um novo município implica no direito imediato dos repasses institucionais como FPM (Fundo de Participação dos Municípios), na cota-parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e a competência de arrecadar impostos locais como IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens Intervivos), ISS (Imposto Sobre Serviços) entre outros impostos e taxas criados. A criação de fronteiras internas com o intuito de atrair recursos é parte do fenômeno da *guerra dos lugares* (SANTOS, 2002b), que compreende também a prática das isenções fiscais e territoriais com o objetivo de atrair empresas, conseqüentemente impostos, empregos, etc., o que na mais das vezes, não se concretiza.

A prefeitura de Sorriso possui um projeto de incentivo fiscal e de doação de lotes a empresas que desejam instalar-se no município com a finalidade de gerar empregos. Foi criado então o distrito industrial Nova Prata (Foto 11), localizado na MT-242, a três quilômetros do centro da cidade, possui a infra-estrutura necessária para a instalação de indústrias/empresas. Hoje o distrito apresenta 53 pequenas indústrias.

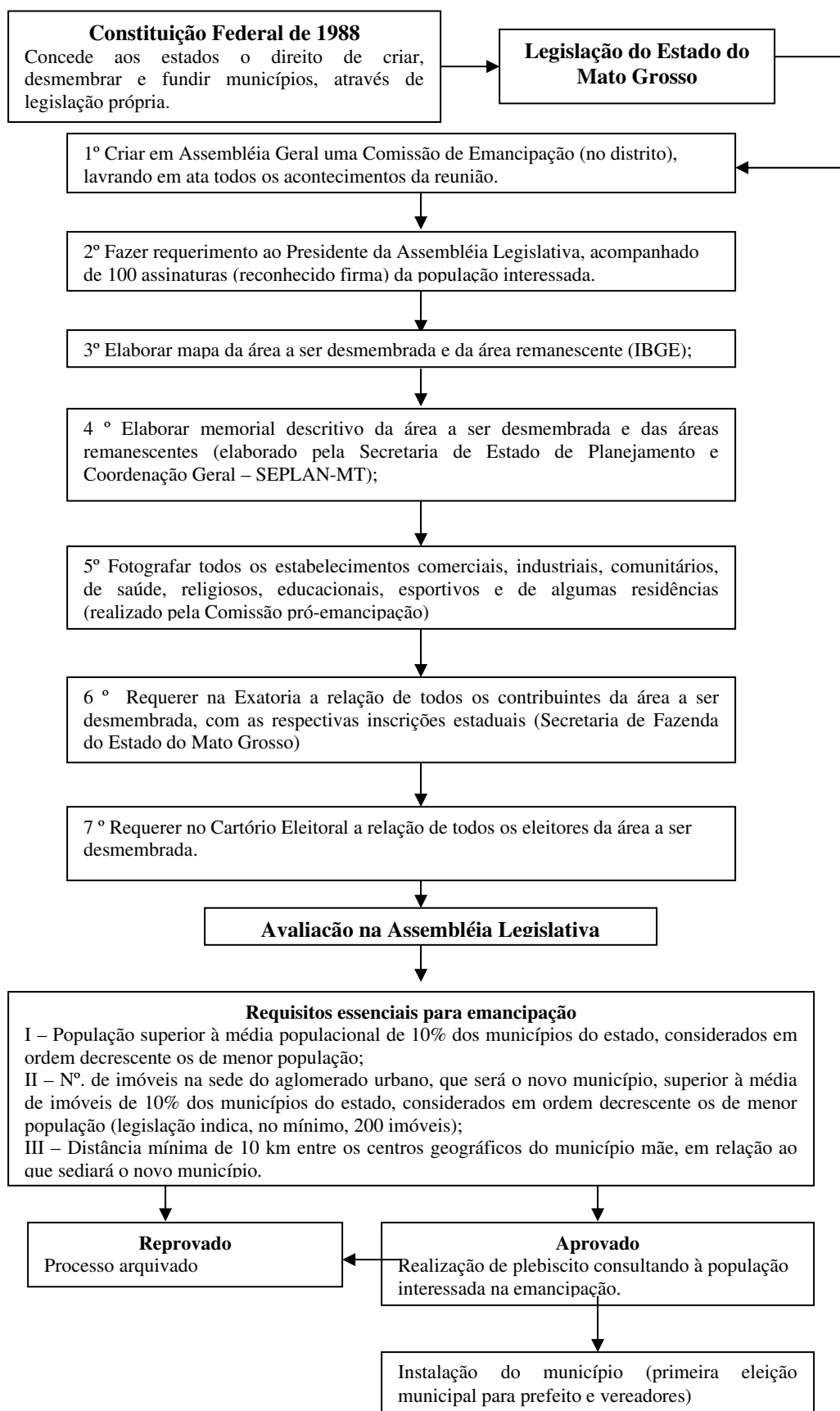
Foto 11: Distrito Industrial Nova Prata – Sorriso-MT/2006



Fonte: Autora (trabalho de campo)

O processo de emancipação municipal no Brasil, desde a Constituição de 1988, apresenta especificidades estaduais, pois a Constituição Federal delegou aos estados a atribuição de legislar sobre o assunto, segundo suas respectivas realidades. No estado do Mato Grosso a criação de município deve seguir as etapas apresentadas na Figura 03.

Figura 03: Esquema do processo institucional para criação de municípios em Mato Grosso



Fonte: Legislação estadual e informações adquiridas em trabalho de campo; Elaboração da autora.

Em função do número de municípios criados após a Constituição de 1988 (considerado por muitos como excessivo), foi editada a emenda constitucional nº 15 de 1996 que estabelece novas regras para a emancipação municipal. Devido à ambigüidade do texto, principalmente no ponto que trata sobre qual esfera caberia a legislação sobre o assunto (estadual ou federal), esta emenda acabou sendo proibitiva ao surgimento de novas unidades municipais até a sua regulamentação. Até o presente momento a emenda constitucional não foi regulamentada e teoricamente deveriam estar suspensas novas emancipações municipais, o que na prática só passou a ocorrer após 2001.

Apesar dessa Emenda Constitucional as propostas de emancipações municipais continuam sendo encaminhadas aos legislativos estaduais. No Quadro 02 apresentamos 27 propostas de criação de novos municípios que estão em tramitação na Assembleia Legislativa do Mato Grosso. Além destas propostas, existem outras 27, que não tivemos acesso aos devidos processos, e portanto, não sabemos quais são os motivos arrazoados para pedir a emancipação, são elas: Água Fria, Alto Guaporé, Antônio Rosa, Arenópolis, Brasil Central, Capão Verde, Conselvan, Deciolândia, Fátima de São Lourenço, Filadélfia, Guariba, Nova Brasília do Leste, Nova Coqueiral, Nova Fronteira, Novo Paraíso, Ouro Verde dos Pioneiros, Paraíso do Rio Preto, Pedra Noventa, Primavera do Fontoura, Ranchão, Santa Clara do Monte Cristo, Santa Elvira, São José do Operário, Serra Linda, Vale das Palmeiras, Vale dos Buritis e Veranópolis.

A maioria dos projetos de emancipação encaminhados é obra de dois deputados: José Riva (16 propostas) e Humberto Bosaipo (8 propostas). A justificativa frequente é a possibilidade de prosperidade econômica, em especial das atividades agrícolas, reafirmando a ideologia do desenvolvimento local para fins eleitorais, ao mesmo tempo em que essa política é conveniente à difusão das modernizações infra-estruturais destinadas ao agronegócio com o uso do orçamento do Estado na figura do município. A difusão do agronegócio caminha *paripassu* com a fragmentação e a corporativização do território.

Quadro 02: Projetos de criação de municípios em tramitação na Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso

	Município	Origem	Proponente²³	Justificativa no Projeto²⁴	População
1	Alto Coité	Poxoréo	Dep. José Carlos de Freitas	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
2	Analândia do Norte	Marcelândia	Dep. José Riva	Desenvolvimento econômico com sólidas empresas rurais e setor madeireiro em expansão	*
3	Boa Esperança do Norte	Sorriso e Nova Ubitatã	Dep. Nico Baracat	O desejo da população, o atendimento das exigências legais, prosperidade econômico (agricultura tecnificada) e contribuição para desenvolvimento do estado	*
4	Campina Verde (Campina do Araguaia)	Bom Jesus do Araguaia e Ribeirão Cascalheira	Dep. Humberto Bosaipo	Atendimento das exigências legais e anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
5	Cardoso d'Oeste (Vale do Aguapeí)	Porto Esperidião	Dep. Humberto Bosaipo	Vontade popular dos residentes e atendimento das exigências legais	2.318
6	Colorado do Norte	Nova Canaã do Norte e Alta Floresta	Dep. Silval Barbosa	Atendimento da vontade da população que anseia a prosperidade e o desenvolvimento	5.050
7	Culuene	Canarana e Água Boa	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.206
8	Espigão do Leste	São Felix do Araguaia	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	2.203
9	Estrela do Araguaia	São Feliz do Araguaia	Dep. Humberto Bosaipo	Vontade popular dos residentes e atendimento das exigências legais	2.412
10	Itaquerê	Novo São Joaquim	Dep. Humberto Bosaipo	Atendimento das exigências legais, alta produção agrícola (soja e algodão) e atendimentos dos anseios da população pela emancipação	4.473
11	Mario Covas	Vila Bela de Santíssima Trindade, Pontes e Lacerda e Porto Esperidião	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
12	Nova Floresta	Porto Alegre do Norte	Dep. Humberto Bosaipo	Atendimento das normas legais e da vontade da população em emancipar-se.	3.010

²³ Citado apenas o primeiro proponente.

²⁴ Apresentamos um resumo da justificativa do projeto original.

	Município	Origem	Proponente	Justificativa no Projeto	População
13	Nova Primavera	Sorriso	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
14	Nova Terra Roxa	Juína	Dep. José Riva	*	4.023
15	Nova União	Cotriguaçu	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.826
16	Ouro Branco do Sul	Itiquira	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.888
17	Paranorte	Juara e Nova Bandeirantes	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	
18	Paredão Grande (Paredão do Leste)	General Carneiro	Dep. Humberto Bosaipo	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.565
19	Pedra Neca	Porto Esperidião e Figueirópolis D'Oeste	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.062
20	Pontinópolis	São Félix do Araguaia	Dep. Humberto Bosaipo	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
21	Rio Xingu ("Coutinho União")	Querência	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
22	Salto da Alegria	Paratinga	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
23	Santo Antônio do Fontoura	Santo Antônio do Xingu	Dep. Humberto Bosaipo	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.387
24	São José do Apuí	Nova Monte Verde	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	4.112
25	São José do Couto	Campinópolis	Dep. Humberto Bosaipo	Alto crescimento populacional da região, elevado nº de assentamentos de colono, promoverá o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida	4.018
26	Serra Verde	Canarana, Água Boa e Nova Nazaré	Dep. José Riva	Atender aos anseios da população que manifestou vontade da criação do município	*
27	União do Norte	Peixoto de Azevedo e Marcelândia	Dep. Silval Barbosa	Atendimento das reivindicações da população, que apresentam altos índices de desenvolvimento sócio-econômico.	*

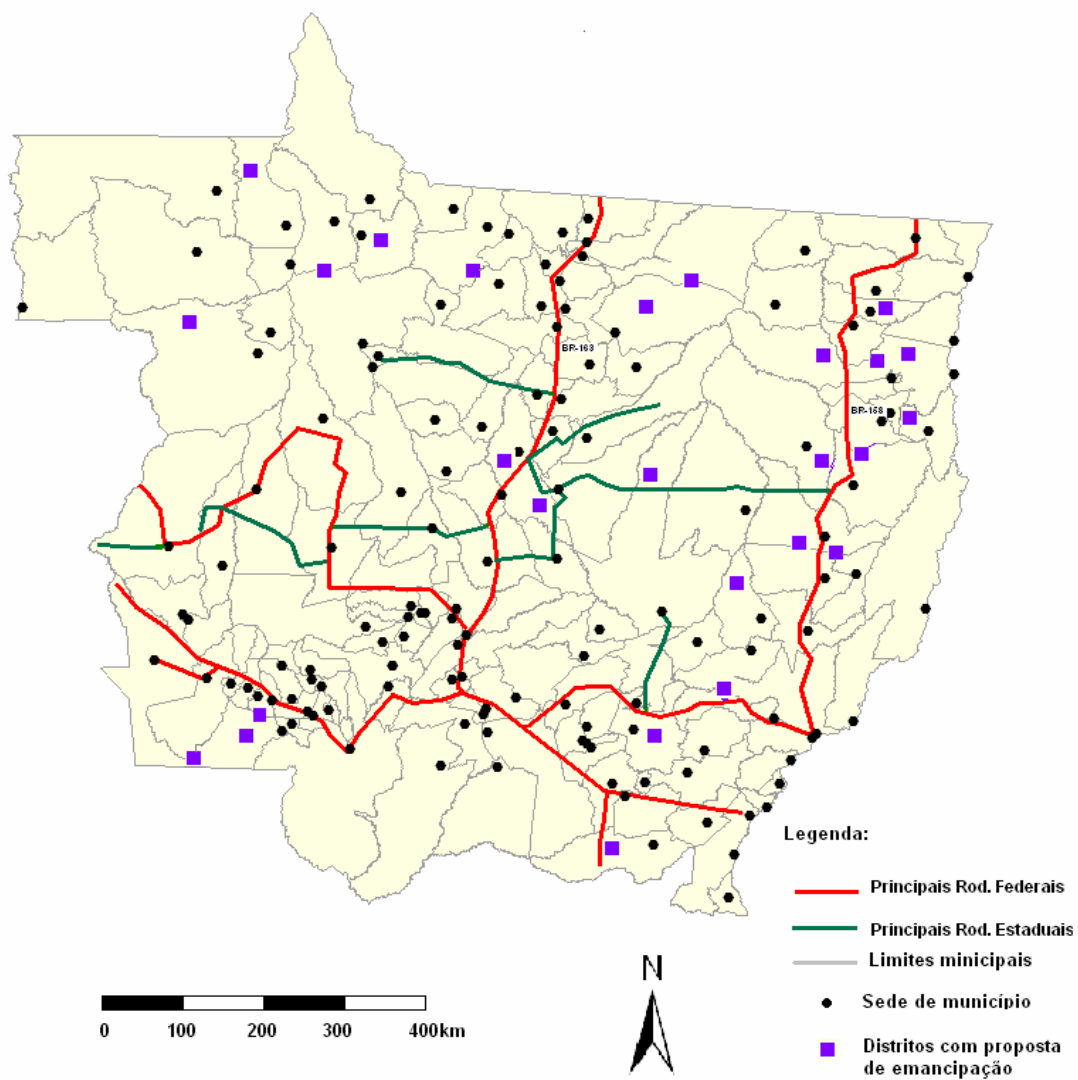
*sem informações

Fonte: Assembléia Legislativa do estado do Mato Grosso; Elaboração da autora.

O Mapa 05 localiza as propostas de redivisão político-administrativas analisadas. Destacamos que tais propostas coincidem com a mancha da urbanização matogrossense, onde estão surgindo as novas cidades, e provavelmente os futuros municípios. Essa coincidência, inicialmente, fortalece nossa hipótese de que a urbanização do *front* é alavancada através da municipalização do território. Observamos que esses futuros municípios localizam-se, sobretudo no norte e nordeste do estado. Na região nordeste os distritos emancipantes acompanham o eixo da BR-158, em fase de pavimentação. Essa região já está em evidência na mídia como sendo a nova fronteira agrícola do Mato Grosso, com grandes investimentos em projetos de mineração e produção agrícola. Houve um aumento de 1.302,5% da safra de soja de 2002 a 2003²⁵. A BR-158 torna-se uma nova opção para o escoamento da produção por dar acesso ao porto de Ponta da Madeira em São Luís (MA). Essa rodovia federal está em fase de pavimentação com recursos estaduais.

²⁵ Revista RDM, ano V, nº 52, 18 de abril de 2004.

Mapa 05: Localização das propostas de criação de novos municípios em MT - 2007



Fonte: IBGE; Elaboração da autora, apoio técnico Daniel Cândido.

Como já afirmamos há inúmeras razões locais que podem levar à emancipação. Também, muitas pesquisas já destacaram o papel do Fundo de Participação dos Municípios como incentivador dos pedidos de emancipação. De nossa parte, julgamos que além destas razões, há uma razão nacional da maior importância: é o fato de o município no Brasil poder confeccionar leis, poder de legislar. Normatizar o território seria um dos fatores determinantes das novas redivisões, pois as leis, ainda que de abrangência local e em conformidade à Constituição Nacional, têm poder de transformar em *formas* a difusão do modo de produção. Assim, a modernização do território exigiria novos municípios porque estes, complementando as escalas federal e estadual, trariam a regulação política necessária às novas materialidades.

À medida que essas formas são criadas, elas vão se impondo aos novos projetos. O *front* agrícola é resultado da expansão do capital, que teve como condição a modificação da densidade das fronteiras internas. Isso significa que os novos poderes públicos compactuam com esse processo. Mesmo que “involuntariamente”, os municípios criam “espaços de conveniência” para a difusão do capital.

A criação do município de Sorriso e sua evolução demonstram o quanto a institucionalização do poder público municipal foi uma mola propulsora para a disseminação da produção agrícola moderna. Em vinte anos de história o município ocupa posição de destaque no estado do Mato Grosso e no Brasil. Entretanto, toda sua infra-estrutura cresceu em função de um único produto: a soja. Isso sinaliza o perigo da especialização mono-funcional dos lugares. O comércio e os serviços são especializados em oferecer produtos para o circuito espacial produtivo desta *commodity*. Ainda que o poder público local tome muitas ações no sentido de atender a população como um todo, o que ocorre é uma manutenção da especialização original e o crescimento da vulnerabilidade, uma vez que todas as ações coadunam para a manutenção do município como pólo produtor de grãos para exportação.

Em Sorriso o poder público municipal volta-se para atender à especialização produtiva. A prefeitura possui projetos de recuperação das estradas vicinais: apenas no ano de 2005/2006, foram pavimentados cerca de noventa quilômetros de estradas no interior do município. Segundo o prefeito, esse tipo de ação ocorre para que haja condições dos produtores rurais escoarem a produção de soja (grãos de modo geral).

O poder público local também vem se esforçando para atrair empresas que agreguem valor aos produtos agrícolas. Essas estão relacionadas à agroindústria em geral como o

Frigorífico Anhambi, a AgroSoja e a MilhoBras. Há uma capacidade de armazenagem no município de 1.200.000 toneladas de grãos, incluindo armazéns particulares, comunitários e públicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, 2006).

A ação pública local torna esse território atrativo para atuação do mercado, sobretudo, para reforço da especialização produtiva. O empenho do poder público municipal em dotar o território com infra-estruturas tornou Sorriso um *ponto luminoso* do território (SANTOS, 2002a), com alta densidade técnica para realização da produção agrícola moderna.

A legislação federal trata todos os municípios como iguais. De fato, do ponto de vista do *território normado* (SANTOS, 2002a) todos são iguais. Entretanto, se considerarmos o princípio de método de que o território se impõe, uma vez que ele condiciona o funcionamento da sociedade, há o *território como norma* (SANTOS, 2002a) que condiciona as ações dados os atributos diferenciados de cada território. Cada município apresenta especificidades territoriais como extensão, recursos, atividade econômica, população, normas, etc. Todo esse conjunto de elementos faz com que cada território municipal imponha-se como norma.

Sorriso, bem como os outros municípios do agronegócio, concorre para atração dos elementos do circuito produtivo da soja (e de outras *commodities*). Essa concorrência tem na atuação do poder público municipal papel relevante, pois suas ações, mesmo que sejam aquelas voltadas para o bem estar da população (educação, saúde, habitação, etc.), configuram-se em medidas que tornam esse município ímpar no acolhimento das modernizações e na difusão do meio técnico-científico-informacional.

Esse é um dos municípios brasileiros, inserido em seu contexto regional, que se sobressaiu dentro da *guerra dos lugares* (SANTOS, 2002b), que consiste no fato destes distinguirem-se pelas suas densidades técnicas e oferecer, em decorrência disso e de fatores de ordem organizacional (leis orgânicas, impostos, relações trabalhistas, ambientais, densidades técnicas etc.), rentabilidade distintas. Segundo Santos (2002b, p. 249):

[...]na medida em que as possibilidades dos lugares são conhecidas à escala do mundo, sua escolha para o exercício dessa ou daquela atividade torna-se mais precisa. Disso, aliás, depende o sucesso dos empresários. É desse modo que os lugares se tornam competitivos. O dogma da competitividade não se impõe apenas à economia, mas, também à geografia.

Há certas vantagens oferecidas ao capital que provem das características ‘naturais’ dos territórios; outras são criadas através de investimentos públicos. Na concepção do *empreendedorismo*, a cidade deve oferecer e criar o *ambiente* adequando aos investimentos. Destarte, são elementos dessa concepção de administração municipal as parcerias público-privadas, investimentos por parte do poder público em infra-estrutura, a qualificação da mão-de-obra, e sobretudo, a criação da imagem, pois o marketing é um elemento primordial na vida dos território para o mundo das empresas (HARVEY, 2005).

Dessa forma, a fronteira municipal delimita territórios, cuja regulação torna-se diferenciada. Além disso, cada território municipal tem um peso quando visto como recurso pelas empresas. Assim, o poder público local tem significativa relevância quando prepara seu território para atração de empresas, aderindo ao projeto de competitividade. No entanto, mesmo que haja empenho do poder público municipal em atrair empresas através de políticas territoriais e fiscais de incentivos, há, como afirma Davidovich (1993), lugares preferenciais para os investimentos, aqueles localizados em regiões “mais desenvolvidas” apresentam maiores possibilidades.

A recente crise do agronegócio noticiada por toda imprensa dá indícios da problemática dessa especialização, problemática essa que não atinge somente Sorriso, mas a grande maioria dos novos municípios do estado do Mato Grosso originários da moderna agricultura. O território como um todo também é atingido à medida que recursos públicos da União são utilizados na construção das infra-estruturas territoriais e em financiamentos para os agricultores, além dos recursos despendidos para “salvar” esses municípios da crise. Deixa-se de pensar em um projeto para o território nacional, que vise à redução da dependência de economias externas. Novamente o território repete o *pecado original* (MORAES, 2002): a especialização em um único produto visando à exportação, cujo comando da produção, não cabe ao Estado Brasileiro, tampouco aos poderes públicos municipais, que se tornam vítimas da produção do território extrovertido, havendo a manutenção e a ampliação das desigualdades territoriais.

As ideologias colocadas em ação para a legitimação do Estado tomam outras formas. A criação de uma psicoesfera de descrença no Estado-nação, e sua contrapartida, a consolidação da ideologia do desenvolvimento local é uma delas, pode-se afirmar que é um caminho utilizado pelo capital para usufruir melhor das virtualidades dos lugares. Para ampliar seus espaços, a corporação provoca a transformação da sociedade e do bloco no poder,

a valorização da ‘sociedade local’ à escala efetivamente local, microrregional, ganha sentido para a corporação na medida em que a fragmentação do poder a nível municipal estimula a rivalidade entre si, esvazia o poder estadual e consequentemente do Estado como um todo, favorecendo o controle direto da população; controle político e também econômico, sobre a mobilidade do trabalho que tende a se intensificar *in loco*, intra-regionalmente.” (BECKER, 1986, p. 59).

A ideologia do local toma concretude com a cidade-empresa (PIQUET, 1998), aquela que deve ser competitiva, pensada como empresa num mercado internacional competitivo de cidades. Como uma mercadoria a cidade-empresa deve ser gerida por empresários e visar à eficiência e produtividade (VAINER, 2003).

Segundo a lógica do empreendedorismo, os governos locais teriam que ser mais empreendedores e inovadores em suas políticas para atrair as melhores oportunidades de negócios, uma vez que o Estado-Nação já não consegue mais atenuar os problemas decorrentes da crise econômica que se instalou na década de 1980 e há uma incapacidade do mesmo em controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais (Havey, 2005).

Para Dowbor (1996), o princípio do poder local é o de que ele deve ser agente do desenvolvimento, funcionando como articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento.

Pode-se perguntar: “*o que pode o poder local?*”. Vainer (2002) aposta em uma perspectiva *transescalar*, pois os processos operam em interação entre escalas em uma estrutura que determina as desigualdades sócio-territoriais. Como fuga às alternativas de competitividade postas, a opção seria a constituição de um verdadeiro *projeto nacional*, onde caberia ao poder local a invenção de alternativas associadas à redução das desigualdades sociais e propiciar organizações populares.

Davidovich (1993) lembra que dentro de um sistema capitalista os lugares estão subordinados a decisões, cujas determinações fogem ao seu controle. Geralmente, essas decisões estão ligadas aos interesses externos e a esfera do poder local representaria um suporte de instâncias de gestão superiores.

Portanto, ficam evidentes os conflitos existentes na atuação do poder público municipal no Brasil. Por um lado, apresenta acesso político de uma elite ao poder, capaz de promover políticas territoriais e regulamentações no seu respectivo território, que vão ao encontro dos interesses do capital global e acabam consumindo os recursos que deveriam ser destinados aos

interesses coletivos, de todos, incluindo as empresas. Por outro lado, o município não tem poder para resistir à força das empresas, ou mesmo, vencer uma especialização produtiva, pois ela própria é razão primeira da criação de muitos municípios, por exemplo, a família de municípios do agronegócio.

Considerações finais

O processo de *municipalização do front agrícola* relaciona-se estreitamente à chamada “crise da federação brasileira”, uma vez que as redivisões político-administrativas ocorridas especialmente nas áreas de apropriação do capital indicam um uso corporativo e seletivo do território.

Por um lado, quando um município é emancipado no estado do Mato Grosso, há uma reorganização político-administrativa e econômica em todo o território brasileiro, pois a criação de novos entes da federação promove nova distribuição de recursos. Por outro lado, a criação dos novos poderes locais no *front* vem ao encontro da racionalidade imposta pelo mercado mundial, ou seja, são espaços de poder municipal racionalizados por ordens que escapam ao controle local.

Sorriso, pelo caráter corporativo e segregador de sua urbanização, é revelador do futuro da urbanização das novas áreas ocupadas pelo capital. Num universo que apresenta complexas tramas sociais, os municípios do agronegócio apresentam-se fragmentados socialmente e espacialmente, existindo uma cidade *luminosa* que atende os chamados da racionalidade competitiva, a “cidade da elite do agronegócio” e a “cidade dos marginalizados”, pouco assistida pelo poder público local. Essa última cria sua própria racionalidade, que não é a do mercado e sim a da sobrevivência. As cidades do agronegócio unem, porque a pobreza também é funcional à riqueza, diferenciando e distinguindo aqueles que nela vivem, por isso são espaços violentos.

Nas áreas da moderna agricultura o poder público local tem ação decisiva na expansão das atividades econômicas, daí a existência da família de municípios do agronegócio. Esses municípios apresentam características comuns como especialização produtiva em *commodities*, uma população composta em sua maioria por sulistas que comandam a política local e regional, compondo a elite do agronegócio. Além de terem como lógica de organização de seus respectivos territórios, a competitividade que atende as demandas do mercado.

O município, enquanto escala de atuação do poder estatal, exerce funções de regulação dos conflitos sociais e de fornecedor dos *meios de consumo coletivo*. O aumento da densidade da malha político-administrativa no estado do Mato Grosso dá suporte à ação empresarial e à conformação da especialização produtiva, transformando essa região um espaço da racionalidade da economia global, aprofundando as desigualdades sócio-territoriais brasileiras.

Para Celso Furtado (1992) a condição de subdesenvolvimento do Brasil decorre do seu processo de formação que negou a criatividade do povo nativo, impôs-se a cultura européia

impedindo a formação de um povo autônomo e a permanência da sua cultura. A independência do Brasil foi um pacto da elite, ou seja, “negócio entre pai e filho” (SADER, 2003). O Estado brasileiro nasce submetido a Portugal e ao longo da história brasileira predominou o liberalismo econômico em detrimento do liberalismo político. A implantação da República perdurou os interesses das elites primário-exportadoras.

Somente em 1930 cria-se um planejamento para a construção de um mercado interno e uma integração das regiões brasileiras. Inicia-se aí o momento em que o Estado brasileiro toma o comando da economia nacional. Para Furtado (1992) estava em curso a construção de um país que rumava para a independência. A industrialização e a urbanização criaram a classe média com carteira assinada, porém, com a exclusão de grande parte da população.

A ditadura Militar trouxe a industrialização acelerada, no entanto, não promoveu a distribuição de renda e os benefícios do desenvolvimento econômico, criando a imagem do Brasil com um país rico, porém injusto. A fragmentação sócio-espacial é aprofundada num mundo que começava a vislumbrar uma nova revolução, técnica, científica e informacional.

A integração do território, juntamente com a formação do mercado interno e a própria construção da estrutura do Estado, é interrompida quando o Brasil opta pela inserção na economia internacional (FURTADO, 1992). O problema é que o crescimento econômico, que tem como móbil a integração ao mercado internacional, desarranjou as solidariedades regionais nacionais, que ainda não estavam sólidas.

O que há de realmente novo com a globalização é a montagem de um sistema produtivo transnacional, cujo dinamismo se traduz em novo desenho na alocação geográfica dos recursos e em forte concentração social da renda (FURTADO, 1999).

Esse novo desenho geográfico dos investimentos globais do agronegócio elegeu o cerrado brasileiro como “área” privilegiada da produção global. É dentro desta perspectiva que são criados novos municípios no *front*, criados em função de uma solidariedade mais global que propriamente nacional.

As ideologias do desenvolvimento local que desembarcaram no Brasil no final dos anos de 1980 difundiram-se como *pensamento único*. O poder local seria a única opção à sobrevivência dos lugares, sobrevivência essa baseada na competição. O *city marketing*, o planejamento estratégico, a guerra fiscal, os incentivos fiscais e territoriais, a institucionalização de novas fronteiras internas são ideologias que difundem a capacidade local de resolução de

problemas que são criados por uma razão global. No entanto, as raízes das questões locais, no que tange aos municípios do agronegócio, localizam-se fora até mesmo do controle nacional.

A redivisão político-administrativa coloca-se enquanto discurso como um elemento de melhoria da vida dos lugares. Contudo, a institucionalização de novos poderes municipais tornou-se um elemento que beneficia o mercado, uma vez que os municípios passam a competir por meio de normas e políticas públicas locais para a atração de empresas e atividades produtivas.

Pensar que o poder local, por si só, teria força para combater questões criadas pelo mercado global, seria somar mais uma opção equivocada à nossa história e, do nosso ponto de vista comprometer o futuro. Entendemos que seria necessário pensar, não o lugar pelo lugar, mas o papel que dado lugar cumpre no concerto federativo nacional, pois se sobre o mercado global, nós não temos controle, o único controle que poderíamos ter é sobre o território nacional. O relativo enfraquecimento do Estado é revelador das dificuldades de um projeto nacional, mas se o município é Estado, então ele também é revelador dos limites que se colocam às políticas municipais e das falácias do desenvolvimento local, portanto seria a partir do reconhecimento das fraquezas individuais dos entes da federação que se poderiam construir opções a partir de todos os entes da federação.

Acreditamos que o federalismo, que é a forma de organização política do território, e que tem como princípio a cooperação, seria um caminho de reflexão de um projeto nacional frente ao princípio da competitividade. Opondo-se à cooperação o “imperativo da competitividade” é fundador da guerra, muito mais que fiscal, entre os entes da federação. A crise da federação brasileira não está em criar novas unidades municipais, mas, sim em criar novos municípios sob o signo da competitividade territorial. A federação está em crise porque ela não pode assentar em princípios competitivos, pois seu fundamento é a cooperação, federar significa unir.

Referências Bibliográficas

ABREU, Silvana de. *Planejamento Governamental: a SUDECO no espaço matogrossense – contexto, propósitos e contradições*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 326p.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. “A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira”. In: *Agrária*, São Paulo, nº 2, 2005. p. 40-68

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO ESTADO DO MATO GROSSO (2004), disponível em <<http://www.seplan.mt.gov.br/anuario>>, 2004.

ARROYO, Mônica. “Globalização e Espaço Geográfico”. In: *Revista Experimental*, nº 6, março, USP, FFLCH, Departamento de Geografia, LABOPLAN, São Paulo, 1999.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. “Modernização Agrícola, trabalho e organização espacial na BR-163”. BERNADES, Júlia Adão & FREIRE FILHO, Osni de Luna. *Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p.99-113

AZEVEDO, Aroldo de “Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana”. In: *Boletim Geografia* nº 11, São Paulo, USP/FFCL, 1956.

BANDECCHI, Brasil. *O Município no Brasil e sua Função Política*. São Paul: Editora Pannartz, 1983.

BECKER, Bertha. “A crise do Estado e a região – a estratégia da descentralização em questão”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 48(1): 43-62, jan/mar. 1986.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BERNARDES, Júlia Adão. “Técnica e trabalho na fronteira agrícola de expansão da agricultura moderna brasileira”. In: Ribeiro, Ana Clara Torres *et alli* (orgs) *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2005a. p. 47-66

_____. “Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense.” In: BERNADES, Júlia Adão & FREIRE FILHO, Osni de Luna. *Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005b. p. 9-37

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. “Breves considerações sobre as mudanças do papel do Estado na agricultura brasileira”. In: BERNADES, Júlia Adão, FREIRE FILHO, Osni de Luna. *Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 137-151

BRASILEIRO, Ana Maria. *O Município como Sistema Político*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

BRUNET, Roger. “Lê pays”. In: *Geopoint*, 1982, p. 55-68.

BRUNHES, JEAN. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962 (1ª edição francesa 1956). p. 135-164

BURZTYN, Marcel. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTELLS, Manuel. “Crise do Estado, consumo coletivo e contradições urbanas”. In: POULANTZAS, Nicos (org.) *Estado em crise*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1977. p.11-26

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983 [1972]. p. 181-310

CASTRO, Iná Elias de. *O mito da necessidade – discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1992.

CATAIA, Márcio. *Território Nacional e Fronteiras Internas: a Fragmentação do Território Brasileiro*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. 250p.

_____. A Geopolítica das Fronteiras Internas na Constituição do Território: o Caso da Criação de Novos Municípios na Região Centro-Oeste do Brasil Durante O Regime Militar. In: *VIII Colóquio Internacional de Geocrítica “Geografia histórica e historia del territorio”*. Centro Histórico da Cidade do México, 22 a 26 de maio de 2006.

CATAIA, Márcio & SILVA, Silvana Cristina da. *O Papel dos Macrossistemas Técnicos (energético e rodoviário) na Fragmentação do Território Brasileiro*. Relatório Final de Pesquisa de Iniciação Científica para CNPq, julho de 2004 (mimeo GEOPLAN).

CORRÊIA, Roberto Lobato. “Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades”. In: *Revista Território*, Rio de Janeiro, LAGET-UFRJ nº 6, janeiro-junho de 1999. p. 43-53.

COSTA, Wanderley Messias. da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

CUNHA, José M. P. *A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-1996: o esgotamento de um processo de ocupação*. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2002.

DAVIDOVICH, Fany. “Poder local e município, algumas considerações”. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 27(1), jan/mar, 1993. p. 5-14

DEFFONTAINES, Pierre. “Como se Constitui no Brasil a Rede das Cidades”. In: *Boletim Geográfico*, ano II, nº 14, Parte I (p. 141-148) e nº 15, Parte II (p. 299-308), Rio de Janeiro, 1944.

DIAS, Elisia Aparecida & BORTOCELLO, Odila. *Resgate Histórico do Município de Sorriso – Portal da Agricultura no Cerrado Mato-Grossense*. Cuiabá: sem editora, 2003.

DÓRIA, Og. *Município: o Poder Local no Brasil – Quinhentos Anos de Conflitos entre O Município e o Poder Central*. São Paulo: Scrita Editorial, 1982.

DOWBOR, Ladislau. “A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento”. In: *Desenvolvimento local, geração de emprego e renda*. São Paulo: Polis, 1996. p. 29-44

ELIAS, Denise. *Meio Técnico-científico-informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto* (SP), Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade São Paulo, São Paulo, 1996. 293p

_____. “Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão”. In: *Revista NERA*, Presidente Prudente, ano 9, nº 8, jan./jun. 2006. p. 29-51

ENGELS, Friedrich, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980 [1884].

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e Seus Municípios*. Cuiabá, Secretaria do estado da Cultura, 1997.

FREIRE FILHO, Osni de Luna. “Hierarquia urbana e modernização da agricultura” In: *Geografias da soja: BR-163 fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p.57-76

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GALLO, Fabrício. *Aviões e Aeroportos em Fazendas do Centro-Oeste Regulados por São Paulo: Elementos do Circuito Espacial da produção Agrícola*. Monografia de Conclusão de Curso de Graduação, Apresentada ao Departamento de geografia do Instituto de Geociências, UNICAMP, 2003.

GEIGER, Pedro Pichas. *A Evolução da Rêde Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.

GEORGE, Pierre. *A ação do homem*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1971.

GOODMAN, D. “Expansão de Fronteira e Colonização Rural: Recente Política de Desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil”. In: BAER, W., GEIGER, P. P., HADDAD, P. R. (orgs.) *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1978.

GOTTMANN, Jean. "The Evolution of the concept of territory". In: *Social Science Information*, Vol. 14, No. ¾, 1975. p. 29-47

HAESBAERT, Rogério. "A noção de rede regional: reflexões a partir da migração 'gaúcha' no Brasil". In: *Revista Território*, ano III, nº 4, jan/jun de 1998.

HARVEY, David. "Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio". In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 163-191

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ISNARD, Hildebert. *O Espaço Geográfico*. Coimbra: Almeida, 1982.

KAHIL, Samira Peduti. "Usos do Território: uma questão política". In: *Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina*. De 20 a 26 de março de 2005. p. 7193-7204.

_____. *Unidade e diversidade do mundo contemporâneo – Holambra: a existência do mundo no lugar*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

LAVINAS, Lena. "A Agro-urbanização da Fronteira". In: LAVINAS, Lena (org.) *A Urbanização da Fronteira*. Rio de Janeiro: Publipur/UFRJ, Série Monográfica nº 5, 1987. p. 91-108

MARTIN, André Roberto. *As Fronteiras Internas e a 'Questão Regional' do Brasil*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a Degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAURO, Frédéric. "Au Brésil: origines des états et formation des municipes". In: *Cahiers des Amériques Latines*, nºspécial: Villes et régions en Amérique Latine, Paris, 1973, 7. p. 101-113

MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. São Paulo: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

MILLS, C. Whight. *A elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981 [1956]). p. 10-60.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1998 [1952].

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Anna Blume, 2002.

MOREIRA, Ruy. “Cidade e campo no Brasil contemporâneo”. In: *Simpósio Internacional Interfaces das Representações Urbanas em tempos de Globalização*. SESC-Bauru promovido pela AGB-Bauru e UNESP/Bauru em 25 de agosto de 2005. Disponível em <<http://www.agbbauru.org.br/ruymoreira.pdf>> Consulta em 15 de maio de 2007. 13p.

MORENO, Gislaene. “A política Estadual e Federal de Colonização em Mato Grosso – 1900/1990”. In: *Geografia do Mato Grosso*. Cuiabá: Estrelinhas, 2005.

NONATO, Rita de Cássia. *Crise da Federação e federalismo corporativo: propostas de criação de novos estados no front agrícola brasileiro*. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UNICAMP, 2005. 150p.

PIQUET, Rosélia. *Cidade empresa: Presença na Paisagem Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

PRADO, Sérgio (org.), QUADROS, Waldemir, CAVALCANTI, Carlos Eduardo. *Partilha de Recursos na Federação Brasileira*. São Paulo: Fapesp: Fundap-Brasília- Ipea, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. *Sorriso: o gigante do agronegócio e da responsabilidade ambiental*. Sorriso: Prefeitura Municipal, 2006.

POULANTZAS, Nicos. “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”. In: POULANTZAS, Nicos (org.) *Estado em crise*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1977. p. 3-41

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

REVISTA RDM, 18 de abril de 2004 – ano V, nº 52.

ROCHA, Gilberto de Miranda. Reflexões sobre a região e redivisão territorial da Amazônia: o caso do sudeste paraense. In: FLORES, Cláudio M.; MITSCHKEIN, Thomas A. (Org.). *Realidades amazônicas no fim do século XX*. Belém: UNAMAZ / UFPA, 1990, p.177-211. (Série Cooperação Amazônica, 5).

SADER, Emir. “A refundação do Estado e da política”. In: Novaes, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 307-331

SANTOS, Milton. *As Cidades nos Países Subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. “Sociedade e Espaço: A Formação Social Como Teoria e Como Método”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 54. São Paulo: AGB, 1977. p. 81-99

_____. *Espaço e Sociedade (ensaios)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. “Les Municipalités Cosmopolites Du Tiers-Monde: Problèmes de Planification et de Gestion”. In: *Actes de La 2 éme Conference Des Capitales Du Monde*, Dakar, 11-13 de Junho de 1990. p.55-59.

_____. “Da política dos estados à política das empresas”. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, 1997.

_____. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994a.

_____. *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo, Hucitec, 1994b.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2002a [1996].

_____. “Guerra dos lugares” In: *O País Distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002b (Texto publicado originalmente no Caderno mais da Folha de São Paulo, 1999).

_____. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. São Paulo: Edusp, 2003 [1979].

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2004 [1979].

_____. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2005 [1993].

SANTOS, Milton. & SILVEIRA Maria Laura. *O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SARTRE, Jean- Paul. *Crítica da razão dialética*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002 [1960]. p. 235-335.

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. *A Contemporaneidade de São Paulo: Produção de Informações e o Novo uso do Território Brasileiro*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo. 283p

SILVA, Carlos Alberto Franco da. “Sapezal: a obra síntese de André Maggi e Blairo Maggi em áreas de Fronteira agrícola”. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Grupo André Maggi: corporação e rede em áreas de fronteiras*. Cuiabá: entrelinhas, 2003. p. 183-217.

SILVA, Silvana Cristina da. *Geração de Novos Municípios: Uma Face da Modernização dos Macrossistemas Técnicos do Território*. Monografia de Conclusão de Curso Apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

_____. A Urbanização e a “Municipalização” do *Front*: a Ação do Poder Público na Escala do Município. In: *V Seminário de Pós-graduação em Geografia da UNESP*. Rio Claro, de 3 a 6 de outubro de 2005.

SILVA, Silvana Cristina da & CATAIA, Márcio. A Municipalização do Território: Algumas Considerações Sobre o Estado do Mato Grosso. In: *VI Encontro Nacional da ANPEGE*. Fortaleza de 28 a 30 de setembro de 2005.

SILVEIRA, María Laura. “Concretude territorial, regulação e densidade normativa”. In: *Experimental*, ano I, nº 2, março, USP, FFLCH, Departamento de Geografia, LABOPLAN, São Paulo, 1997. p. 35-45

_____. *Um País, Uma Região: Fim de Século e Modernidades na Argentina*. São Paulo: LABOPLAN-USP, 1999. p. 367-399

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006

SOUSA SANTOS, Boaventura de. “Nuestra América: reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição”. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez editora, 2006. p. 191-224

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. “Espacialidade, Cotidiano e Poder”. In: *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, nº 01, 1996. p. 43-48

_____. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. “Espaços Urbanos: Territorialidades e Representações”. In: SPÓSITO, Eliseu Savério (org) *Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades*. Presidente Prudente: UNESP-GAsPERR, 1999. p. 13-29

_____. “As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos”. In: SPÓSITO, M. E. B. (org) *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese de livre-docência, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, FCT/UNESP, São Paulo, 2004. 508p.

TEIXEIRA, Luciana. “O Sentido da Colonização na Amazônia Matogrossense”. Presidente Prudente, 2000. In: <http://www2.prudente.unesp.br/eventos/semana_geo/lucianateixeira.pdf>. Acesso em 20/05/2005.

VAINER, Carlos. B. “As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local?”. In: ACSELRAD, H. (org.). *Planejamento e Território: Ensaio Sobre a Desigualdade*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.13-31.

_____. “Utopias urbanas e o desafio democrático”. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, nº 105, p. 25-35, jul/dez de 2003.

Sites consultados

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.polis.org.br/>

<http://www.sorriso.mt.gov.br/>

<http://www.seplan.mt.gov.br/>

<http://www.receita.fazenda.gov.br>

<http://www.camara.gov.br>

<http://www.amm.org.br>

<http://www.ibam.org.br/>

<http://www.incra.gov.br/>

<http://www.cgu.gov.br/sfc/convenio/>

<https://www.caged.gov.br/>

<http://www.rais.gov.br/>

<http://www.novanazare.mt.gov.br/>

<http://www.curvelandia.com.br/>

<http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/amm/municipio/noticia.asp>

<http://www.bomjesusdoaraguaia.mt.cnm.org.br/portal1/intro.asp?iIdMun=100151128>

<http://www.mt.gov.br/redirect.php?url=http://www.ipirangadonorte.mt.gov.br>

Anexo I

Quadro: Municípios criados no estado do Mato Grosso – 1727 a 2001

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Cuiabá	1727	-	Extrativismo mineral	-Bandeiras paulistas
Vila Bela da Santíssima Trindade	1746	Cuiabá	Extrativismo mineral	*
Diamantino	1820	Cuiabá	Extrativismo mineral	-Primeira base da Comissão Cândido Rondon -Instalação de estação telegráfica
Poconé	1831	Cuiabá	Extrativismo mineral	-Importância da Rodovia Transpantaneira (não concluída)
Cáceres	1874	São Luiz do Paraguay	Extração da ipecacuanha	*
Nossa Senhora do Livramento	1883	Cuiabá	Extrativismo mineral	-A pecuária permitiu a consolidação do povoado
Santo Antônio do Leverger	1890	Cuiabá	Agricultura (cana-de-açúcar)	*
Rosário Oeste	1918	Cuiabá	Extrativismo mineral	*
Alto Araguaia (Santa Rita do Araguaia)	1921	Registro do Araguaia (extinto)	Agropecuária e extrativismo mineral	-Benefícios dados pela rodovia Cuiabá-Brasília
Guiratinga	1938	Santa Rita do Araguaia	Exploração mineral	*
Poxoréu	1938	Cuiabá	Extrativismo mineral	-Migração nordestina para o local
Barra do Bugres	1943	Cáceres	Extrativismo da ipecacuanha (poaia)	*
Barra do Garças	1948	Araguayana (extinto)	Extrativismo mineral e borracha	-Atuação da Fundação Brasil Central (1940) -Projetos de colonização governamentais
Várzea Grande	1948	Cuiabá	-Agricultura	-Bases de soldados na guerra do Paraguai
Acorizal	1953	Cuiabá	Extrativismo mineral e da borracha	-Instalação de posto telegráfico durante expedição Cândido Rondon em 1907
Alto Garças	1953	Alto Araguaia	Extrativismo mineral	-Importante entreposto comercial
Alto Paraguai	1953	Diamantino	Exploração mineral	*
Arenápolis	1953	Barra do Bugres	Extrativismo mineral	-Atuação da Comissão Cândido Rondon
Barão de Melgaço	1953	Santo Antônio do Leverger	Agricultura (cana-de-açúcar)	*
Chapada dos Guimarães	1953	Cuiabá	Extrativismo mineral	-Atuação das missões jesuítas
Itiquira	1953	Alto Araguaia	Extrativismo mineral	*
Jaciara	1953	Cuiabá	Agricultura	-Colonização privada (Colonizadora Pastoril e Agrícola – CIPA) -Colonizadores paulistas, sulistas, nordestinos, mineiros.
Nortelândia	1953	Diamantino	Extrativismo mineral	-Colonização nordestina
Ponte Branca	1953	Alto Araguaia	Extrativismo mineral	*
Rondonópolis	1953	Poxoréu	Agricultura	-Instalação das linhas telegráficas
Tesouro	1953	Guiratinga	Extrativismo mineral e vegetal (borracha)	*
Torixoréu	1953	Guiratinga	Extrativismo mineral	*
Dom Aquino	1958	Poxoréu	Extrativismo mineral	-Instalação de colônia agrícola oficial
Araguainha	1963	Ponte Branca	Extrativismo mineral e agricultura	*
General Carneiro	1963	Tesouro e Barra do Garças	Exploração mineral	-Atuação da comissão Cândido Rondon

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Luciara	1963	Barra do Garças	Agricultura	-Instalação da Br-158
Nobres	1963	Rosário Oeste e Chapada dos Guimarães	Extrativismo mineral	-Influência de projetos governamentais de colonização
Porto dos Gaúchos	1963	Diamantino	Extrativismo vegetal (Borracha) e agricultura	-Colonização particular (Colonizadora Noroeste Matogrossense S/A – CONOMALI) e sulista
Aripuanã	1976	Santo Antônio do Madeira (RO)	Extrativismo mineral e borracha	*
Jangada	1976	Acorizal	Comércio	-Instalação da BR-364 (entroncamento rodoviário, dá acesso a BR-163 e MT-358)
Mirassol d'Oeste	1976	Cáceres	Agricultura	-Influência de projetos estatais (federal e estadual) -Colonização paulista
Pedra Preta	1976	Rondonópolis	Agricultura	*
Santo Afonso	1976	Arenópolis	Extrativismo mineral e da poaia	-Influência da Comissão Cândido Rondon (linhas telegráficas) -Colonização sulista
São Félix do Araguaia	1976	Barra do Garças	Agricultura	-Migração dos estados do PI, MA, RN, CE, GO e MG -Influência dos projetos governamentais da SUDAM
Tangará da Serra	1976	Barra dos Bugres e Diamantino	Agricultura	-Base da Comissão Cândido Rondon para instalação das linhas telegráficas -Colonização particular (Sociedade Imobiliária Tupã para a Agricultura Ltda – SITA)
Água Boa	1979	Barra do Garças	Extrativismo mineral	-Área de atuação da Expedição Roncador-Xingu -Colonização sulista (1958) - Influência de projetos governamentais como a BR-158
Alta Floresta	1979	Aripuanã	Agricultura de Subsistência e extrativismo mineral	-Construção da BR-163 (chega a Alta Floresta em 1976) -Colonização privada (Indeco ²⁶) -Colonização Gaúcha
Araputanga	1979	Mirassol d'Oeste	Agricultura	-Colonização japonesa - Projeto de colonização governamental
Canarana	1979	Barra do Garças	Agricultura	-Projeto Oficial de colonização (fazendas da SUDAM) -Expedição Roncador-Xingu -Colonização sulista
Colíder	1979	Chapada dos Guimarães	Agricultura	-Atuação de projetos governamentais (incentivos fiscais) -Importância da BR-163 -Colonização Sulista -Colonização Privada (Colonizadora Líder)
Jauru	1979	Cáceres	Extrativismo vegetal	-Colonização paulista e mineira (Companhia Sul Brasil – Marília -Instalação de escritório da EMATER (projeto de cultivo de seringueiras)
Juscimeira	1979	Jaciara	Agricultura	-Colonização mineira e paulista

²⁶ Indeco – Integração, Desenvolvimento e Colonização, criada com ativos da Família Riva e financiada pelo Banco do Brasil.

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Nova Brasilândia	1979	Chapada dos Guimarães	Extrativismo mineral	*
Paranatinga	1979	Chapada dos Guimarães	Extrativismo mineral	-Influência de projetos governamentais (incentivos fiscais)
Pontes e Lacerda	1979	Vila Bela da Santíssima Trindade	Agricultura	-Influência da comissão Cândido Rondon (Linhas telegráficas) -Colonização sulista
Rio Branco	1979	Cáceres	Exploração da ipecacuanha (poaia)	-Atuação da Codemat que assentou várias famílias no local -Colonização paulista, mineiros e capixabas
Salto do Céu	1979	Cáceres	Agricultura	-Influência dos projetos governamentais de colonização (década de 40 e 50)
São José do Rio Claro	1979	Diamantino	Extrativismo mineral	-Incentivos governamentais de colonização -Colonização particular (IMCOL- Imóveis e Colonização Ltda.) e sulista
São José dos Quatro Marcos	1979	Mirassol d'Oeste	Agricultura	-Influência dos projetos governamentais de ocupação -Colonização em maioria sulista
Sinop	1979	Chapada dos Guimarães e Nobres	Agricultura	-Colonização particular e sulista (Sociedade Imobiliária Paraná – Sinop) -Instalação da BR-163
Nova Xavantina	1980	Barra do Garças	Agricultura	-Instalação de base da Expedição Roncador-Xingu (1943) -Instalação da BR-158
Santa Terezinha	1980	Luciara	Agricultura	-Influência dos projetos governamentais de colonização (federal e estadual) -Abertura de estradas
Juara	1981	Porto dos Gaúchos	Agricultura	-Colonização particular (Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica – SIBAL)
Denise	1982	Barra dos Bugres	Extrativismo da borracha e Ipecacuanha	-Pavimentação da MT-123
Juína	1982	Aripuanã	Agricultura	-Rodovia AR-1 -Atuação da CODEMAT na colonização -Colonização sulista -Exploração de diamantes (a partir de 1976)
Alto Taquari	1986	Alto Araguaia	Agropecuária (Agricultura de soja, aliada à do milho e arroz, além, da pecuária de corte)	*
Araguaiana ²⁷	1986	Barra do Garças	Extrativismo mineral	*
Brasnorte	1986	Diamantino	Extrativismo mineral	-Atuação de projetos governamentais (SUDAM) -Projeto de colonização particular (Brasnorte Ltda) -Colonização sulista (paranaenses)
Campinópolis	1986	Nova Xavantina	Agricultura (lavouras de subsistência)	- Atuação da Operação Roncador-Xingu -Implantação da BR-158
Cocalinho	1986	Barra do Garças	Agropecuária	-Atuação da Fundação Brasil Central
Comodoro	1986	Vila Bela de Santíssima Trindade	Extrativismo da borracha	-Atuação da Comissão Cândido Rondon (linha telegráfica) -Projeto de colonização oficial (incentivos e infra-estrutura) -Colonização privada e sulista

²⁷ É uma restauração, com redução de extensão territorial, do extinto município de Araguaia desmembrado de Cuiabá.

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Figueirópolis D'Oeste	1986	Jauru	Extrativismo da Ipecacuanha (poaia)	-Atuação de projetos oficiais de ocupação (subsídios federais e estaduais) -Pavimentação da BR-364
Guarantã do Norte	1986	Colíder	Agricultura (lavouras de subsistência)	-Implantação da BR-163 (1975) -Implantação de assentamentos pelo INCRA com associações a empresas privadas (Gleba Braço Sul e Gleba Nhandu)
Indiavaí	1986	Araputanga	Agropecuária	-Incentivos governamentais para a colonização recente (goianos, mineiros e paulistas)
Itaúba	1986	Colíder	Extrativismo vegetal	-Instalação da BR-163
Marcelândia	1986	Sinop	Agricultura (lavouras para comércio local)	-Instalação da BR-163 -Projeto de colonização em 1977 (Colonizadora Maiká) -Colonização sulista
Nova Canaã do Norte	1986	Colíder e Diamantino	Agricultura (lavouras para comércio local)	-Instalação da BR-163 -Colonização particular (Imobiliária e Colonizadora Nova Líder) e projeto de assentamento do INCRA
Nova Olímpia	1986		Exploração da ipecacuanha (poaia) e borracha	-Colonização paulista e nordestina -Influência do Programa Polonordeste (implantação da Emater e estradas)
Novo Horizonte do Norte	1986	Porto dos Gaúchos	Agricultura (lavouras para comércio local)	-Colonização particular (IMAGROI – Imobiliária Mato Grosso) e sulista
Novo São Joaquim	1986	Barra do Garças, Cuiabá e Nova Xavantina	Agricultura (commodities e lavouras para comércio local)	-Influência da Fundação Brasil Central -Colonização Sulista
Paranaíta	1986	Alta Floresta	Agricultura e extrativismo mineral e da borracha	-Colonização particular (Colonizadora Indeco S/A)
Peixoto de Azevedo	1986	Colíder e Sinop	Extrativismo mineral	-Instalação da BR-163 -Atuação do INCRA para regularização fundiária
Porto Alegre do Norte	1986	São Félix do Araguaia	Agricultura e pecuária	-Influência dos projetos da SUDAM -Colonização goiana e nordestina no geral -Instalação da BR-153 -Presença sulista
Porto Esperidião	1986	Cáceres	Agropecuária	-Influência da comissão Cândido Rondon (instalação de linhas telegráficas) -Instalação da rodovia (Cáceres a Vila Bela da Santíssima Trindade)
Primavera do Leste	1986	Poxoréu	Agricultura moderna (soja)	-Influência dos projetos governamentais de ocupação da década de 1970 (SUDAM e PROTERRA) -Importância da BR-070 -Colonização privada (Empresa Primavera do Oeste S/A, de (paulistas do ABC, e da Colonizadora Cosentino Ltda, de sulistas)
Reserva do Cabaçal	1986	Rio Branco	Agricultura (lavouras de subsistência)	-Assentamentos da Codemat-Cia.
Sorriso	1986	Nobres, Paranatinga e Sinop	Agricultura (soja e milho)	-Influência dos projetos de colonização governamentais (incentivos fiscais e financiamentos) -Instalação da BR-163 -Colonização particular (Colonizadora Sorriso) e sulista

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Terra Nova do Norte	1986	Colíder	Agricultura e pecuária	-Influência de projetos governamentais federais e estaduais (financiamentos) -Assentamentos oficiais e particulares -Colonização sulista
Vera	1986	Sinop e Paranatinga	Agricultura e extrativismo vegetal	-Influência dos projetos governamentais na ocupação -Colonização particular (Sociedade Imobiliária Norte Paranaense – SINOP) e sulista
Vila Rica	1986	Santa Terezinha	Agricultura e pecuária	-Influência da Fundação Brasil Central -Instalação da BR-158
Apiacás	1988	Alta Floresta	Borracha e extrativismo mineral	-Atuação de colonização privada (INDECO)
Campo Novo dos Parecis	1988	Diamantino	Extrativismo da borracha	-Implantação da linha telegráfica -Influência dos projetos de colonização governamentais -Colonização sulista -Instalação da MT-170
Campo Verde	1988	Cuiabá	Agricultura (soja, algodão e milho)	-Implantação de estação telegráfica -Colonização Sulista (década de 1960)
Castanheira	1988	Juína	Agricultura e pecuária	-Colonização Sulista -Instalação de um sub-escritório da Codemat (1981)
Claudia	1988	Sinop	Extrativismo Vegetal	-Atuação da Comissão Cândido Rondon - Colonização Privada (Sociedade Imobiliária Norte do Paraná S/A- SINOP) -Colonização Sulista
Juruena	1988	Aripuanã	Agricultura	-Atuação da CODEMAT e projetos do governo federal de incentivos fiscais -Colonização sulista (assentamentos)
Lucas do Rio Verde	1988	Diamantino	Agricultura (soja e milho)	-Ponto de apoio ao 9º BEC para a instalação da BR-163 -Área destinada à assentamento do INCRA (população do RS)
Matupá	1988	Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo	Agricultura e pecuária	-Influência dos projetos estatais (incentivos e isenções fiscais) -Atuação da Agropecuária Cachimbo S/A -Instalação da BR-163
Nova Mutum	1988	Diamantino e Nobres	Agricultura	-Instalação da BR-163 -Colonização particular (Colonizadora Mutum)
Ribeirão Cascalheira	1988	Canarana e São Félix do Araguaia	Agricultura e pecuária	-Influência dos projetos governamentais de ocupação -Instalação da BR-158
Tapurah	1988	Diamantino	Agricultura (soja, milho e arroz)	-Influência de projetos governamentais de ocupação -Instalação da BR-338
São José do Povo	1989	Rondonópolis	Agropecuária	*
Alto Boa Vista	1991	São Félix do Araguaia e Ribeirão Cascalheira	Agropecuária	-Importância da rodovia que liga São Félix do Araguaia à Barra do Garças; -Colonização gaúcha
Canabrava do Norte	1991	Porto Alegre do Norte	Agricultura e pecuária	-Colonização provinda de Goiás e Maranhão
Confresa	1991	Santa Terezinha	Agricultura	-Colonização privada (Colonizadora Confresa) -Colonização nordestina (BA, MA e PE)

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Cotriguaçu	1991	Juruena	Extrativismo vegetal	-Atuação de projetos oficiais (abertura da estrada AR-1 e atuação da Codemat) -Colonização privada (Cotriguaçu Colonizadora do Aripuanã S/A) e sulista
Glória d'Oeste	1991	Mirassol d'Oeste	Agropecuária	-Atuação de projetos oficiais de ocupação
Lambaria d'Oeste	1991	Rio Branco	Agricultura (cana-de-açúcar) e pecuária	-Colonização consolidada por incentivos fiscais governamentais (pós 1946) -Colonização mineira, capixaba e do sul do MS
Nova Bandeirantes	1991	Alta Floresta e Juara	Agricultura e pecuária	-Instalação da MT-208 -Colonização privada e sulista (Colonizadora Bandeirantes Ltda)
Nova Guarita	1991	Terra Nova do Norte, Colíder e Peixoto Azevedo	Agricultura e pecuária	-Colonização sulista
Nova Marilândia	1991	Arenópolis e Diamantino	Extrativismo mineral	-Influência do projeto de instalação das Linhas Telegráficas -Surdo colonizador dados por baianos, mineiros e catarinenses
Nova Maringá	1991	São José do Rio Claro	Extrativismo vegetal	-Colonização sulista
Nova Monte Verde	1991	Alta Floresta	Pecuária e agricultura	-Colonização particular (Colonizadora e Imobiliária Monte Verde) e sulista
Planalto da Serra	1991	Nova Brasilândia e Paranatinga	Agricultura	-Colonização sulista -Influência de projetos governamentais (incentivos fiscais)
Pontal do Araguaia	1991	Torixoréu	Extrativismo mineral e depois agricultura	-Colonização sulista
Porto Estrela	1991	Barra dos Bugres	Exploração da ipecacuanha (poaia)	*
Querência	1991	Canarana e São Félix do Araguaia	Agricultura e pecuária	-Colonização sulista -Colonização particular (Conagro S/C) e atuação da Copercana (cooperativa do RS)
Ribeirãozinho	1991	Ponte Branca	Extrativismo mineral	-Migração vindas de GO e MG -Importância dos projetos governamentais de colonização (1970)
Santa Carmem	1991	Sinop e Cláudia	Agricultura e pecuária	-Colonização particular e sulista
São José do Xingu	1991	Luciara	Agricultura e pecuária	-Influência dos projetos governamentais de ocupação (incentivos fiscais) -Colonização sulista
São Pedro da Cipa	1991	Dom Aquino	Extrativismo mineral	-Colonização particular (CIPA- Companhia Industrial e Pastoril e Agrícola) e paulista
Tabaporã	1991	Porto dos Gaúchos	Pecuária e agricultura	-Colonização particular (Apolinário Empreendimentos Imobiliários Ltda.) e sulista em maioria
Campos de Júlio	1994	Comodoro	Agricultura (soja, milho e algodão)	-Colonização sulista
Carlinda	1994	Alta Floresta	Pecuária e agricultura	-Colonização sulista -Colonização do INCRA
Sapezal	1994	Campo Novo dos Parecis	Agricultura (soja e milho)	-Colonização privada (Grupo Maggi) e sulista
Feliz Natal	1995	Vera	Agricultura e extrativismo da borracha	-Atuação de projetos oficiais de colonização -Colonização sulista

Município	Ano de Criação	Município de origem	Principal atividade econômica que deu origem ao centro urbano	Eventos relevantes para institucionalização do município
Gaúcha do Norte	1995	Paranatinga	Pecuária e agricultura	-Atuação de projetos oficiais (incentivos federais e estaduais) -Colonização privada (Colonizadora Gaúcha) e sulista
Nova Lacerda	1995	Comodoro e Vila de Santíssima Trindade	Pecuária	-Influência de projetos estatais
Nova Ubiratã	1995	Vera e Sorriso	Agricultura (soja e milho)	-Colonização sulista
Novo Mundo	1995	Guarantã do Norte	Extrativismo mineral/ Agricultura	-Influência dos projetos governamentais de ocupação -Instalação da BR-163 -Colonização sulista -Assentamentos do INCRA
União do Sul	1995	Cláudia, Marcelândia e Santa Carmem	Agricultura e pecuária	-Colonização sulista
Curvelândia	1998	Cáceres, Mirassol d'Oeste e Lambari d'Oeste	Agropecuária	*
Rondolândia	1998	Aripuanã	Pecuária e agricultura	*
Santa Cruz do Xingu	1998	São José do Xingu	Extrativismo vegetal e agropecuária	-Colonização particular (COREBRASA - Colonizadora e Representações do Brasil S/A)
Santo Antônio do Leste	1998	Novo São Joaquim	Agricultura (soja)	*
Serra Dourada	1998	Alto da Boa Vista e São Félix do Araguaia	Pecuária e agricultura	-Colonização Sulista
Bom Jesus do Araguaia	1999	Ribeirão Cascalheira e Alto Boa Vista	Agropecuária e pecuária	*
Conquista d'Oeste	1999	Pontes e Lacerda	Pecuária	*
Nova Nazaré	1999	Água Boa	Pecuária e agricultura	-Projeto de assentamento do INCRA
Novo Santo Antônio	1999	Serra Nova Dourada	Agricultura	*
Santa Rita do Trivelato	1999	Nova Mutum	Extrativismo vegetal e pecuária	-Colonização particular (Colonizadora Trivelato)
Vale de São Domingos	1999	Pontes e Lacerda	pecuária	*
Colniza	2001	Aripuanã	Agropecuária	*
Ipiranga do Norte	2001	Tapurah	Agricultura	-Colonização sulista -Assentamentos do INCRA
Itanhangá	2001	Tapurah	Agricultura	-Projeto de colonização oficial

Fonte de dados: Ferreira (1997), < <http://www.mt.gov.br/>> Acessos entre maio de 2006 e maio de 2007; e sites oficiais dos municípios; Elaboração da autora

Anexo II

Transferências da União

- **IOF – Ouro:** Cota-Parte do Imposto Sobre Operações Financeiras Incidente sobre Ouro

Origem do recurso: 70% do IOF incidente sobre ouro (origem e rateio definido na Constituição);

Critério de rateio: proporcional à origem do ouro;

Vinculação: genérica de 25% para ensino

- **ITR – Cota do Imposto Territorial Rural**

Origem do recurso: 50% da arrecadação líquida do ITR

Critério de rateio: proporcional aos imóveis rurais situados no município

Vinculação: genérica de 25% para o ensino

- **Imposto de Renda – retido na fonte:**

Origem do recurso: retido na fonte pela administração municipal sobre os rendimentos pagos pela administração central e descentralizada municipal;

Critério do rateio: pertence ao município onde foi retido;

Vinculação: genérica de 25% para o ensino;

- **FPEX – Repartição do IPI para Estados Exportadores Industriais** (Fundo de Participação pelo ressarcimento das Exportações*)

Origem do recurso: 10% da arrecadação líquida de IPI;

Critérios de rateio: proporcional às exportações de produtos industrializados dos estados;

Vinculação: 25% a serem redistribuídos para os municípios do estado, nas mesmas condições que a Cota-parte do ICMS e 75% para os estados, este com vinculação genérica de 25% para o ensino

- **Seguro Receita do ICMS**

Origem do recurso: dispositivo instituído pela Lei nº 87/96, para compensar perdas de receita dos estados, decorrentes das desonerações do ICMS sobre: 1) as exportações de produtos industrializados semi-elaborados e de produto das empresas; 2) dos bens para ativo fixo e para o uso e consumo próprio das empresas;

Critérios de rateio: a União compromete-se a ressarcir, temporariamente, eventuais perdas do ICMS, caso haja redução (data de referência jul/1995 a jul/1996) da arrecadação em função de desonerações.

Vinculação: 25% destinados aos municípios, seguindo os mesmos critérios de rateio do aplicados ao ICMS; 75% destinados aos estados.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios**

Origem do recurso: 22,5% da arrecadação líquida do IR mais IPI

Critérios de rateio: 10% capitais (distribuídos segundo a soma de dois coeficientes individuais: um proporcional à população da capital e outro inverso da renda per capita do respectivo estado); 90% municípios não capitais (4% p/ municípios acima de 156 mil habitantes, rateados proporcionalmente à população e inversamente à renda per capita de cada estado, com coeficientes mínimos e máximos; 86% para os demais, sendo distribuídos, primeiro, entre estados conforme disposição da transferência efetuada em 1989, depois, entre os municípios de cada estado, segundo coeficientes proporcionais à população local, segundo intervalos com um piso de 10 mil hab. e um teto de 156 mil).

Vinculação: genérica de 25% para o ensino

- **SUS – Transferências do sistema único de saúde**

Origem e liberação dos recursos: processo orçamentário normal, baseado nas contribuições sociais e demais fontes do orçamento federal da seguridade social; Constituição fixa princípio da descentralização das suas ações e serviços.

Critérios de rateio: Lei orgânica da saúde (federal) fixa regras gerais, sendo a distribuição dos recursos proporcional: 50% à população e 50% à análise de programas e projetos, dependendo de convênios a serem contratados entre as diferentes unidades de governo e outros atos administrativos do Ministério da Saúde. Em geral, os repasses são realizados para os estados, para repasse direto.

Vinculação: parte genérica (para atender custeio das redes públicas) e parte específica (pagamento de internações hospitalares, investimentos segundo projetos específicos e demais convênios).

- **Transferências em Geral, mediante convênios**

Origem e liberação dos recursos: processo orçamentário comum.

Critérios de rateio: decisões *ad hoc*; negociadas entre diferentes unidades de governo e formalizadas mediante convênios (contratos entre entes federativos);

Vinculação: projetos de aplicação específicos e sujeitos a prestação de contas

Transferências dos estados

- **IPVA – Cota Parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos**

Origem do recurso: 50% da arrecadação líquida do IPVA;

Critério de rateio: proporcional ao nº. de veículos licenciados na localidade;

Vinculação: genérica de 25% para o ensino

- **Cota ICMS – Cota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (devolução tributária)**

Origem do recurso: 25% da arrecadação líquida do ICMS

Critério de rateio: no mínimo, 75% segundo o valor adicionado no município; valor adicionado compreende todas as operações, tributadas ou não, medidas por informações especiais prestadas pelas empresas; a distribuição em um exercício pondera a medida do terceiro e do segundo anos anteriores;

Vinculação: genérica 25% para o ensino

- **Cota ICMS – Cota do Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (Transferência redistributiva)**

Origem do recurso: 25% da arrecadação líquida do imposto Estadual sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transportes e Comunicações; demais segundo critérios fixados em lei estadual (% , base e fórmula previstos na Constituição federal);

Critérios para rateio: fixados em lei estadual, envolvem população, divisão pelo número de unidades e arrecadação própria direta; coeficientes individuais de participação;

Vinculação: genérica de 25% para educação;

- **FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e valorização do magistério**

Origem do recurso: 15% das transferências provenientes do FPE, FPM, FPEX, do seguro-receita e do ICMS;

Critérios de rateio: multiplicação do número de matrículas do estado e nos municípios pelo valor per capita do aluno no ano. O valor per capita resulta da divisão do volume total de recursos do fundo no estado, pelo total de matrículas;

Vinculação: recursos destinados exclusivamente para o ensino fundamental; sendo pelo menos 60% aplicados na remuneração dos profissionais do magistério; 40% restantes devem servir à manutenção e desenvolvimento de ensino fundamental;

- **Sistema Cota-Parte**

Origem do recurso: 25% do ICMS; 25% do IPI para os estados exportadores; 25% do seguro-receita;

Critério de rateio: definido por lei estadual;

Vinculação: genérica de 25% para o ensino

Fonte: Prado (2003)